

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Rio Branco/AC/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ACRE – SR.14/AC

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.

Rio Branco/AC/2013



Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Superintendente Regional
João Thaumaturgo Neto

Procurador-Chefe
Vicente Manoel Souza de Brito

Chefe da Divisão de Administração
Antônio Fernandes do Nascimento Neto

Asseguradora de Planejamento
Maria Cristina Benvinda Fernandes

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Valter Barbosa Magalhães

Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
João Ricardo de Oliveira

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Noel Matos de Araújo Chaves

SUMÁRIO

1	Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	25
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	25
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	26
1.3	Organograma Funcional.....	28
1.4	Macroprocessos Finalísticos.....	36
1.5	Macroprocessos de Apoio.....	37
1.6	Principais Parceiros.....	37
2	Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	39
2.1	Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	39
2.2	Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	40
2.3	Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	42
2.4	Indicadores.....	44
3	Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	49
3.1	Estrutura de Governança.....	49
3.2	Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos.....	50
3.3	Remuneração Paga a Administradores.....	52
3.4	Sistema de Correição.....	52
3.5	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	54
4	Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	56
4.1	Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	56
4.1.1	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	56
4.1.2	Informações sobre objetivos vinculados a Programas temáticos de responsabilidade da UJ.....	57
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	57
4.1.4	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	58
4.1.4.1	Ações Vinculadas ao Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	58
4.1.4.2	Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar.....	125
4.1.4.3	Ações Vinculadas ao Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	133
4.1.4.4	Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	133

4.1.5 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	133
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	138
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	138
4.2.2 Programação de Despesas.....	138
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	138
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	138
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	138
4.2.2.4 Análise Crítica.....	138
4.2.3 Programação de Despesas.....	139
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	141
4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários.....	141
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	141
4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	141
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	142
4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	142
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	143
4.2.4.2.3 Análise Crítica.....	144
5 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	145
5.1 Reconhecimento de Passivos.....	145
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	145
5.1.2 Análise Crítica.....	145
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	146
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	146
5.2.2 Análise Crítica.....	147
5.3 Transferências de Recursos.....	148
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	148
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	148
5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.....	149
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas relativa aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	150

5.3.5 Informações sobre a análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de	151
5.3.6 Análise Crítica.....	152
5.4 Suprimento de Fundos.....	158
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	158
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	158
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.....	158
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo.....	158
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ.....	158
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....	159
5.4.1.6 Análise Crítica.....	159
5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	159
5.6 Gestão de Precatórios.....	159
6 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	160
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	160
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	160
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada....	161
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	162
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade....	162
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	163
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	164
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	166
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria.....	166
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	166
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	167
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos.....	167
6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	167
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	167
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....	169
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	169
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	169

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	170
6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	170
6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	170
6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	170
6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	171
6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	172
6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	173
7 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	174
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	174
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	176
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	176
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	176
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	177
7.2.4 Análise Crítica.....	178
8 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	179
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação – TI.....	179
8.2 Análise Crítica.....	181
9 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	182
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	182
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	184
10 Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas.....	185
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	185
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício.....	185
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	186
10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício.....	187
10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	190
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	190
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	190
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	190
10.4 Análise crítica.....	190

10.5 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	192
10.5.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	192
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	193
11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	193
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	193
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	193
11.2.1 Declaração Plena.....	193
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	194
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	194
11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	194
11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais.....	194
11.6 Parecer da Auditoria Independente.....	194
12 Outras Informações Sobre a Gestão.....	195
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Superintendência Regional no Estado do Acre.....	195
12.1.1 Documentação da Trabalhadora Rural	195

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	25
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	50
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático.....	56
Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ.....	57
Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ.....	57
Quadro A.4.4.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105.....	58
Quadro A.4.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110.....	62
Quadro A.4.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114.....	63
Quadro A.4.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426.....	63
Quadro A.4.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378.....	63
Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387.....	66
Quadro A.4.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460.....	70
Quadro A.4.4.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG.....	71
Quadro A.4.4.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384.....	72
Quadro A.4.4.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427.....	78
Quadro A.4.4.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7.....	87
Quadro A.4.4.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396.....	90
Quadro A.4.4.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398.....	102
Quadro A.4.4.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06.....	105
Quadro A.4.4.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320.....	110
Quadro A.4.4.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358.....	115
Quadro A.4.4.1.17 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374.....	120
Quadro A.4.4.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474.....	122
Quadro A.4.4.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952.....	122
Quadro A.4.4.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370.....	122
Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470.....	125
Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448.....	133
Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859.....	133
Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1.....	133
Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120.....	133

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000.....	133
Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572.....	134
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103.....	137
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	138
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	138
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....	138
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência....	138
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	139
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	141
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários.....	141
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	142
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	143
Quadro A.5.1. – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	145
Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	146
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	148
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	149
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	150
Quadro A.5.7 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	151
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	158
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”).....	158
Quadro A.5.10 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	158
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	158
Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	159
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	160
SR.14/AC – UPAG 705.....	160
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	161
SR.14/AC UPAG 705.....	161

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) SR.14/AC – UPAG 705.....	162
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 SR.14/AC – UPAG 705.....	162
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12.....	163
SR.14/AC – UPAG 705.....	163
Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores(2010, 2011 e 2012) SR.14/AC – UPAG 705.....	164
Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro.....	166
SR.14/AC – UPAG 705.....	166
Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12 SR.14/AC – UPAG 705.....	166
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	167
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	168
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	168
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	169
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	169
Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	170
SR.14/AC – UPAG 705.....	170
Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados SR.14/AC – UPAG 705.....	170
Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..	171
Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	172
Quadro A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários SR-14/AC UPAG 705.....	173
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	176
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros. .	176
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	177
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	179
Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	182

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	184
Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	185
Quadro A.10.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	186
Quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	187
Quadro A.10.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	190
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	190
Quadro A.10.6. – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	192
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	217

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Quadro original de metas e propostas para a Ação 2105.....	59
Figura 02 – Metas e propostas após a readequação orçamentária.....	59
Figura 03 – Metas Propostas para a Ação 8378.....	66
Figura 04 – Metas e Propostas após a readequação orçamentária.....	66
Figura 05 – Valores por modalidade de Créditos Instalação empenhado em 2012.....	83
Figura 06 – Discriminação mensal dos pagamentos do Créditos Instalação em 2012.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	58
Tabela 2 – Ações Preparatória pra Destinação de Terras Públicas	65
Tabela 3 – Vistoria de Fiscalização e Avaliação, Estudo Capacidade de Geração de Renda e Anteprojeto de Assentamento dos Imóveis Rurais.....	69
Tabela 4 – Vistorias para Elaboração de Parecer Técnico sobre o Laudo Pericial (Pericias Judiciais)	70
Tabela 5 – Outras Vistorias de Imóveis Rurais.....	70
Tabela 6 – Assentamentos realizados em 2012 em Projetos Reconhecidos até 2011.....	76
Tabela 7 – Assentamentos realizados em 2012 em Projetos criados até 2011.....	77
Tabela 8 – Assentamentos realizados em Projetos Criados em 2012.....	78
Tabela 9 – Crédito Instalação empenhado em 2012.....	80
Tabela 10 – Créditos Instalação empenhados e liquidado em 2012.....	83
Tabela 11- Créditos Instalação do orçamento de 2011 liquidado em 2012.....	84
Tabela 12 – Créditos Instalação operacionalizado/aplicados e finalizados em 2012.....	85
Tabela 13 – Contratos de Créditos Instalação emitidos no exercício de 2012.....	90
Tabela 14 – Conservação e recuperação de ramais – SICONV 732122/2010 – CRT/Nº 3.000/2010.	93
Tabela 15- Resumo da Execução Contrato CRT/Nº 3.000/2010 – SICONV 732122/2010.....	95
Tabela 16 – Implantação de ramais – SICONV/Nº 740511/2010, CRT/nº 3.001/2010.....	96
Tabela 17 -Conservação e recuperação de ramais – CRT/AC/Nº 12.000/2011 – SICONV/Nº 755824/2011.....	96
Tabela 18 – Resumo da Execução Contrato CRT/Nº 12.000/2011 – SICONV/Nº 755824/2011.....	99
Tabela 19 – Demandas de Implantação de Ramais CRT/AC/70001/2012 – SICONV/Nº 770889/2012.....	100
Tabela 20 – Demandas de Melhoramento e Manutenção de Ramais CRT/AC/70001/2012 – SICONV/Nº 770889/2012.....	101
Tabela 21 – Demandas de Revestimento Primário de Ramais CRT/AC/70001/2012 – SICONV/Nº 770889/2012.....	101
Tabela 22 – Contrato CRT\AC\1.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.....	104
Tabela 23 – Contrato CRT\AC\12.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.....	105
Tabela 24 – Contrato CRT\AC\13.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.....	105

Tabela 25 – Contrato CRT\AC\14.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.....	105
Tabela 26 – Ações de Gestão Ambiental	108
Tabela 27 – Manejo de Recursos Naturais (ações iniciadas em exercícios anteriores).....	108
Tabela 28 – Projetos de assentamento e famílias beneficiadas com casas de farinha.....	112
Tabela 29 – Assentamentos previamente selecionados para serem contemplados pelo projeto “casas modelo de produção de farinha de mandioca”.....	114
Tabela 30 – Projetos licitados em 2012.....	114
Tabela 31 – Contratos de Concessão de Uso (CCU) e de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) expedidos no exercício de 2012.....	116
Tabela 32 – Título de Domínio expedidos no exercício de 2012.....	117
Tabela 33 – Nº de parcelas levantadas a Situação Ocupacional em 2012.....	118
Tabela 34 – Licença de Instalação e Operação – LIO protocolada.....	120
Tabela 35 – Licença Prévia protocolada – LP.....	121
Tabela 36 – Projetos educacionais conveniados em 2011.....	125
Tabela 37 – Prestação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES.....	128
Tabela 38 – Famílias atendidas pelos serviços de ATES – Contrato-CRT/AC/25.003/12.....	128
Tabela 39 – Famílias atendidas pelos serviços de ATES – Contrato CRT/AC/26.003/12.....	130
Tabela 40 – Famílias atendidas pelos serviços de ATES – Contrato CRT/AC/27.003/12.....	131
Tabela 41 – Valores financeiros empenhados e pagos e percentual de execução financeira e das metas físicas contratadas.	132
Tabela 42 – Capacitação da SR-14/AC – 2012.....	140
Tabela 43 – Demonstrativo da Evolução/Involução de Recursos Repassados.....	163
.....	186
Tabela 44 – Distribuição de Veículos.....	186
Tabela 45 – Custo de Manutenção da Frota.....	187
Tabela 46 – Documentos emitidos pelo PNDTR em 2012.....	208
Tabela 47 – Municípios e comunidades atendidas pelo PNDTR em 2012.....	209
Tabela 48 – Relação dos beneficiários do PNRA não titulados identificados com inconsistência de elegibilidade em função de vínculo empregatício com o Serviço Público Federal – Objeto da decisão judicial exara nos autos da ação civil pública objeto do processo 7265 – 60.2010.4.01.300.	210
Tabela 49 – Demonstrativo dos imóveis cancelados.....	225

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP – Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU – Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM – Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS – Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC – Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE – Diretoria de Gestão Estratégica
DET – Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR – Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FLONA – Floresta Nacional
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GAP – Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE – Grau de Eficiência na Exploração
GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT – Grau de Utilização da Terra
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO – Licença de Instalação e Operação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LP – Licença Prévia
LTDA – Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP – Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE – Norma de Execução
 NTGARFAL – Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA – Projeto de Assentamento
 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
 PAD – Projeto de Assentamento Dirigido
 PAF – Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PCA – Projeto Casulo
 PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PE – Polo Estadual
 PGE – Plano Geral de Estatísticas
 NDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PCA – Projeto Casulo
 PPA – Plano Plurianual
 PRA – Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU – Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RESEX – Reserva Extrativista
 RG – Relatório de Gestão
 RIBAC – Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL – Reserva Legal
 RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA – Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD – Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG – Sistema de Informações Geográficas
 SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR – Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD – Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE – Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU – Tribunal de Contas da União
TD – Título Definitivo
TDA – Título da Dívida Agrária
TI – Tecnologia da Informação
UA – Unidade Avançada
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UMC – Unidade Municipal de Cadastramento
UO – Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Este relatório é parte do processo de contas do exercício de 2012 da Superintendência Regional do Incra no Acre-SR(14)AC, para apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União-TCU, segundo orientações da Instrução Normativa/TCU/nº 63, de 01.09.2010, baseada nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. Busca abranger a totalidade das ações desenvolvidas no âmbito da Superintendência, de forma a permitir uma visão sistêmica dos programas e ações realizados pelo Incra no Acre, em que detalhamos o desempenho orçamentário financeiro a partir dos indicadores institucionais.

Inicialmente discorremos sobre a finalidade e competência institucional e os objetivos estratégicos da instituição no item 1.2 (Finalidade e competência institucionais da unidade jurisdicionada), seguido das Estratégias de Atuação Frente as Responsabilidades Institucionais, com análises do andamento dos planos de ação e estratégico da Superintendência.

Na sequência, apresentamos os programas do Incra que se desdobram em ações que compõem o Programa Nacional de Reforma Agrária. Estes perpassam todo o processo de implementação da reforma agrária, que se inicia com a obtenção da terra e o assentamento de beneficiários, e prossegue com o desenvolvimento de ações de cidadania, infraestrutura e empreendimentos produtivos sustentáveis e a regularização fundiária do imóvel.

Começamos com o Programa 2066 – Reforma Agraria e Ordenamento da Estrutura Fundiária, cujas ações Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária; Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária e Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária constituem o primeiro passo para a democratização do acesso à terra pelas famílias produtoras rurais.

Após a obtenção da terra e o assentamento de trabalhadores rurais, o Incra promove as ações de desenvolvimento e qualificação de Projetos de Assentamento, a saber: Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento; Demarcação Topográfica em Projeto de Assentamento; Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol; Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária; Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento e Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas. Estas ações formam o desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, ainda objetivando qualificar os assentamentos rurais temos as ações que promove a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária contando com ações de Educação de Jovens Adultos no Campo; Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária, no exercício de 2012 a Superintendência Regional, somente trabalhou na ação de Capacitação e Formação profissional de Nível Médio e Superior. Continuando neste tema temos o Programa 2012 Agricultura Familiar com ação de Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária que especificamente disciplina, amplia, organiza e qualifica a prestação dos serviços de ATER para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais contando com a ação de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.

Ainda no Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária temos as ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural e do Sistema de Cadastro Rural, Estruturação, Implantação e Manutenção de Sistemas Cadastrais e Cartográficos e Gestão de Terras Públicas.

O Programa Terra Legal, criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, cuja finalidade é a regularização fundiária das terras devolutas da Amazônia Legal, impulsiona as ações de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional; da Regularização Fundiária de Imóveis Rurais; Retomada de Terras Públicas e Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas, a Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal ligada a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal que deverá apresentar relatório de gestão consolidado observando que a execução orçamentária e financeira da Divisão Estadual foi centralizada na Superintendência Nacional.

Para a viabilização desses programas e ações, foi criado o Programa Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação e Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário com a finalidade de melhorar os processos de trabalho, proporcionar o crescimento profissional e melhorar os índices de satisfação dos serviços prestados à sociedade.

A este, seguem-se outras ações voltadas à promoção de justiça social no meio rural, cidadania e garantia dos direitos humanos. São elas: - Documentação da Trabalhadora Rural, Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, Mediação de Conflitos Agrários e Brasil sem Miséria.

A última ação dá suporte a todos os programas por meio da ação Administração da Unidade.

A seguir relacionamos os itens, subitens, quadros e ações que não fazem parte da estrutura do Relatório de Gestão da UJ.

- Item 4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ;
- Subitem 4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ;
- Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático;
- Subitem 4.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a Programas Temáticos de responsabilidade da UJ;
- Quadro A.4.2 – Objetivos de Programas Temáticos de responsabilidade da UJ;
- Subitem 4.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de responsabilidade de UJ;
- Quadro A.4.3 – Iniciativas de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ;
- Quadro A.4.4.1.3 – Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ – Ação 2114;
- Quadro A.4.4.1.4 – Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ – Ação 4426
- Quadro A.4.4.2.2 – Ações de Programa Temáticos de responsabilidade da UJ – Ação 4448;
- Quadro A.4.4.1.18 - Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da UJ – Ação 4474;

- Quadro A.4.4.1.19 - Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da UJ – Ação 6952;
- Subitem 4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;
- Quadro A.4.4.3.1 – Ações de Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 0859;
- Quadro A.4.4.3.2 – Ações de Programa Temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1;
- Subitem 4.1.4.4 Informações sobre Programas de Gestão, manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ;
- Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120;
- Subitem 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes;
- Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes;
- Subitem 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital;
- Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital;
- Subitem 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência;
- Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência;
- Subitem 4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários;
- Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários;
- Subitem 4.2.4.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários;
- Quadro A.4.13 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito Originários;
- Subitem 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Quadro A.5.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Subitem 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral;
- Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF);
- Subitem 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B;
- Quadro A.5.9 – Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”);
- Subitem 5.4.1.3 – Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo;

- Quadro A.5.10 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador;
- Subitem 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ;
- Quadro A.5.11 – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica);
- Subitem 5.4.1.5 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos;
- Quadro A.5.12 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF);
- Item 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ;
- Item 5.6 Gestão de Precatórios;
- Subitem 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão;
- Quadro A.6.14 Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada – SR.14/AC UPAG 705;
- Subitem 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público;
- Quadro A.6.15 Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados SR.14/AC – UPAG 705;
- Subitem 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados;
- Quadro A.6.16 Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados SR.14/AC – UPAG 705;
- Subitem 10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício;
- Quadro A.10.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício;
- Subitem 10.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício;
- Quadro A.10.2 Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício;
- Subitem 10.1.4 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício;
- Quadro A.10.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício;
- Subitem 11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos;
- Subitem 11.2.1 Declaração Plena;

- Quadro A.11.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada;
- Subitem 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008;
- Subitem 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976;
- Subitem 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais;
- Subitem 11.6 Parecer de Auditoria Independente;

1 Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre		
Denominação abreviada: INCRA/SR(14)AC		
Código SIORG: 4039	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373015
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(068) 3214 3000/3035/3086	
Endereço eletrônico:		
http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua Santa Inês, nº 135 – Bairro Aviário – CEP:69.900-878 – Rio Branco-AC		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
– Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA – Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA – Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
– Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA – Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
– Manual Operacional de ATEs 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 – Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 – Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial – Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 – Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 – Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 – Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 – Manual de Cadastro Rural – Manual de Fiscalização Cadastral		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373016	Unidade Avançada Alto Juruá	
373017	Unidade Avançada Alto Purus	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373001	373015	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09/07/1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo território nacional, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735 de 27/03/2006 com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03/04/2009, seus direitos, competências, atribuições e responsabilidades estão estabelecidas na Lei nº 4.504 de 30/11/1964 – ESTATUTO DA TERRA e legislação complementar, especialmente a promoção da reforma agrária e o gerenciamento da estrutura fundiária nacional.

O INCRA tem como finalidades:

I – promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II – promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III – promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação visando incorporá-las ao sistema produtivo; e

IV – gerenciar a estrutura fundiária do país.

O INCRA tem como atividades principais:

I – quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:

a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº 4.504/64;

b) definir critérios da fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;

c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural;

d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;

e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;

f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;

g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976;

h) regularizar as ocupações das terras na forma dos arts. 97 a 102, da Lei nº 4.504/64;

i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e

j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

II – quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:

a) promover as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;

b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;

- c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
- d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº 4.504/64 e da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991;
- e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
- f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
- g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

III – quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:

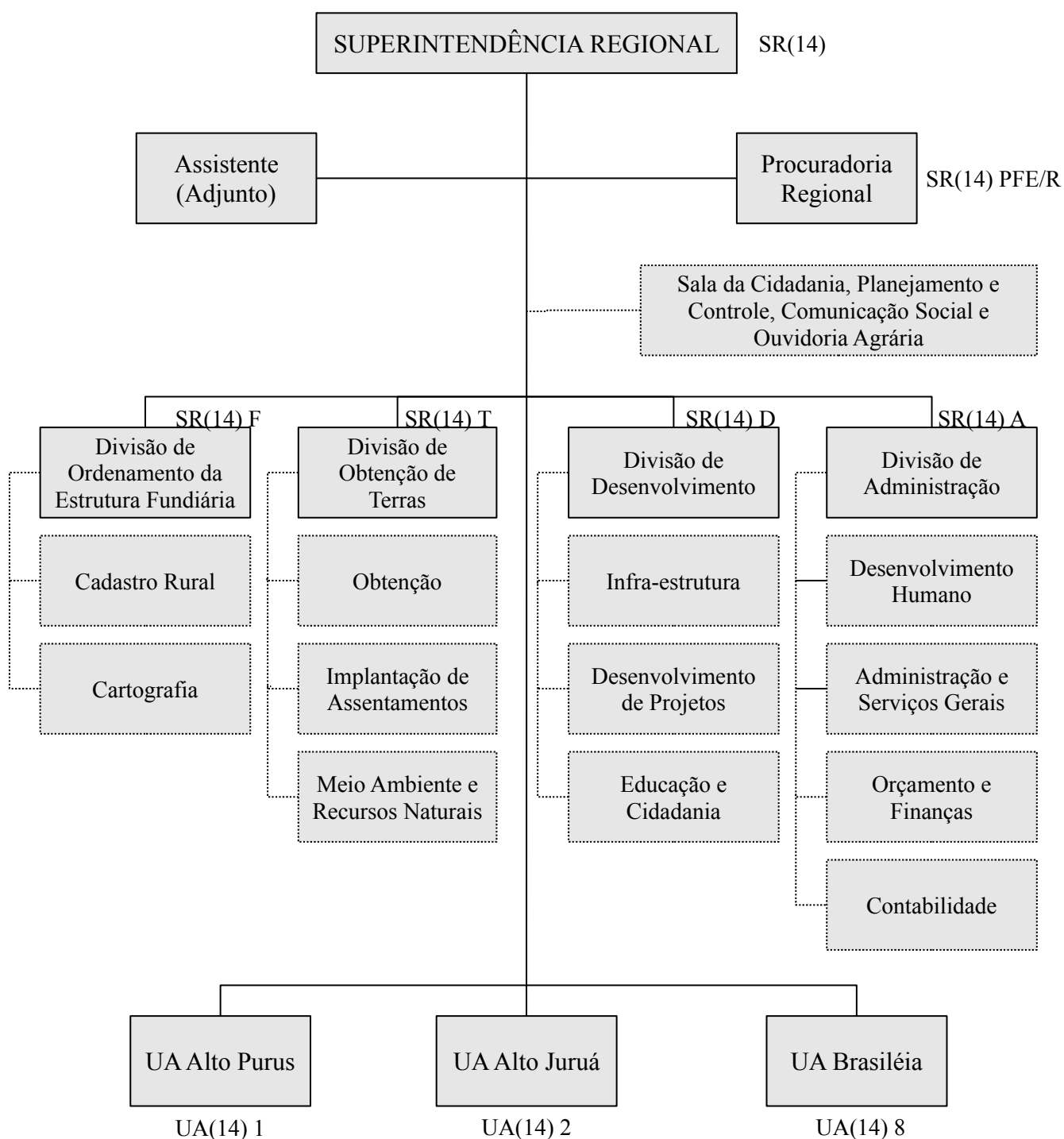
- a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infraestrutura básica;
- b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;
- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e
- d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

A autarquia estabeleceu uma estrutura organizacional nacional, representada nos Estados, que se reflete em 30 (trinta) Superintendências Regionais, responsáveis pela execução dos Programas e Ações estabelecidos no Programa Pluri Anual (PPA) 2008/2011.

Conforme Regimento Interno autorizado pelo Decreto nº 6.812 de 03/04/2009 e Portaria nº 20 de 08/04/2009, as Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, os quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

No estado do Acre o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária é representado pela Superintendência Regional do Acre – SR.14 com jurisdição em todo Estado cuja estrutura organizacional é composta de 4 divisões setoriais sendo Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – que atua no gerenciamento e fiscalização da estrutura fundiária; Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – que promove a obtenção de terras, o assentamento de trabalhadores rurais e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais; Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – que reúne as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e garante acesso aos créditos, serviços básicos e infraestrutura; Divisão Administrativa – que gerencia os recursos humanos e apoia administrativamente as outras divisões e 3 unidades avançadas que são órgão descentralizados, de caráter transitório elas são: Unidades Avançadas de Brasileira, Alto Purus e Alto Juruá.

1.3 Organograma Funcional



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Grama-ordinária foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27 de março de 2006 e 5.928 de 13 de outubro de 2006 e Portarias MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, criando as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00), subordinadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, estabelecendo as atribuições/competências de cada um dos setores, conforme transcrição abaixo:

À Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre – SR(14) – órgão descentralizado, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionados ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional possuem as seguintes atribuições:

I – Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania):

- a) gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão;
- b) orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR de acordo com as normas vigentes;
- c) emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR;
- d) emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes;
- e) buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão;
- f) promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado;
- g) subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; e
- h) administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso à sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e
- i) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

II – De Planejamento e Controle:

- a) coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado;
- b) coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária;
- c) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária na Superintendência Regional;
- d) disseminar, no âmbito de sua competência as orientações emanadas do órgão central;

e) coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações;

f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional;

g) coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais;

h) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional;

i) realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança;

j) propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional;

k) gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional;

l) promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação;

m) prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos;

n) manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas;

o) realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados;

p) dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e

q) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

III – De Comunicação Social:

a) assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos;

b) elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central;

c) promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA;

d) produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional;

e) realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social;

f) supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas;

g) providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional;

h) apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; e

i) produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e

j) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

IV – De Ouvidoria Agrária:

a) prevenir e mediar conflitos agrários;

b) articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; e

c) receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e

d) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

À Procuradoria Regional-SR(14)PFE/R compete promover a representação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

À Divisão de Administração-SR(14)A compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades dentre outras:

I – De Desenvolvimento Humano:

a) coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal;

b) manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão;

c) instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais;

d) expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais;

e) efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação;

f) acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais;

g) executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e

h) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

II – De Contabilidade:

a) executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União;

b) orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição e manter atualizado o rol de responsáveis;

c) elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo;

d) examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transparência de recursos;

e) controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens;

f) instaurar processo de Tomada de Contas Especial;

g) promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI dos órgãos inadimplentes;

h) controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e

i) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

III – De Administração e Serviços Gerais:

- a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;
- b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;
- c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;
- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;
- i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e
- j) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

IV – De Orçamento e Finanças:

- a) acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais;
- b) promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas;
- c) movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de operadores e diária dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI;
- d) registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres;
- e) registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias;
- f) promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária.
- g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária-SR(14)F compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Cadastro Rural:

- a) executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento na regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas;
- b) analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais;
- c) avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações;
- d) acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais;
- e) propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento-UMC e sua integração ao SNCR;
- f) propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC;
- g) propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR;
- h) desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais;
- i) manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem;
- j) desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras;

k) executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições;

l) executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; e,

m) executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e

n) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

II – De Cartografia:

a) analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação;

b) executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais;

c) produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país;

d) produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA;

e) adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e

f) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Obtenção de Terras-SR(14)T compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Obtenção:

a) proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária;

b) participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras;

c) atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras;

d) coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais;

e) acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica;

f) promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e

g) outras atividades compatíveis com suas competências.

II – De Implantação de Assentamentos:

a) proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização;

b) executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas;

c) providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento;

d) elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento;

e) gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária;

f) aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e

g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III – De Meio Ambiente e Recursos Naturais:

a) elaboração de mapeamentos temáticos;

b) adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA;

c) fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas;

d) analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária;

e) monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária;

f) promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e

g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Desenvolvimento- SR(14)D compete coordenar, executar e supervisionar a implantação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Infraestrutura:

a) acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia;

b) promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES;

c) proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária;

d) analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos;

e) nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos:

- elaborar os projetos básicos;
- analisar e emitir pareceres técnicos;
- acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços;
- promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais;
- acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; e
- acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

f) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

II – De Desenvolvimento de Projetos:

a) selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos;

b) implementar projetos de apoio à agroindustrialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento;

c) executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidade e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sociocultural e econômico dos projetos;

d) analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência;

e) promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização;

f) promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização;

g) definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio;

- h) realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas;
- i) emitir contrato de concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária;
- j) autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização;
- k) promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e
- l) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III – De Educação e Cidadania:

- a) promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA;
- b) divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional;
- c) analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania;
- d) apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais;
- e) mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania;
- f) apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária;
- g) articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária;
- h) promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária;
- i) promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo;
- j) articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES; e
- k) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Às Unidades Avançadas-SR(14)UA compete executar as atividades finalísticas e especialmente:

- I – supervisionar os projetos de reforma agrária e de colonização;
- II – executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária;
- III – articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária e de colonização; e
- IV – outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Às Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA(04) compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

Ao Serviço Técnico-militar(04)T, compete:

- I – mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas;
- II – executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional;

- III – executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação;
- IV – executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas;
- V – executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas;
- VI – executar a alimentação de banco de dados geoespaciais;
- VII – executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária;
- VIII – análise e verificação da consistência dos cadastros coletados para fins de atualização cadastrais;
- IX – mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas;
- X - analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas;
- XI – realizar levantamento dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização;
- XII – executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária;
- XIII – propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e
- XIV – outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Ao Serviço Administrativo SRFA(04)A, compete:

- I – solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhete de passagens;
- II – examinar as prestações de contas de diárias e suprimentos de fundos;
- III – acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos;
- IV – solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;
- V – solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;
- VI – solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação;
- VII – solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;
- VIII – solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas;
- IX – recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência;
- X – expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência;
- XI – manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e
- XII – outras atividades compatíveis com suas atribuições.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos são entendidos pelos vetores "**Obtenção de Terras**", "**Desenvolvimento de Assentamentos**" e "**Ordenamento da Estrutura Fundiária**". Nesse sentido, estão diretamente ligados à premissa funcional e institucional das respectivas Diretorias – DT, DD e DF. Remetendo esse entendimento para as regionais seriam representados pelas respectivas Divisões. Nesse ponto, deverão ser descritos os principais objetivos estratégicos em consonância às questões de Obtenção, Desenvolvimento e Ordenamento. Por exemplo, quais as principais fases e processos envolvidos em cada instância, os normativos, identificação dos setores envolvidos (coordenações), a vinculação de cada fase e processo e também como se deu a condução desses macroprocessos;

Macroprocessos Finalísticos	Macro Processos de Apoio	Gratificação (DAS)
Criação de Projetos de Assentamento e assentamento de famílias	Vistoria e avaliação de imóveis rurais	Não
	Obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária	Sim
	Cadastro e seleção de famílias a serem beneficiadas	Não
	Supervisão ocupacional dos lotes já existentes	Não
	Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento	Sim
Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	Disponibilização de Crédito	Sim
	Implantação de infraestrutura viária e de fornecimento de água	Sim
	Concessão assistência técnica produtiva	Não
	Incentivo agroindustrialização e comercialização de produtos da R.A	Não
	Acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis	Não
Regularização Fundiária	Gerenciamento e fiscalização cadastral dos imóveis rurais	Sim
	Georreferenciamento da malha fundiária nacional	Não
	A regularização fundiária e titulação de imóveis rurais	Não

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os **macroprocessos de apoio** são entendidos pelos vetores "**Administração**" e "**Planejamento**". Na Sede são representados respectivamente pelas diretorias DA, DE e Gabinete da Presidência. Nas regionais representadas pela Divisão de Administração e a área de planejamento junto ao gabinete.

1.6 Principais Parceiros

A Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre, diante da demanda ora proposta pela Sede em Brasília, sempre buscou junto aos órgão internos da administração Pública a proposição de parcerias, isto posto, no afã de atingir seus objetivos, ou seja, a observância das diretrizes e metas institucionais, no sentido de garantir ao nosso público-alvo, da mesma forma, a comunidade em geral a publicidade de nossas ações, demonstrando assim a transparência.

Nesta percepção foram estabelecidas parcerias internas com o Programa Terra Legal/MDA buscando dar maior celeridade nos procedimentos de regularização fundiária, principalmente no tocante a certificação das áreas Federais, as quais já resultaram na certificação de algumas áreas, com por exemplo a Gleba Arez Parte A, B e C, e a Gleba Afluente Parte A e Parte B.

Cumpre assinalar que tal parceria já acontece desde a criação do Programa Terra legal, porém, vem se fortalecendo no decorrer dos anos, até porque existe a necessidade da correlação entre as ações distintas porém vinculadas.

Na mesma linha de raciocínio, a SR.14/AC fomentou a continuidade da parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação ao Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, contribuindo por demasiadamente, aos agricultores no geral a possibilidade da sua inserção nos programas sociais do Governo Federal e em outras políticas públicas disponíveis, da mesma forma, proporcionando a ratificação de sua cidadania.

No tocante as parcerias externas, a Superintendência concretizou com o Governo do Estado do Acre a implementação de diversas ações no sentido de promover as ações ou melhor implementar as diretrizes institucionais do Programa Nacional de Reforma Agrária, promovendo a Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável dos nossos assentamentos.

Nesta lide, foi estabelecido parceria junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado do Acre – IMAC, no sentido de maior celeridade na habilitação ambiental dos projetos de assentamento do INCRA no Estado.

Da mesma forma, outras parcerias firmadas com a Secretaria de Desenvolvimento Florestal da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS e a Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF implementaram políticas voltadas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos nossos assentamentos, estes realizados através do fomento das atividades econômicas, inserindo os assentamentos no contexto da produtividade sustentável, visando agregar ao fator econômico-social o princípio da produtividade ambientalmente correta.

É bom frisar que estas parcerias foram responsáveis pelos aportes de recursos financeiros que fomentaram a aquisição, e por conseguinte distribuição de equipamentos agrícolas e/ou quites profissionalizantes, no intuito de atender a necessidade do pequeno agricultor, dando-lhes a oportunidade de melhorar sua renda familiar.

Outro destaque destas parcerias, com ênfase na Regional do Alto Juruá, é a existência de uma ação de distribuição de mudas, onde o Governo do Estado disponibilizará em 2012, 200 mil árvores frutíferas e nativas da floresta da Amazônica, desta feita, o produtor assentado terá a oportunidade de melhorar a produção de sua área, além de evitar problemas com a legislação ambiental.

2 Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Diante das finalidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como instituição pública executiva, de promover a reforma agrária, a colonização, a discriminação e arrecadação de terras devolutas e gerenciar a estrutura fundiária nacional, um planejamento estratégico é o instrumento primordial para direcionar as ações do Órgão para se alcançar os objetivos propostos.

Dentro do Plano Plurianual (PPA) que define os programas prioritários do Governo Federal, as ações vinculadas ao INCRA exercem papel fundamental no desenvolvimento social do país. Assim, considerando a estrutura regimental, a Superintendência Regional do INCRA no Acre é responsável em executar as atividades do Órgão no Estado, portanto, se norteia sempre num planejamento estratégico que facilita a execução das atividades, como também a discriminação de competências institucionais e respeito aos normativos legais.

Considerando a missão nada fácil de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário do Acre, com o objetivo finalístico de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, a Superintendência Regional possui estrutura administrativa que abrange todo o Acre, compreendida da Sede em Rio Branco e três Unidades Avançadas, sendo uma na Regional do Alto Purus (Sena Madureira), outra na Regional do Alto Juruá (Cruzeiro do Sul), e a última no Alto Acre, em Brasileia. São sob sua responsabilidade cerca de 32.058 famílias assentadas ou reconhecidas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária em 156 projetos, numa área de mais de 5,5 milhões de hectares.

O planejamento estratégico ou Plano de Compromissos da Superintendência do INCRA no Estado do Acre para o ano de 2012 foi construído com ampla participação dos servidores. Arrimado nas premissas estabelecidas pelo Plano Plurianual da União – PPA para o período de 2012 a 2015 (Lei nº 12.593) e com a Lei Orçamentária Anual– LOA para o exercício financeiro de 2012 (Lei nº 12.595). A principal expectativa foi executar as ações relacionadas aos Programas Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (2066) e Agricultura Familiar (2012), focando-se especialmente em metas prioritárias estabelecidas pela Programação Nacional do Órgão e também em demandas dos movimentos sociais locais.

O referido Plano norteou a Instituição na condução dos seus processos de gestão e na atuação mais precisa por parte das Divisões em buscas dos resultados a serem alcançados. Dessa forma, subsidiou os gestores na tomada de decisões gerenciais que otimizaram a execução física e orçamentária/financeira dos programas e ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, além daquelas voltadas a agricultura familiar, com também na gestão e manutenção da Unidade. Além disso, serviu como baliza a todos os servidores da unidade, que se apropriaram do conhecimento regimental, na consecução dos objetivos relacionados aos programas sob competência do INCRA.

Não se pode deixar de mencionar que todas as ações abordadas não foram isoladas das políticas públicas do Estado e dos Municípios do Acre para o ano de 2012, pois, somaram esforços em busca dos objetivos comuns.

Dentre todos os resultados alcançados, destaca-se a criação e/ou reconhecimento de mais cinco (5) projetos de assentamento no Estado, além do assentamento de outras 796 famílias em vários projetos. Mais ainda, em 2012 também foram adequados a legislação ambiental vigente 8 projetos de assentamento; atendidas mais de 7.500 famílias com serviços de assessoria técnica, social e ambiental em dezenas de projetos de assentamento; outras 1.579 famílias com contratos do

PRONAF formalizados em instituições financeiras que geraram investimentos na ordem de quase 23 milhões de reais na produção rural do Acre; finalizadas 25 casas modelo de produção de farinha que beneficiaram cerca de 575 famílias em 21 projetos de assentamento espalhados; concessão de Crédito Instalação a 930 famílias com investimentos na ordem de 18,5 milhões de reais, além da aplicação efetiva de mais de 11 milhões na construção de moradias rurais e outras modalidades de créditos incluindo o fomento a produção; e por fim, investimentos de aproximadamente 10 milhões de reais em obras de infraestrutura que vai viabilizar a implantação, melhoramento e/ou recuperação de estradas em assentamentos rurais que beneficiarão milhares de famílias, além de outras não menos importante para o desenvolvimento sustentado do Acre.

Em síntese, é possível afirmar que as ações implementadas representaram um grande salto, quantitativo e qualitativo em direção a uma autarquia voltada para resultados e focada no cliente/cidadão.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Na implementação da política de reforma agrária, além dos princípios constitucionais e legais que asseguram a sua execução, as ações do INCRA foram orientadas com base em eixos estratégicos a seguir relacionados:

1. Democratização do acesso à terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciamento da estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidade de gênero, raça e etnia.

2. Implementará a Reforma Agrária de forma participativa afirmando a importância da participação da sociedade civil organizada e do controle social na implantação das políticas públicas desenvolvidas dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias institucionais.

3. Fiscalização da função social dos imóveis rurais contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo através do uso da terra para produzir, observando os princípios da sustentabilidade ambiental, do trabalho livre e do bem social.

4. Qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso à infraestrutura básica, o crédito e assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes contribuindo para a capacitação dos assentados, o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas consolidando a qualidade de vida nos assentamentos rurais.

5. Gerenciamento da estrutura fundiária nacional pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

6. Apresentamos a seguir, as estratégias implementadas referentes aos principais programas desenvolvidos pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre.

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária-SR.14/F, uma das responsáveis pela implementação do Gerenciamento da Estrutura Fundiária, intensificou as análises dos processos para emissão de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais-CCIR, acelerou a ampliação da produção de mapas temáticos visando a execução das ações de certificação, ajustes da base cartográfica, atualização cadastral, propiciando um maior controle das ações de combate de grilagem de terras. Esse trabalho se baseia também em uma estratégia de mobilidade funcional e logística de abrangência sistêmica e envolvimento das outras divisões.

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento-SR.14/T, realizou em 2012 vistorias de imóveis rurais conjunta – vistoria preliminar para coleta de dados e informações e avaliação ao mesmo tempo. Este procedimento gerou economia de recursos financeiros e proporcionou agilidade na tramitação de processos. O resultado foi satisfatório sendo vistoriado aproximadamente 47.000 ha superando a meta empreendida à Superintendência. Ocorreu a intensificação do cadastro e seleção de famílias propiciando a ampliação da base de candidatos ao Programa de Reforma Agrária. De outra frente a Divisão de Obtenção tem atuado com instrumentação direcional sistemática na execução das perícias judiciais e audiências de conciliação e na atualização da planilha de preços referenciais de terras, mantendo atualizado os dados referentes a dinâmica do mercado regional de terras e suas variáveis.

O setor de Serviço de Meio Ambiente tem promovido dois eixos importantes na regularização ambiental dos projetos de assentamento tendo como estratégia a utilização do Sistema de Gestão de Processo de Licenciamento Ambiental como ferramenta tecnológica que possibilita uma maior agilidade nos protocolos de Licenças Ambientais. Com esse sistema já foi possível atingir a meta de protocolo junto ao Órgão Ambiental Licenciador do Estado de mais de 70% das Licenças de Instalação e Operação de projetos de assentamento já criados pelo INCRA.

Em outra frente igualmente importante o Serviço de Meio Ambiente está atuando na manutenção da sustentabilidade dos assentamentos por meio parcerias com a SEAPROF na implementação de projetos de recuperação de áreas alteradas da Reforma Agrária. Vem participando dos trabalhos de monitoramento e sistematização de informações quanto a utilização dos recursos naturais em parceria com o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Acre e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Destaca-se ainda como estratégia do setor a promoção da regularização e proteção de áreas protegidas por lei, notadamente os sítios arqueológicos presentes em áreas de Projeto de Assentamento por meio da contratação de estudos arqueológicos identificados em assentamentos da Reforma Agrária no Estado.

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-SR.14/D, concentra três grandes programas – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, Educação no Campo e Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – que reúnem 9 ações. Sua atuação abrange 151 assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra.

Praticamente todas as ações desta Divisão, como demarcação topográfica, titulação, implantação e recuperação de infraestrutura, fomento à agroindustrialização, crédito instalação, assistência técnica, Educação no Campo, sofrem descontinuidade no exercício, em função das condições climáticas da região.

O processo de titulação de terras foi possível ser realizado de forma substancialmente satisfatória em relação as metas propostas, haja vista, a otimização de recursos humanos e financeiros para realização das atividades concomitantes realizadas em vistorias de campo.

Quanto a situação ocupacional dos assentamentos, tratado na Instrução Normativa nº 47/2008, a Superintendência promoveu vistorias para verificação de irregularidades em 31 Projetos de assentamento, atingindo uma meta de 1.340 lotes. Essa ação viabilizou o processo de mobilidade direcional combinada para a retomada de lotes ocupados irregularmente, os quais possibilitaram de modo significativo o cumprimento das metas de assentamento previstas no presente exercício.

Ressalte-se ainda que este procedimento é de natureza contínua e deve continuar em 2012, com o apoio dos técnicos contratados pelas empresas prestadoras de serviços de assistência técnica, os quais darão suporte às atividades da comissão responsável.

A assistência técnica foi iniciada efetivamente em janeiro de 2011, beneficiando 5.018 assentados, correspondendo a um percentual de 20% das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado.

Neste sentido constitui-se um grande desafio para o INCRA viabilizar uma articulação para identificação e ampliação dos serviços de ATEs para atender os assentados ainda não contemplados. Ocorre que temos limitação no que se refere a empresas capacitadas e devidamente cadastradas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Acre para realização dessa atividade, já que exige que as empresas interessadas tenha um quadro de capacidade e competência necessária para a realização e aplicação dos serviços requeridos.

Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração que coordena os Programas Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário e Apoio Administrativo, atua na administração e capacitação de recursos humanos e nas atividades de apoio às ações finalísticas. As metas de capacitação superaram as do ano passado, chegando a 78,67%, contribuindo para o bom desempenho da Superintendência este ano. De outro lado a Divisão vem atuando com ações para melhorias das licitações sustentáveis e gestão ambiental institucional no âmbito da Superintendência Regional, com a adoção de medidas que ensejam a redução do consumo de água, energia, diminuição de uso de papel e copos descartáveis com o apoio do Setor de Serviço de Meio Ambiente.

De um modo geral é o desenvolvimento de formas distintas de atuação dentro de uma visão sistêmica da Instituição, envolvendo o potencial dos servidores, observando a análise dos diversos resultados alcançados, dos indicadores pretendidos, combinada com uma programação operacional integrada e baseada em estratégias consistentes. Chegamos a conclusão de que os resultados alcançados refletiram de forma positiva todas as ações da Superintendência na melhoria do desempenho.

Finalizando, destacamos que Superintendência Regional do INCRA no Acre, no exercício de 2012, recebeu de provisão orçamentária um total de **R\$ 49.968.084,12** (quarenta e nove milhões, novecentos mil, seiscentos e sessenta e oito reais e doze centavos) resultando em uma aplicação dos recursos orçamentários e financeiros de aproximadamente 98,72%.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre promove a Reforma Agrária e o ordenamento fundiário, como instrumentos de desenvolvimento territorial e inclusão social. Temos sob nossa gestão 119 Projetos de Assentamento de várias modalidades – Projeto de Assentamento Dirigido ou de Colonização – PAD/PC, Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE, Projetos de Assentamento Sustentável – PDS e Projetos de Assentamento Florestal – PAF e reconheceu mais de 37 Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais do IBAMA, Florestas e Polos do Governo do Estado e Projetos Casulos Municipais em aproximadamente 6,5 milhões de hectares. São aproximadamente 32.000 famílias entre assentadas e reconhecidas pelo INCRA. Para a consecução de seus objetivos o INCRA adotou o envolvimento direto dos atores sociais beneficiários da Reforma Agrária, que somam esforços através das parcerias, visando minimizar as limitações orçamentárias e operacionais decorrentes do Decreto Presidencial, limitando os recursos para pagamento de diárias para serviços de campo. De outro lado o INCRA mantém um bom relacionamento e articulação com Instituições do Estado no sentido de ampliar e internalizar diversas ações que estão integradas com as atividades operacionais constantes no Plano de Ação da Unidade Jurisdicionada.

Entre as ações do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado incluem-se a criação e o reconhecimento de assentamento e a regularização fundiária de propriedades rurais, de forma a promover a reforma da estrutura fundiária do Acre. Para isso, promovem pesquisa e revisão cartorial, vistorias e avaliações de imóveis rurais, requerimento de licenças ambientais prévias e licenças de instalação e operação junto aos órgãos competentes, georreferenciamento e titulação de imóveis, visando implementar seus programas e ações, entre os quais o de Assentamento de Trabalhadores Rurais, Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, cujas práticas devem resultar no ordenamento fundiário do Estado, na democratização do acesso à terra e no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das famílias assentadas e produtores rurais em geral.

Definidos os limites orçamentários da Unidade Jurisdicionada através do Plano de Compromisso foi construído o Plano de Ação Estratégico, para o exercício, com a participação dos gestores setoriais e asseguradores de ações, com o objetivo principal de organizar os processos, otimizar os recursos orçamentários e financeiros, subsidiar os gestores nas decisões gerenciais, melhorar a execução física dos programas e ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária tendo por base as diretrizes estratégicas e operacionais da Autarquia com foco no atingimento da missão do INCRA e no alcance de seu principal “Valor Público” que é a democratização do acesso à terra. Consideramos ainda, que o Superintendência Regional do Incra, atua nos 22 municípios acrianos, onde temos assentamentos de Reforma Agrária que dinamizam o desenvolvimento municipal e regional por meio das parcerias com os governos Municipais e Estadual gerando projeção econômica na sustentabilidade das famílias assentadas, e favorecendo a implementação de uma dinâmica operacional compatível com um planejamento operacional equilibrado.

2.4 Indicadores

Programa: 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

- a) **Indicador:** Índice de cadastramento de imóveis rurais.
Descrição: Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a lei 568/72, em relação a superfície total no nível de agregação
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: %
Fonte e Fórmula: Superfície ocupada por imóveis cadastrados no SNCR (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela jurisdição do INCRA, no nível de Agregação (ha) multiplicado por 100
Valor Apurado: 51%
- b) **Indicador:** Índice de análise de processos de certificação de imóveis.
Descrição: Indica o percentual de processo de certificação finalizada no exercício em relação a os processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo.
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: %
Fonte e Fórmula: Número de processos de certificação protocolados finalizados em exercício dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação multiplicado por 100.
Valor Apurado: 17.5%
- c) **Indicador:** Índice de gastos com obtenção de terras
Descrição: Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: R\$
Fonte e Fórmula: Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras, gastos no programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR, no exercício dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no nível de agregação.
Valor Apurado: 1.868,82/ha.
- d) **Indicador:** Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de Assentamentos.
Descrição: Indica o percentual de PA(s) com processos de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licença ambiental expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012

Unidade de Medida: %

Fonte e Fórmula: Quantidade de PA(s) com licença ambiental protocolada no SIR e dados do IBAMA e Secretarias do Meio Ambiente no exercício, dividido pelo número de licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100.

Valor Apurado: 50%

- e) **Indicador:** Índice de projetos de assentamentos com licença ambientais em vigor.

Descrição: Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.

Nível de Agregação: SR14/AC

Periodicidade: Exercício 2012

Unidade de Medida: %

Fonte e Fórmula: Quantidade de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor no SIR, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, multiplicado por 100.

Valor Apurado: 0

- f) **Indicador:** Índice de acesso às estradas transitáveis outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas.

Descrição: Expressa o acesso às estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.

Nível de Agregação: SR14/AC

Periodicidade: Exercício 2012

Unidade de Medida: %

Fonte e Fórmula: Número de unidades produtivas providas com acesso às estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação multiplicado por 100.

Valor Apurado: 50%

- g) **Indicador:** Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Descrição: Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.

Nível de Agregação: SR14/AC

Periodicidade: Exercício 2012

Unidade de Medida: %

Fonte e Fórmula: Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação multiplicada por 100.

Valor Apurado: 70%

- h) Indicador:** Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou a outra linha de crédito voltadas a produção
Descrição: Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: Unidade
Fonte e Fórmula: Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício obtido junto ao MDA, no exercício no nível de agregação.
Valor Apurado: 1.579
- i) Indicador:** Índice de pavimento de Assistência técnica
Descrição: Expressa a quantidade famílias atendidas pela assistência técnica
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: %
Fonte e Fórmula: Número de famílias PA(s) conforme constante do sistema SIPRA, dividida pelo número de famílias no nível de agregação multiplicado por 100.
Valor Apurado: 29%
- j) Indicador:** Índice parcelas supervisionadas
Descrição: Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 IN 47/2008
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: %
Fonte e Fórmula: Quantidade de parcelas supervisionadas dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação multiplicada por 100.
Valor Apurado: 1%
- k) Indicador:** Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados
Descrição: Expressa o número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das portarias Incra nº 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: Unidade
Fonte e Fórmula: Quantidade de projetos ambientais diferenciados criados no período conforme o sistema SIPRA.
valor Apurado: 4

- l) Indicador:** Índice de abrangência de capacitação.
Descrição: Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: %
Fonte e Fórmula: Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação multiplicado por 100.
valor Apurado: 77%
- m) Indicador:** Índice de horas e capacitação.
Descrição: Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: Horas/funcionário
Fonte e Fórmula: Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários informado pela unidade, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.
valor Apurado: 13,80h
- n) Indicador:** Índice de aprovação de convênios
Descrição: Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01,93 e lei 8.666.
Nível de Agregação: SR14/AC
Periodicidade: Exercício 2012
Unidade de Medida: %
Fonte e Fórmula: Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/quantidades de convênios com status "comprovado" no exercício. multiplicado por 100.
valor Apurado: 60% (3 (APROVADOS) / 5 (COMPROVADOS) = 60%)
- o) Indicador:** Índice de provimento de PDA/PRA
Descrição: Expressa a quantidade de Projetos de Assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA.
Nível de Agregação: SR.14/AC
Periodicidade: Exercício de 2012
Unidade de Medida: %
Fonte e Fórmula: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pelo pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação multiplicado por 100.
Valor Apurado: 58%

p) Indicador: Índice de Consolidação de Assentamentos

Descrição: Expressa a taxa de consolidação de assentamentos.

Nível de Agregação: SR.14/AC

Periodicidade: Exercício de 2012

Unidade de Medida: %

Fonte e Fórmula: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação, multiplicado por 100.

Valor Apurado: 39%

O INCRA tem caminhado com os desafios e a responsabilidade de avaliar o impacto e o funcionamento de suas ações, programas e serviços. Com o objetivo de melhorar sempre a qualidade dos dados e informações fazendo uso de suas ferramentas visando à melhoria das informacionais, de modo a melhorar e facilitar o seu monitoramento.

A avaliação dos resultados da Unidade Jurisdicional é realizada por meio de indicadores específicos que analisam aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de ações e programas executados na Reforma Agrária. As atividades são agregados por setores, ações e programas implementados pela Superintendência Regional, a qual define unidades de medidas apropriadas com base em e fórmulas específicas para se chegar a um determinado valor apurado.

As ações estratégicas apesar de ser distintas têm áreas de atuação de acordo com o fluxograma da Instituição e a Programação Operacional, e são interligadas, levando-se em conta o leque de parceria com outras instituições públicas para se atingir os índices pretendidos.

Nesse sentido o INCRA avalia um conjunto desses indicadores que no geral são responsáveis pela resposta da programação operacional da Instituição. Estes permitem identificar a partir dos valores apurados o desempenho e os resultados que promovem desde a implantação até a consolidação dos Projetos de Assentamento realizados para promover uma Reforma Agrária com qualidade.

Vale ressaltar que a avaliação desempenho é realizada por metas quantitativas e qualitativas e serve de subsídio para aprimorar a aplicação dos programas. A cada mês ocorre a apuração das informações e a cada trimestre conforme a necessidade replanejamento a partir das operações já realizadas pela UJ.

Desse modo o INCRA do Acre tem alcançado resultados satisfatórios em suas áreas de atuação fundiária, obtenção de terras, licenciamento ambiental, assistência técnica, infraestrutura e na criação e desenvolvimento de projetos de assentamento.

Além do mais, o INCRA está promovendo um trabalho de melhoria da qualidade dos dados e informações e uma ampla divulgação interna e externa desses dados para interagir com o seu público, a partir dos meios impresso e digital conferindo a transparência dos seus resultados para a sociedade.

3 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

- I – assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II – prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
- III – planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e
- IV – subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu artigo 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

- I – assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II – prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
- III – planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;
- IV – subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;
- V – examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;
- VI – elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e
- VII – Analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Análise Crítica: Com a contribuição de todos os gestores das Divisões da UJ foi possível chegar o mais próximo da realidade da Superintendência. Com discussões e uma análise profunda do papel do controle no desenvolvimento das atividades da instituição chegou-se ao consenso de que a UJ precisa melhorar bastante neste quesito. Estamos cientes de que no exercício de 2013 teremos que abordar essa questão nos nossos planejamentos.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4 Sistema de Correição

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares – GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia – órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.

Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- I - registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;*
- II - encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;*
- III - expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;*
- IV - elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;*
- V - controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;*
- VI - buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;*
- VII - manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;*
- VIII - controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e*
- IX - outras atividades compatíveis com suas atribuições.*

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.

Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

(...)

XIV – instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis – CGU-PAD e SisPAD – as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Incra e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do Incra, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural – SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

Em seguida, deverá ser apresentado pelas regionais o panorama geral sobre os procedimentos disciplinares.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Incra conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema. No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações. Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema. A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas. Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra. Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

Instauração de Procedimentos Apuratórios – 2012

Processo da Comissão: 54260.000740/2012-56

Local: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre – SR.14/AC

Instauração: Superintendente Regional

Tipo: Comissão de Sindicância Investigatória

Portaria Inicial: nº 23, de 13 de julho de 2012

Publicação: Boletim de Serviço nº 30, de 23/07/2012

Prazo: 30 dias

Assunto: Acidente de trânsito mencionado no Boletim de Acidente de Trânsito nº 1115967

Assunto detalhado: Apurar as causas, efeitos e responsabilidade do Acidente de trânsito que envolveu a viatura Mitsubishi L-200, placa MZO 6353, de propriedade desta Autarquia Federal.

Presidente da Comissão: Adaildo dos Santos Silva

Posição Atual: Concluído

Processo da Comissão: 54260.001417/2012-08

Local: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre – SR.14/AC

Instauração: Superintendente Regional

Tipo: Comissão de Sindicância Investigatória

Portaria de Revogação: nº 01, de 22 de janeiro de 2013

Publicação: Boletim de Serviço nº 04, de 28 de janeiro de 2013

Prazo: 30 dias

Assunto: Desaparecimento dos processos administrativos nº 54260.000241/2001-14, 54260.001169/2011-14 e 54260.000384/2006-22

Presidente da Comissão: Clemilson de Lima Gomes

Posição Atual: Em apuração

4 Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

4.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a Programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
30.000,00	23.692,29	23.692,29	0,00	0,00	23.692,29	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	1667	1357	30.000,00	23.692,29

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*	0	1.846,33	0,00	1.846,33	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O ano de 2012, caracterizou-se por ser um ano atípico aos demais, em face as várias mudanças sofridas internamente e externamente ao Incra e por consequência a Divisão de Ordenamento Fundiário também foi afetada por estes processos de transição nos âmbitos administrativos e orçamentários, que concorreram de certa maneira para os prejuízos na execução do planejamento. E assim sendo, muitas das atividades propostas foram afetadas em sua aplicabilidade.

Mesmo diante de tais dificuldades tanto orçamentaria como Institucional (movimento grevista), esta Divisão buscou incessantemente promover a efetivação das atividades atinentes aos programas sob sua responsabilidade para o ano de 2012, conforme consta no quadro 01 que adiante se vê.

Logo em seguida passaremos a dissertar uma análise crítica sobre cada atividade desenvolvida, não esquecendo de que cada a atividade está correlacionada aos recursos desembolsados.

Tabela 1 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2012	Números
Abertura de processos de certificação de imóveis ano de 2012, com base na Lei 10.267/2001	57
Total de imóveis certificados em 2012, com base na Lei 10.267/2001	31
Total de processos de certificação abertos e efetivamente certificados	07
Acompanhamento e controle de aquisição de terras por estrangeiros	0*
Abertura de processo de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e/ou descaracterização de imóvel rural;	17
Atualização cadastral buscando a aferição da classificação dos imóveis rurais e o cumprimento da função social, visando subsidiar a obtenção de terras para o programa de reforma agrária	1.357
Inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR	4.481

Fonte: SR.14/F

* Informações insubsistentes em face sua inexistência e/ou ausência de provocação.

Em janeiro do ano de 2012 foi realizado um encontro em Brasília objetivando firmar um pacto de compromisso em relação as metas a serem alcançadas, deste encontro, firmou-se que as ações da Divisão de Ordenamento Fundiário estariam inseridas na MARCA DE GESTÃO: M4- Eficiência na gestão do território (Fundiária e Meio Ambiente), e que à SR.14/F, em face de que algumas ações foram repassadas ao Programa Terra Legal, incumbia a ela apenas as ações 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural e 8378 – Gestão de Terras Públicas, sendo esta responsável por atingir o objeto compromissado de 2.500 imóveis gerenciados e o montante de área

diagnosticada de 12.500 hectares, sendo que para essas ações a previsão de recursos eram respectivamente de R\$ 60.000,00 para ação 2105 e de R\$ 200.000,00 para ação 8378 tais informações se encontram no LOA de 2012, conforme repassado pela DE. Ocorre que, logo em seguida, o Governo Federal emite o decreto 7.680/2012 regulamentando novos patamares orçamentários, gerando uma redução de aproximadamente 50% no orçamento de alguns programas.

A figura 01, que adiante se vê mostra o quadro original de metas e propostas para a Ação 2105 do programa 2066, e marca de gestão M4, antes da publicação do decreto Presidencial que estipulava novos patamares orçamentários.

Figura 01 – Quadro original de metas e propostas para a Ação 2105

Plano de Compromissos 2012			Diretoria	
Metas Físicas			de Gestão	
e Limites Orçamentários			Estratégica - DE	
MARCA DE GESTÃO: M4 - Eficiência na gestão do território (Fundiária e Meio Ambiente)				
Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária				
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural				
Identificador de uso:				
Produto/Unidade de Medida:	Imóvel gerenciado			
Meta Física:	416.767			
Limite Orçamentário:	R\$ 7.500.000			
SR	Jurisdição da SR		Somatório	
	D.CORRENTE	FÍSICA	D.CORRENTE	FÍSICA
	R\$ 6.090.600		R\$ 6.090.600	
SR/14 - AC	R\$ 60.000	2.500	R\$ 60.000	2.500
SUBTOTAL PO SR	R\$ 60.000	2.500	R\$ 60.000	2.500
Centralizado na Sede	R\$ 1.040.000	0	R\$ 1.040.000	0
Demanda da Sede	R\$ 0	0	R\$ 0	0
Reserva Técnica	R\$ 369.400	0	R\$ 369.400	0
SUBTOTAL SEDE	R\$ 1.409.400	0	R\$ 1.409.400	0
TOTAL	R\$ 1.469.400	2.500	R\$ 1.469.400	2.500

Fonte: DF – Brasília

A figura 02, remete a readequação orçamentária em função do decreto supramencionado, onde mostra a redução orçamentaria em relação as despesas correntes, da mesma forma, a redução das meta física, porém, não houve a proporcionalidade direta, ou seja, o recurso foi cortado pela metade, porém a meta física não acompanhou a redução em sua proporcionalidade, o que seria o mais correto e justo, sendo que os custos levam em consideração a meta alcançada.

Figura 02 – Metas e propostas após a readequação orçamentária

Plano de Compromissos 2012			Diretoria	
Metas Físicas			de Gestão	
e Limites Orçamentários			Estratégica - DE	
MARCA DE GESTÃO: M4 - Eficiência na gestão do território (Fundiária e Meio Ambiente)				
Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária				
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural				
Identificador de uso:				
Produto/Unidade de Medida:	Imóvel gerenciado			
Meta Física:	82.866			
Limite Orçamentário:	R\$ 1.722.464			
SR	Jurisdição da SR		Somatório	
	D.CORRENTE	FÍSICA	D.CORRENTE	FÍSICA
	R\$ 1.522.464		R\$ 1.522.464	
SR/14 - AC	R\$ 30.000	1.667	R\$ 30.000	1.667
SUBTOTAL PO SR	R\$ 30.000	1.667	R\$ 30.000	1.667
Centralizado na Sede	R\$ 200.000	0	R\$ 200.000	0
Demanda da Sede	R\$ 0	0	R\$ 0	0
Reserva Técnica	R\$ 0	0	R\$ 0	0
SUBTOTAL SEDE	R\$ 200.000	0	R\$ 200.000	0
TOTAL	R\$ 230.000	1.667	R\$ 230.000	1.667

Fonte: DF – Brasília

Mesmo com essas reduções no orçamento, a Divisão de Ordenamento Fundiário, não mediu esforços no sentido de atender as diretrizes da Sede.

Neste contexto, promoveu em consonância com a Lei 10.267/2001 e a Norma de Execução vigente na época a de nº 96/2009, a abertura de 57 novos procedimentos administrativos em 2012, que foram analisados nos aspectos cartográficos e cadastrais, sendo que deste montante, apenas 07 imóveis foram efetivamente certificados, cabe salientar que no referido ano foram certificados 31 imóveis, perfazendo um montante total de 133.332,1346 hectares de área certificada, e nestes estão inclusos somente os processos abertos a partir do ano de 2010 até o final de 2012.

É de bom alvitre informar ainda, que dos imóveis com processos de certificação abertos em 2012, apenas 12% foram efetivamente certificados, fato este ocorrido em face de que alguns processos não atenderam as normas vigentes para certificação, por questões jurídicas ou pela baixa qualificação técnica dos trabalhos e/ou de alguns profissionais credenciados pelo INCRA.

Quanto as ações de acompanhamento de aquisição de imóveis por estrangeiro a Divisão de Ordenamento Fundiário através do assegurador das ações de Cadastro mantém sempre contato com os cartórios em fiel cumprimento a legislação vigente, desta feita, promovendo sempre que possível as ações do monitoramento e/ou troca de informações com os Cartórios em nossa jurisdição. Apesar de que em anos anteriores este contato não a foi a contento.

Em relação ao controle de processos referentes a solicitação de limite mínimo de parcelamento para imóveis rurais, bem como, descaracterização rural, todos os processos foram concretizados, estando assim, cumprido 100% da demanda requerida, conforme indica o quadro 01, neste contexto, destaca-se a dinâmica do fluxo elaborado pela gestora da ação, e que também se trata de demanda espontânea. Cabe destacar o crescente número de pedidos para desmembramentos e da mesma forma a descaracterização, isto posto, em face ao grande número de empreendimentos tanto no âmbito publico quanto no privado em áreas estratégicas de desenvolvimento do Estado.

Em relação a atualização cadastral e aferição da classificação dos imóveis rurais concomitantemente ao cumprimento da função social(Fiscalização Cadastral), visando subsidiar a obtenção de terras para o programa de reforma agrária, informamos que o total de imóveis fiscalizados pela SR.14/F, totalizou 05 (cinco), num quantitativo de 172.879,08 hectares, objetivando verificar o cumprimento da função social.

Vale ressaltar que outros imóveis também foram levantados 03 (três) cujo os trabalhos foram executados pela Divisão de Obtenção de Terras, e que todos foram efetivamente preenchidos os formulários Declaração do Proprietário – DP ex-ofício, cálculo de Grau de Utilização da Terra – GUT e Grau de Eficiência de Exploração – GEE, cuja a respectiva disponibilização de espelho de DP de imóveis rurais foram encaminhadas. Portanto, os custos operacionais da ação foram custeados por ambas as Divisões cada uma seguindo a sua programação para ano de exercício.

Nesta mesma linha, é bom lembrar que na programação de 2012, elaborada pela Superintendência Regional no Estado do Acre, em específico para Divisão de Ordenamento Fundiário, constava a fiscalização de 07 imóveis. Enfatizamos que destes imóveis, apenas dois (Fazenda Filipinas e Fazenda Liberdade), ainda não foram vistoriados em face das condições edafoclimáticas.

No que concerne a inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, restou comprovado através do quadro 01, que a meta não foi superada, visto que, a mesma previa na PO de 2012 um total de 1.667 imóveis gerenciados, e que quando se leva em conta apenas atualização Cadastral, como uma ação de gerenciamento verificamos um quantitativo de 1.357 gerenciados, portanto, foi atingido o percentual de 81% da meta projetada por Brasília para o exercício de 2012, isto quando se computar apenas as atualizações cadastrais, porém, a partir do momento que se computa todos os imóveis gerenciados incluindo neste quantitativo a expedição de CCIR ou seja 4.481 CCIRs expedidos, atingiremos um percentual de 350%, acima da meta proposta, isto importa um acréscimo substancial nas ações de gerenciamento de imóvel rurais no referido ano.

Outro ponto que pode ser considerado para as dificuldades enfrentadas no decorrer do ano foi a disponibilização dos recursos apenas a partir do fim do primeiro semestre, fato este que coincidiu com o movimento paredista dos funcionários Públicos Federais, o que, com certeza surtiu efeito negativo na execução das ações ora compromissadas.

O resultado desta ação, está vinculado também, as ações de certificações de imóveis rurais, e desta forma, o trabalho foi desenvolvido concomitantemente aos processos que deram entrada para certificação de imóveis foram computados na ação de certificação.

A Divisão de Ordenamento Fundiário através da Gestora de Cadastro, continuou a promover ações institucionais integradas objetivando a inserção ou melhor a implementação de Termo de Cooperação Técnica para Núcleos Regionais de Cadastramento – NRC, Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, junto aos municípios do Estado do Acre, neste contexto foram realizadas contatos via ofícios aos Prefeitos dos Municípios de Sena Madureira, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guimard, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Tarauacá e Feijó.

No entanto, por se tratar de um ano eleitoral, os resultados não foram satisfatórios, pois, a maioria dos Prefeitos não demonstram interesse em firmar tal termo, com a justificativa de que estavam entregando o cargo e que também não traria nenhuma arrecadação para os cofres públicos municipais.

Quadro A.4.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110

Identificação da Ação						
Código	2110					
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
18.427,00	18.395,18	18.395,18	0,00	0,00	18.395,18	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel	37	0	18.427,00	18.395,18

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114

Quadro A.4.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Quadro A.4.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378

Identificação da Ação						
Código	8378					
Descrição	Gestão de Terras Públicas					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
80.000,00	53.827,62	53.827,62	0,00	0,00	53.827,62	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha	5.000	92.430,97	80.000,00	53.827,62

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada*	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 8378 – Gestão de Terras Públicas atualmente é o ponto de partida de todas as ações voltadas para a Marca de Gestão M4 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, incorporando ao Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da estrutura Fundiária, peça fundamental no processo da devida identificação das terras públicas, e da mesma forma as terras particulares.

Neste contexto, ela possui como foco principal a identificação das glebas públicas federais, sinalizando os atuais posseiros, promover espacialização geográfica suas posses e, em poder destes dados, realizar os procedimentos inerentes regularização fundiária, seja em nome da União e/ou particulares.

Cumpre-nos informar que é nesta ação que ocorrem as discriminatórias de terras, principal instrumento para diagnóstico de uma área onde não se distingue o público do privado. E que através deste procedimento, grande percentual do Estado do Acre foi estudado por Comissões Especiais, a qual identificou-se o público e o privado de vários polígonos. Porém na outra esfera, existem procedimentos discriminativos que não foram homologados pelas respectivas Comissões Especiais, sendo que na maioria delas existem áreas passíveis de arrecadação.

Os imóveis elencados no quadro abaixo, é fruto de um trabalho realizado em conjunto com as outras divisões e unidades avançadas, onde se buscou diagnosticar o máximo possível de áreas que pudessem ser arrecadadas pela União Federal em conformidade com a Lei 6.383/76.

Tabela 2 – Ações Preparatória pra Destinação de Terras Públicas

Processo	Nome Imovel	Área em ha	Município
54260000287/2012-88	Colocação Remanso	335,1878	Rodrigues Alves
54260000284/2012-44	Gleba São Bento	42,8552	Rodrigues Alves
54260000289/2012-77	Seringal Porto Alegre	4.325,5592	Cruzeiro do Sul
54260000283/2012-08	Seringal Apuí	952,0000	Rodrigues Alves
54260000285/2012-99	Seringal Fortaleza	4.375,7447	Rodrigues Alves
54260000286/2012-33	Seringal São Geronimo	1.950,0229	Rodrigues Alves
54260000288/2012-22	Agrovia Foz do Paraná	71,4768	Rodrigues Alves
54260000896/2010-75	Remanescente Novo Amparo	3.618,4642	Sena Madureira
54260001043/2010-51	Seringal Luzeiro	2.614,2656	Rodrigues Alves
54260000800/2012-31	Ser. Oriente I	1.397,4610	Marechal Thaumaturgo
54260000801/2012-85	Ser. Oriente II	1.042,2956	Marechal Thaumaturgo
54260000799/2012-44	Aerea Remanescent. Gleba Repouso	33.094,7852	Sena Madureira
54260001160/2012-86	Aerea Devoluta Seringal Itamarati	10.362,6351	Sena Madureira
54260001629/2012-87	Seringal Cecy	26.080,7294	Sena Madureira
54260000637/2012-14	Area Devoluta Seringal Porto Peters	2.467,0000	Cruzeiro do Sul
Resultado parcial áreas arrecadáveis		92.730,4827	

Enfatizamos ainda, que o quantitativo acima mencionado se refere apenas a valores levantados *in loco*, porém, podem variar para mais ou para menos quando do procedimento de certificação das áreas em caso de arrecadação. Convém ainda informar que a maioria dos processos mencionados no quadro 02, já foram ou estão em apreciação pela Coordenação-Geral Regularização Fundiária (DFR) em Brasília.

Destacamos que conforme aconteceu com a ação 2105, a ação 8378, também teve a redução de R\$ 200.000,00 para R\$ 80.000,00 que fora disponibilizado para a efetivação da ação. O que com certeza surtiu efeito negativo na execução das ações ora compromissadas, no entanto, quando se faz a correlação com meta proposta que seria 5.000 hectares diagnosticado, com a quantidade de área diagnosticada pela SR.14/F cerca de 92.730, percebe que a meta foi superada bem acima da meta proposta para a regional. Conforme corrobora o quadro supra quando contrastado com a figura 03, que adiante se vê:

Figura 03 – Metas Propostas para a Ação 8378

Plano de Compromissos 2012			LOA 2012		Diretoria
Metas Físicas					de Gestão
e Limites Orçamentários					estratégica - DE
MARCA DE GESTÃO: M4 - Eficiência na gestão do território (Fundiária e Meio Ambiente)					
Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
8378 - Gestão de Terras Públicas					
Identificador de uso:					
Produto/Unidade de Medida:	Área diagnosticada				
Meta Física:	93.750				
Limite Orçamentário:	R\$ 1.500.000				
SR	Jurisdição da SR		Somatório		
	D.CORRENTE	FÍSICA	D.CORRENTE	FÍSICA	
	R\$ 1.332.000		R\$ 1.332.000		
SR/14 - AC	R\$ 200.000	12.500	R\$ 200.000	12.500	
SUBTOTAL PO SR	R\$ 200.000	12.500	R\$ 200.000	12.500	
Centralizado na Sede	R\$ 0	0	R\$ 0	0	
Demanda da Sede	R\$ 0	0	R\$ 0	0	
Reserva Técnica	R\$ 168.000	10.500	R\$ 168.000	10.500	
SUBTOTAL SEDE	R\$ 168.000	10.500	R\$ 168.000	10.500	
TOTAL	R\$ 368.000	23.000	R\$ 368.000	23.000	

Fonte: DF – Brasília

Figura 04 – Metas e Propostas após a readequação orçamentária

Plano de Compromissos 2012 Metas Físicas e Limites Orçamentários			LOA 2012 - Decreto		Diretoria de Gestão Estratégica - DE	
MARCA DE GESTÃO: M4 - Eficiência na gestão do território (Fundiária e Meio Ambiente)						
Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária						
8378 - Gestão de Terras Públicas						
Identificador de uso:						
Produto/Unidade de Medida:		Área diagnosticada				
Meta Física:		13.313				
Limite Orçamentário:		R\$ 213.009				
SR		Jurisdição da SR		Somatório		
		D.CORRENTE	FÍSICA	D.CORRENTE	FÍSICA	
		R\$ 213.009		R\$ 213.009		
SR/14 - AC		R\$ 80.000	5.000	R\$ 80.000	5.000	
SUBTOTAL PO SR		R\$ 80.000	5.000	R\$ 80.000	5.000	
Centralizado na Sede		R\$ 0	0	R\$ 0	0	
Demanda da Sede		R\$ 0	0	R\$ 0	0	
Reserva Técnica		R\$ 0	0	R\$ 0	0	
SUBTOTAL SEDE		R\$ 0	0	R\$ 0	0	
TOTAL		R\$ 80.000	5.000	R\$ 80.000	5.000	

Fonte: DF – Brasília

Cabe destacar que no de 2011 esta ação foi incipiente ou melhor esquecida pela SR.14/ AC, em face das divergências de atribuições entre as Divisões de Obtenção e Ordenamento Fundiário aliado a não disponibilização de recurso para esta ação. No entanto, em 2012 o que se vê é um cenário favorável de oportunidades para arrecadação em áreas consideradas devolutas, estas foram identificadas pelas Comissões Especiais Administrativas realizadas na Jurisdição da Superintendência Regional do Acre.

Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
105.000,00	91.579,52	90.923,94	0,00	655.58,00	90.923,94	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	28.400	46.168	106.300,00	90.923,94

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Em 2012 podemos citar como relevante as mudanças com relação ao novo fluxo do processo de obtenção de terras, buscando, dentre outras finalidades, reduzir o prazo para finalização dos procedimentos administrativos para aquisição e/ou desapropriação de imóveis rurais, para tanto, a RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 05 de 29 de março de 2012, estabeleceu que a vistoria de fiscalização deva ser realizada de forma concomitante à vistoria de avaliação com a finalidade de elaborar os seguintes documentos: (i) Laudo Agrônômico de Fiscalização – LAF; (II) Laudo de Vistoria e Avaliação – LVA; (III) Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel e (IV) Anteprojeto de Assentamento.

Com base nestas finalidades, o que se pretende com esses dois novos instrumentos (Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel e Anteprojeto de Assentamento) é assegurar que as áreas rurais a serem obtidas para o Programa Nacional de Reforma Agrária _PNRA gerem “**assentamentos de qualidade**”, entendido como aquele empreendimento que traz em si a busca de novas oportunidades para famílias assentadas, e possibilite o acesso social e econômico dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Somam-se a estas perspectivas o seguinte: busca de efetiva redução no prazo para finalização do processo administrativo de obtenção/aquisição; efetivar o cálculo da capacidade de assentamento que leve em

consideração a produção e geração de renda (diminuindo a pobreza rural); viabilidade socioeconômica do projeto de reforma agrária a ser implantado; e criar uma proposta de espacialização dos lotes mais dinâmica e funcional (que leve em consideração o potencial dos recursos naturais).

A meta física de 28.400 ha (vinte e oito mil e quatrocentos hectares) prevista para ação de vistoria e avaliação de imóveis rurais, segundo o Plano de Compromisso 2012, desta Superintendência, foi bem superada na proporção que realizamos vistoria em 6 (seis) imóveis rurais, cujas áreas somadas atingem 46.166 ha (quarenta e seis mil, cento e sessenta e seis hectares), representando 162,55% da meta prevista. Nesse sentido, o procedimento de vistoria nesses imóveis permitiu a elaboração do Laudo Agrônômico de Fiscalização – LAF; Laudo de Vistoria e Avaliação – LVA; Estudo da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel e Anteprojeto de Assentamento. Exceto a Fazenda Santa Lúcia, em que o procedimento de vistoria teve tão somente o objetivo de elaborar o Estudo da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel e Anteprojeto de Assentamento, uma vez que a vistoria de fiscalização e avaliação já havia sido realizada anteriormente.

Especificamente efetuamos vistoria em 2012 em outros imóveis rurais, para produção de laudos, relatórios e pareceres técnicos essenciais e emergenciais como:

a) realizar vistoria para elaboração de diagnóstico técnico na Gleba Santarém Novo Mundo, com área de 4.171 ha (quatro mil, cento e setenta e um hectares), localizada no município de Manuel Urbano, de domínio da União (disponibilizada pelo Programa Terra Legal), buscando a implantação de projeto de reforma agrária;

b) promoção de vistoria conjunta com técnicos do Programa Terra Legal no imóvel denominado Gleba Porto Luiz, com área de 24.700 ha, localizada no município de Acrelândia – de domínio da União, com matrícula números 513, 846, e 847, Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Acrelândia, objeto da ORDEM DE SERVIÇO/CONJUNTA/MDA/CERFAL/AC/INCRA/SR-14/AC/Nº 01/12, visando comprovar a legitimidade de posse dos imóveis rurais, por meio da Lei 11.952/09, bem como promover ações que tenham por objetivo resolver a situação de famílias ocupantes na Gleba Porto Luiz;

c) acompanhar os trabalhos periciais realizados nas áreas rurais que estão na fase de desapropriação judicial, na qualidade de assistente técnico do INCRA, elaborando o correlato parecer técnico do laudo pericial elaborado pelo perito judicial;

d) realizar vistoria nos imóveis a serem cedidos e/ou doados pelo INCRA, nos termos da Norma de Execução/INCRA/Nº 33/03, para mensuração do preço dos bens a serem doados e/ou cedidos para o Governo do Estado, Prefeitura Municipais, Associações de Moradores e Outros.

Uma outra atividade importante foi a pesquisa de preços de imóveis rurais realizada por Mesorregiões do Estado do Acre, para elaboração da Planilha de Preços de Imóveis Rurais do Estado do Acre 2012, construída a partir da delimitação dos mercados regionais de Terras – MRTs (indicando zonas homogêneas que sirvam para determinação e previsão do preço da terra rural em mercados específicos) e definição das tipologias de uso de imóveis rurais. Isso implica afirmar, que a Planilha de Preços de Imóveis Rurais se constitui documento referencial estratégico para subsidiar não apenas as atividades desta Superintendência como de outros órgão que pertencem a esfera estadual e municipal. Estas atividades estão diretamente relacionadas aos procedimentos de vistoria, avaliação e perícias em imóveis rurais, na medida que servem como parâmetro para enquadramento do valor final da terra nua por hectare de imóveis rurais, de acordo com as Mesorregiões do Estado do Acre.

Não podemos deixar, é claro, registrar que elaboramos o Diagnóstico Regional com base no módulo I do Manual de Obtenção de Terras, com fins identificar áreas rurais nos municípios das regionais do Alto Acre, Baixo Acre e Purus – parte que apresentem condições para

implantação de projetos de reforma agrária. Essas informações nortearão o processo de obtenção de terras pela SR-14, na medida que indicam áreas prioritárias que necessitam de alguma forma de alteração na estrutura fundiária.

A grande dificuldade percebida foi a falta de discussão mais aprofundada das novas medidas e ausência capacitação, sobretudo com relação ao Estudo da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel e Anteprojeto de Assentamento, que geraram, de várias maneiras, dúvidas conceituais e interpretativas com relação a efetividade, aplicação e funcionalidade desses documentos, além de dúvidas sobre a estrutura e forma para elaboração dos documentos supracitados. Por esta razão, a Câmara Técnica Agrônômica elaborou o documento denominado “Considerações Acerca do Novo Fluxo de Obtenção de Terras”. Por outro lado, esse fato não causou nenhum impacto significativo no ato de vistoria em si, porém, é possível que ainda paire uma certa dúvida quanto a real efetividade dos estudos propostos.

A atividade de vistoria e avaliação realizada em 2013 já contempla o novo cenário trazido pela RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 05/2012, para implantação de empreendimentos de reforma agrária de qualidade, com a adequada construção de parcerias com Governo do Estado e Municípios, permitindo o acesso de benefícios reais a médio e longo prazo para famílias a serem beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

Nesse sentido, atribuímos a superação significativa das metas para ação da vistoria e avaliação a boa qualidade e empenho dos peritos federais agrários, lotados na Câmara Técnica Agrônômica, além da adoção de providências para otimização do recurso financeiro, pois aproveitamos o deslocamento dos técnicos para determinadas regiões tanto para efetivar vistoria para obtenção de terras como vistorias com propósito de elaborar relatórios ambientais.

Segue quadros demonstrativos que indicam os imóveis rurais objeto de vistoria de fiscalização e avaliação, Estudo da Capacidade de Renda, Anteprojeto de Assentamento, diagnóstico técnico, relatório técnico e parecer técnico sobre laudo pericial:

Tabela 3 – Vistoria de Fiscalização e Avaliação, Estudo Capacidade de Geração de Renda e Anteprojeto de Assentamento dos Imóveis Rurais

Nº de Ord.	Município	Denominação	Área (ha)	Forma de Obtenção	Nº Processo
1	Sena Madureira	Fazenda Berrante	7.116	Desapropriação	54260.001648/2012-11
2	Brasileia	Fazenda Santa Lúcia	9.984	Desapropriação	54260.002040/2006-58
3	S. Madureira/Rio Branco	Seringal Itamarati	21.750	Desapropriação	54260.000965/2010-4
4	Marechal Thaumaturgo	Seringal Oriente I	1.810	Desapropriação	54260.001081/2009-70
5	Marechal Thaumaturgo	Seringal Oriente II	1.810	Desapropriação	54260.001087/2009-47
6	Xapuri	Ser. Boa Vista (lote A)	3.696	Desapropriação	54260.000913/2009-31
Área total vistoriada (ha)			46.166		

Fonte: SR.14/T

Tabela 4 – Vistorias para Elaboração de Parecer Técnico sobre o Laudo Pericial (Perícias Judiciais)

Nº de Ordem	Município	Denominação	Área (HA)	Tipo de Ação	Nº Processo Administrativo
1	Porto Acre	Ser. Bom Destino – Caquetá	17.631	Vistoria Pericial	-
2	Porto Acre	Fazenda Bandeirante	3.346	Vistoria Pericial	54260.001392/2006-96
3	Rio Branco	Seringal Barro Alto	6.018	Vistoria Pericial	54260.002042/2006-47
Área total vistoriada (ha)			26.995		

Fonte: SR.14/T

Tabela 5 – Outras Vistorias de Imóveis Rurais

Nº de Ord.	Município	Denominação	Área (há)	Finalidade da Vistoria	Nº Processo
1	Manoel Urbano	Gleba Santarém Novo Mundo	4.171	Implantação de Projeto de Assentamento	-
2	Acrelândia	Gleba Porto Luís	24.700	Elaboração de Relatório Circunstanciado	-
3	Cruzeiro do Sul	Projeto Assentamento Miritizal – Lote 173	483	Vistoria e Avaliação – Doação de Área	56420.000001/2012-18
4	Rio Branco	Projeto de Assentamento Benfica – Lote (parte)	0,58	Vistoria e Avaliação – Cessão de Área	54260.001112/2011-15
5	Bujari	Projeto Antônio de Holanda – Lote 58	10,41	Vistoria e Avaliação – Cessão de Área	54260.000738/2012-87
6	Bujari	Projeto Antônio de Holanda – Lote	7,64	Vistoria e Avaliação – Cessão de Área	54260.000636/2012
7	Rio Branco	Projeto de Assentamento Benfica – Lote 286	0,14	Vistoria e Avaliação – Doação de Área	54260.001117/2011-30
Área total vistoriada (ha)					

Fonte: SR.14/T

(1) O processo administrativo para implantação do projeto de assentamento da Gleba Santarém Novo Mundo será formalizado tão logo o relatório técnico estiver concluído;

(2) A Gleba Porto Luis está sob a jurisdição do Programa Terra Legal.

Quadro A.4.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	0	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida*	0	213.342,57	0,00	213.022,18	320,39

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG

Identificação da Ação						
Código	20TG					
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Para a ação de obtenção de terras não havia previsão de Meta Física para 2012, uma vez que na época do planejamento do INCRA em Brasília – DF havia critérios para seleção das áreas rurais em processo de obtenção a serem incluídas para pagamento (TDA's + benfeitorias) com recursos do orçamento de obtenção 2012. Esses critérios exigiam que o processo em curso para desapropriação/aquisição, tivesse o decreto de interesse social editado, e ainda que seriam priorizados o pagamento de processos de aquisição e/ou desapropriação com passivo financeiro judicial.

Todavia ainda em 2012, foi autorizada ad referendum do Conselho Diretor – CD, pela PORTARIA/INCRA/P/Nº703, de 21 de novembro de 2012, a aquisição do imóvel rural denominado Fazenda Santa Lúcia, com área medida e avaliada de 9.984,8087 ha, localizada no município de Brasileira.

Percebe-se aí o grande compromisso que tem esta Autarquia, buscando a resolução de forma definitiva a questão dos brasileiros que residem na faixa de fronteira da Bolívia, na medida que o imóvel está incluído no rol de propriedades rurais (Plano de Ação Emergencial 2011-2013) a serem adquiridas e/ou desapropriadas, com a finalidade de assentar 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) famílias de brasileiros vulneráveis.

Por se tratar de processo de aquisição pelo Decreto nº 433/92, o proprietário apresentou nesta Superintendência documento de desistência em prosseguir com a venda da Fazenda Santa Lúcia, em 29/11/2012, e anteriormente, a FUNAI pelo Ofício 1048/DPT/2012, 22/11/2012 já havia apresentado objeção pelo prosseguimento do processo de aquisição, para tanto alegou existência de reivindicação fundiária do Povo Indígena Jaminawá.

Em decorrência desta realidade, o presidente do INCRA pela PORTARIA/INCRA/P Nº 119, de 5 de março de 2013, revogou a PORTARIA/INCRA/P Nº 703/12 que havia autorizado, ad referendum do Conselho Diretor, a aquisição do imóvel pelo valor de R\$ 18.654.377,42 (Dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos), referentes ao valor máximo do campo de arbítrio da avaliação administrativa do imóvel rural denominado “Fazenda Santa Lúcia. Em tempo, também oficializou a Secretaria de Tesouro Nacional evitando que os Títulos da Dívida Agrária – TDA's, destinados para o pagamento de terra nua, fossem lançados.

Especificamente na meta realizada para Ação Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária já havia considerado a área da Fazenda Santa Lúcia, com 9.984,8087 ha, todavia o processo de aquisição não pode ser finalizado. Neste contexto destaco que não adquirimos nenhum imóvel rural para o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no Estado do Acre, confirmando o que havia sido previsto para essa ação para 2013.

Quadro A.4.4.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
206.330,00	188.307,97	178.384,98	0,00	9.922,99	178.384,98	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	980	796	139.757,00	178.384,98

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada*	0	8.897,91	2.070,32	6.827,39	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Retoma-se aqui o compromisso assumido por esta Superintendência para operacionalizar o compromisso firmado pelo Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Bolívia, consoante com entendimentos firmados entre os Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e das Relações Exteriores (Avisos Ministeriais nº 07/2009/MRE e 47/2010/MDA), onde está Autarquia Federal ficou responsável em promover o assentamento de 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) famílias brasileiras que vivem na faixa de fronteira do território boliviano.

No contexto do Plano de Ação Emergencial para assentamento de brasileiros residentes na faixa de fronteira boliviana, foram executadas as seguintes ações:

1) 120 (cento e vinte) famílias assentadas até 2011, de acordo com a seguinte distribuição:

- PAD Quixadá (Gleba Santa Quitéria): 1 (uma) família assentada em 2010;
- PA Baixa Verde: 1 (uma) família assentada em 2010;
- PA Tupá: 2 (duas) famílias assentadas em 2010;
- PA Triunfo: 90 (noventa) famílias assentadas em 2010;
- Complexo Porto Carlos: 26 (vinte e seis) famílias assentadas, sendo 6 em 2010 e, 20 em 2011.

2) 194 (cento e noventa e quatro) famílias assentadas em 2012, que seguem:

- Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Promissão: 101 (cento e uma) famílias;
- Projeto de Desenvolvimento Sustentável Campo Alegre: 58 (cinquenta e oito) famílias;
- Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos: 35 (trinta e cinco) famílias.

Isto significa que das 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) famílias que estão relacionadas na lista do Ministério das Relações Exteriores – MRE já foram assentadas por esta Superintendência 314 (trezentos e quatorze) famílias, o que representa 56,67% de realização em relação ao quantitativo total de famílias a serem assentadas, consoante com que está consignado no Plano de Ação Emergencial Brasil – Bolívia.

Para tanto, realizamos, em 2012, a identificação e preenchimento de 115 (cento e quinze) cadastros socioeconômico de famílias que residem na faixa de fronteira do território boliviano, mais precisamente na faixa compreendida entre os municípios de Capixaba e Plácido de Castro, com a finalidade de selecionar as famílias a serem assentadas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Promissão e Campo Alegre a partir da identificação das condições socioeconômicas e forma de uso da terra (se desenvolvem atividades agrícolas e/ou extrativas). Além disso, em 2012, promovemos o preenchimento do cadastro para PNRA de 35 (trinta e cinco) famílias que foram assentadas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos.

É necessário ressaltar, ainda, que esta Superintendência em 2012 realizou uma ação conjunta com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, para revisão de 243 (duzentos e quarenta e três) beneficiários da Reserva Extrativista Chico Mendes que não haviam sido mencionados no Censo Socioeconômico realizado pelo ICMBio, em 2009. No período que se seguiu, realizamos 96 (noventa e seis) inscrições para o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA de ocupantes da Reserva Chico Mendes, dentre as quais foram assentadas 66 (sessenta e seis) famílias, em 2012. Este trabalho foi importante também para promover a atualização e exclusão de nomes de beneficiários da Reserva Chico Mendes, possibilitando a atualização dos dados no SIPRA, desta Superintendência.

Numa ação conjunta com a Unidade Avançada Alto Purus realizamos vistoria no PAF Providência Capital e PAF Valência, que resultou no preenchimento de 70 (setenta) cadastros para PNRA, sendo que 46 (quarenta e seis) famílias foram regularizadas no PAF Providência Capital e 10 (dez) no PAF Valência.

Vale destacar aqui, a partir do quadro que segue, no exercício 2012, foram assentadas 796 (setecentos e noventa e seis) famílias nos projetos implantados e reconhecidos por esta Superintendência. Daí, segue síntese da distribuição dos assentamentos realizados em 2012:

- Total assentamentos projetos criados até 2011: 324;
- Total assentamentos projetos reconhecidos até 2011: 165;
- Total de assentamentos projetos criados e reconhecidos em 2012: 307;
- Total assentamentos realizados em 2012: 796.

Com o recurso financeiro disponível foi possível realizar uma série de atividades de seleção e inscrição de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA nas diversas microrregiões do estado, dentre as quais destacamos as atividades mais emergenciais como cadastro para o cumprimento do Plano de Ação Brasil-Bolívia, bem como a ação conjunta realizada com a participação do ICMBio na Reserva Chico Mendes.

Por outro lado, pode-se perceber que esta Superintendência não atingiu a meta de assentamento repactuada prevista no Plano de Compromisso-2012, estimada para 980 (novecentas e oitenta) famílias, na proporção em que assentamos, em 2012, o quantitativo de 796 (setecentos e noventa e seis) famílias, atingindo o percentual de 81,22%. Não obstante, esse resultado pode ser considerado medianamente significativo quando comparado ao resultado obtido nessa ação por outras Superintendências do INCRA.

Com base nesses resultados, é possível precisar que a RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 05 de 29 de março de 2012, estabelecendo que vistoria de fiscalização deva ser realizada de forma concomitante à vistoria de avaliação com a finalidade de elaborar os seguintes documentos: (i) Laudo Agrônômico de Fiscalização – LAF; (II) Laudo de Vistoria e Avaliação – LVA; (III) Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel e (IV) Anteprojeto de Assentamento, prejudicou de alguma forma o cumprimento dessa atividade, uma vez que exigiu uma certa necessidade de revisão e adequação dos processos administrativos de aquisição e desapropriação que estão em trâmite nesta Superintendência. Haja vista a necessidade de promoção de nova vistoria para produção de Estudo de Capacidade de Renda do Imóvel e Anteprojeto de Assentamento, que depende diretamente da existência de recursos operacionais suficientes e disponibilidade financeira. Diante desse contexto, não foi possível finalizar as ações administrativas de obtenção onerosa em curso nesta SR, resultando na não disponibilização de novos imóveis rurais para ação de assentamento, em 2012.

Uma outra dificuldade está relacionada a demora significativa dos processos administrativos para expedição da Portaria de Arrecadação dos imóveis rurais denominados

Seringal Oriente I, Seringal Oriente II e Seringal Porto Peters, que estão na Coordenação Geral Agrária e Divisão de Arrecadação e Regularização Fundiária, Incra Brasília. Esse evento acabou com a possibilidade de implantação de assentamentos em áreas obtidas de forma não onerosa, em 2012.

Segue quadros demonstrativos que indicam os projetos criados e reconhecidos por modalidade; assentamentos em projetos criados até 2011; assentamentos projetos criados em 2012 e assentamentos projetos reconhecidos.

Tabela 6 – Assentamentos realizados em 2012 em Projetos Reconhecidos até 2011

Município	Projeto / Polo / Floresta / Resex	Área (ha)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. Em 2012
Bujari	PE Polo Agrof. Dom Moacir	329,7371	Reconhecimento	53	1
Subtotal					1
Brasileia	PE Polo Agrof. Brasileira	520,6120	Reconhecimento	73	1
Subtotal					1
Capixaba	PE Polo Agrof. Capixaba	254,6020	Reconhecimento	27	2
Subtotal					2
Cruzeiro do Sul	RESEX Riozinho da Liberdade	325602,0000	Reconhecimento	426	56
Subtotal					56
Feijó	PE Polo Agrof. Feijó	99,8650	Reconhecimento	23	1
Subtotal					1
Porto Acre	PE Polo Leiteiro de Porto Acre	207,5420	Reconhecimento	20	1
Subtotal					1
Rio Branco	PE Polo Agrof. Wilson Pinheiro	382,9090	Reconhecimento	40	3
	PE Polo Agrof. Dom Joaquim	82,4400	Reconhecimento	17	3
	PCA Casulo Hélio Pimenta	138,4742	Reconhecimento	34	2
	PCA Casulo Geraldo Fleming	299,9500	Reconhecimento	54	5
	PCA Casulo Geraldo Mesquita	213,2400	Reconhecimento	54	2
Subtotal					15
Rodrigues Alves	PE Polo Agrof. Rodrigues Alves	247,4370	Reconhecimento	34	1
Subtotal					1
Sena Madureira	RESEX Cazumbá/Iracema	750794,7000	Reconhecimento	366	7
	PE Polo Agrof. Chico Mendes	200,2396	Reconhecimento	17	1
	PE Polo Agrof. Elias Moreira	332,2100	Reconhecimento	45	1
	Floresta Nacional do Macauã	173475,0000	Reconhecimento	20	1
	Floresta Nacional do São Francisco	21600,0000	Reconhecimento	20	1
Subtotal					11
Tarauacá	RESEX Alto Tarauacá	151199,6400	Reconhecimento	300	3
	Floresta Estadual do Mogno	143897,0000	Reconhecimento	177	1
	Floresta Estadual do Rio Gregório	216062,0000	Reconhecimento	100	1
Subtotal					5
Xapuri	RESEX Chico Mendes	970570,0000	Reconhecimento	2.150	66
	PE Polo Agroflorestal Xapuri II	226,6571	Reconhecimento	35	4
	PE Polo Agroflorestal Xapuri I	342,4900	Reconhecimento	31	1
Subtotal					71
Total					165
Total assentamentos projetos criados até 2011					324
Total assentamentos projetos reconhecidos até 2011					165
Total assentamentos projetos criados e reconhecidos em 2012					307
Total assentamentos realizados em 2012					796

Fonte: SR.14/T

Obs.: Informações referentes ao período de 1977 a 31.12.2011 – Fonte: SIPRA/SR.14/AC e IBGE Censo 2010.

* A população rural assentada é o resultado do número de famílias assentadas x 5, considerado o número médio de uma família rural pelos dados da saúde, que corresponde a 158.775 pessoas. Pelo número médio do IBGE/2010 – 4 membros por família – somamos 127.020 pessoas, o que equivale a 63,27% da população rural do Estado do Acre.

Tabela 7 – Assentamentos realizados em 2012 em Projetos criados até 2011

Município	Projeto	Área (ha)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. em 2012
Acrelândia	PAD Pedro Peixoto	296.243,8720	Desa. / Arrecad.	4.727	2
	PDS Porto Luiz I	9.506,3880	Arrecadação	400	2
Subtotal					4
Assis Brasil	PA Paraguaçu	3.406,9520	Arrecadação	98	1
Subtotal					1
Brasileia	PAD Quixadá	76.741,3720	Desapropriação	1.032	2
	PAE Santa Quitéria	43.858,9120	Desapropriação	300	3
	PA Três Meninas	1.520,0000	Desapropriação	61	1
	PA Pão de Açúcar	6.279,4410	Desapropriação	123	1
	PDS Porto Carlos	3.312,2520	Desap. / Arrecad.	265	35
Subtotal					42
	PA Antônio de Holanda	2.422,8062	Desapropriação	106	14
Subtotal					14
Capixaba	PAE Remanso	43.228,1760	Desapropriação	210	21
	PA Alcobrás	7.690,8508	Desapropriação	443	1
	PA Zaqueu Machado	3.768,7340	Desapropriação	236	1
Subtotal					23
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	62.267,8790	Desap. / Arrecad.	898	7
	PA Pedro Firmino	6.405,4100	Arrecadação	80	4
	PA Narciso Assunção	4.306,2060	Desapropriação	86	1
	PDS Jamil Jereissati	42.656,5660	Arrecadação	520	6
	PDS Francisco Pimentel	55.150,0000	Arrecadação	171	2
	PAF Recanto	15.170,0000	Arrecadação	70	4
	PA Mundurucus	8.326,4069	Desapropriação	40	5
Subtotal					29
	PAE Porto Rico	7.858,4167	Arrecadação	73	7
	PAE Equador	7.757,7210	Desapropriação	36	1
Subtotal					8
	PA Berlim Recreio	24.415,1650	Desapropriação	519	3
Subtotal					3
Mâncio Lima	PDS São Salvador	27.830,0000	Arrecadação	249	2
	PDS Tonico Sena	4.702,7700	Outros	95	2
Subtotal					4
Plácido de Castro	PA Triunfo	12.349,0920	Desapropriação	373	2
Subtotal					2
Porto Acre	PAD Humaitá	61.179,0000	Desapropriação	981	1
	PA Caquetá	17.631,9230	Desapropriação	611	1
	PA Tocantins	24.386,0550	Desap. / Arrecad.	489	1
	PDS Nova Esperança	3.140,0000	Desapropriação	60	2
	PA Bandeirante	3.346,0050	Desapropriação	200	13
	PA Porto Acre	2.093,0838	Desapropriação	41	1
Subtotal					19
Porto Walter	PDS Minas	2.900,0000	Arrecadação	85	10
Subtotal					10
Rio Branco	PA Benfica	5.127,0000	Desapropriação	496	2
	PDS Nova Baixa Verde	5.007,2770	Desapropriação	250	19
	PA Figueira	25.567,3805	Desapropriação	354	3

Município	Projeto	Área (ha)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. em 2012
Subtotal					24
Rodrigues Alves	PA São Pedro	25.151,2760	Arrecadação	340	1
	PA Pavão	5.276,4320	Arrecadação	63	4
	PA Paraná dos Mouras	1.438,7260	Arrecadação	479	16
	PA Treze de Maio	3.221,0000	Desapropriação	150	2
	PAF Havai	34.000,0000	Arrecadação	150	36
	PA Alberto Santiago	2.160,0000	Arrecadação	55	5
Subtotal					64
Sena Madureira	PAF Providencia Capital	32.000,0000	Desapropriação	168	46
	PAF Valência	20.183,0000	Desapropriação	130	10
Subtotal					56
Senador Guimard	PA Limeira	1.783,5940	Arrecadação	180	1
	PDS Polo Bucho-de-rã	1.129,3000	Desapropriação	107	8
Subtotal					9
Tarauacá	PA Taquari	56.950,8530	Arrecadação	142	8
Subtotal					8
Xapuri	PA Tupá	6.134,5260	Desapropriação	146	3
	PDS Floresta	6.909,0000	Desapropriação	125	1
Subtotal					4
Total					324

Fonte: SR.14/T

Tabela 8 – Assentamentos realizados em Projetos Criados em 2012

Município	Projeto / Polo / Floresta / Resex	Área (HA)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. em 2012
Capixaba	PDS Nova Promissão	5.718,3521	Desapropriação	125	118
	PDS Campo Alegre	3.159,0000	Desapropriação	80	70
Subtotal					188
Cruzeiro do Sul	PDS Croa	11.753,9825	Arrecadação	52	26
Subtotal					26
Porto Walter	PDS Natal	14.936,5055	Desapropriação	150	84
Subtotal					84
Rio Branco	III Polo Agrof. de Rio Branco	33,7956	Reconhecimento	9	
Subtotal					9
Total					307

Fonte: SR.14/T

A área remanescente devoluta do Seringal Treze de Maio, com área de 11.753,9825 ha, situada no município de Cruzeiro do Sul, foi arrecadada e incorporada ao patrimônio da União (matrícula nº 5.959) pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 633/2010. Pela PORTARIA/INCRA/SR-14/Nº 034 de 01 de novembro de 2012, foi criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Croa.

O INCRA foi imitido na posse do Seringal Cruzeiro do Vale, com área de 14.336,5055 ha, localizado no município de Porto Walter, pelo Auto de Imissão de Posse de 12/02/2012 (Autos nº 0010546-27.2011.8.01.0002 – Justiça Federal), consoante ao registro R-13-

52, 05/03/2012, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Sul. Pela PORTARIA/INCRA/SR-14/Nº 035 de 01 de novembro de 2012, foi criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Natal.

O INCRA foi imitado na posse da Fazenda Nova Promissão, com área medida de 5.718,3521 ha, localizado no município de Capixaba, através do Mandado de Imissão de Posse de 24 de fevereiro de 2012 (Processo nº 10549-42.2011.4.01.3000/2ª Vara – Justiça Federal). Pela PORTARIA/INCRA/SR-14/Nº 033 de 25 de outubro de 2012, foi criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Promissão.

O INCRA foi imitado na posse da Fazenda Campo Alegre, com área medida de 3.159 ha, localizado no município de Capixaba, através do Mandado de Imissão de Posse de 22 de março de 2012 (Processo nº 1592-18.2012.04.1.3000/2ª Vara – Justiça Federal).

O Projeto de Assentamento denominado III Polo Agroflorestal de Rio Branco, criado pelo Governo do Estado do Acre, com área de 33,7956 ha, localizado no município de Rio Branco, foi reconhecido pelo INCRA pela PORTARIA/INCRA/SR-14/Nº 029 de 20 de setembro de 2012,

Quadro A.4.4.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
19.250.200,00	18.824.400	1.891.200,00	0,00	5.864.000,00	1.891.200,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Familia Atendida	Família	759	930	17.081.000	1.891.200

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	584	6.108.400,00	244.400,00	5.864.000,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Ação de Concessão de Crédito Instalação tem como objetivo dar às famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária condições iniciais de subsistência e permanência nos lotes dos projetos de assentamento. Em suas diversas modalidades, esse crédito auxilia as famílias assentadas na construção e recuperação de unidades habitacionais, aquisição de equipamentos, insumos, produtos e serviços diversos como incentivo ao início da produção nos lotes, visando garantir ao menos a segurança alimentar dos assentados.

Dentro da nova dinâmica da aplicação do Crédito Instalação pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, e diante de recomendações da Presidência do Órgão em dar prioridade na operacionalização dos recursos empenhados e liquidados, o planejamento estratégico da Superintendência em 2012 foi voltado especialmente na operacionalização aqueles Créditos de orçamentos anteriores, que se encontravam depositados nas contas das associações e que foram iniciados em exercícios anteriores.

Para o exercício de 2012, inicialmente o Plano de Compromisso do INCRA previa um quantitativo orçamentário de R\$ 24.345.000,00 para beneficiar 1.082 famílias. Ajustado pelo Decreto Nº 7.680/2012, o quantitativo previsto passou a ser R\$ 17.081.000,00 para beneficiar 759 famílias assentadas no Acre. Do programado, a provisão recebida para o desenvolvimento de tal ação chegou ao montante de R\$ R\$ 19.250.200,00. Dessa cifra foram efetivamente empenhados o equivalente a R\$ R\$ 18.824.400,00.

Segue tabela que demonstra a destinação dos recursos referentes ao orçamento de 2012 do Crédito Instalação, nas diferentes modalidades.

Tabela 9 – Crédito Instalação empenhado em 2012.

Município	Projetos de Assentamento	Modalidade do Crédito	Quantidade Famílias Atendidas, Valores e Totais		
			Nº. Fam/Mod.	Valor Unit. (R\$ 1,00)	Valor Total (R\$ 1,00)
Assis Brasil	PA Paraguassu	AM	60	3.000,00	180.000,00
		FOM	63	3.200,00	201.600,00
subtotal			123	-	381.600,00
Acrelândia	PDS Porto Luiz I	AI	10	3.200,00	32.000,00
		AMC (compl.)	80	10.000,00	800.000,00
		FOM	60	3.200,00	192.000,00
subtotal			150	-	1.024.000,00
Brasiléia	PDS Porto Carlos	AI	69	3.200,00	220.800,00
		AMC (compl.)	100	10.000,00	1.000.000,00
		FOM	70	3.200,00	224.000,00
subtotal			239	-	1.444.800,00
Bujari	PE Polo Agrof. D.om Moacir	RMC	7	8.000,00	56.000,00
	Pa Antônio de Holanda	AI	7	3.200,00	22.400,00
		AMC	10	25.000,00	250.000,00
		FOM	100	3.200,00	320.000,00
		AM	80	3.000,00	240.000,00
subtotal			204	-	888.400,00
Capixaba	PDS Nova Promissão	AI	125	3.200,00	400.000,00
		AMC	125	25.000,00	3.125.000,00

Município	Projetos de Assentamento	Modalidade do Crédito	Quantidade Famílias Atendidas, Valores e Totais		
			Nº. Fam/Mod.	Valor Unit. (R\$ 1,00)	Valor Total (R\$ 1,00)
	PDS Campo Alegre	AI	80	3.200,00	256.000,00
		AMC	80	25.000,00	2.000.000,00
subtotal			410	-	5.781.000,00
Feijó	PE Polo Agrof. de Feijó	AM	17	3.000,00	51.000,00
subtotal			17	-	51.000,00
Mâncio Lima	PAF Havai	AMC (compl.)	75	10.000,00	750.000,00
subtotal			75	-	750.000,00
Plácido de Castro	PE Polo Agrof. Plácido de Castro	AM	37	3.000,00	111.000,00
subtotal			37	-	111.000,00
Porto Acre	PDS Nova Esperança	FOM	40	3.200,00	128.000,00
		A M	41	3.000,00	123.000,00
	Pa Caquetá	RMC	1	8.000,00	8.000,00
		RMC (compl.)	1	2.000,00	2.000,00
	Pa Bandeirante	A I	52	3.200,00	166.400,00
		AMC	52	25.000,00	1.300.000,00
		AMC (compl.)	95	10.000,00	950.000,00
subtotal			282	-	2.677.400,00
Porto Walter	Cruzeiro do Vale	AI	46	3.200,00	147.200,00
		AMC	46	25.000,00	1.150.000,00
subtotal			92	-	1.297.200,00
Rio Branco	PA Barro Alto	FOM	81	3.200,00	259.200,00
		AM	30	3.000,00	90.000,00
		AMC (compl.)	20	10.000,00	200.000,00
	PA Itamaraty	Fomento	72	3.200,00	230.400,00
		AMC (compl.)	24	10.000,00	240.000,00
	PCA Casulo Geraldo Fleming	AM	34	3.000,00	102.000,00
		RMC	3	8.000,00	24.000,00
	PA Gal Moreno Maia	RMC	22	8.000,00	176.000,00
	PE Polo Agrof. Wilson Pinheiro	RMC	13	8.000,00	104.000,00
		AM	20	3.000,00	60.000,00
	PCA Casulo Geraldo Mesquita	AI	1	3.200,00	3.200,00
		AMC	1	25.000,00	25.000,00
	PE Polo Agrof. Dom Joaquim	RMC	7	8.000,00	56.000,00
	PDS Nova Baixa Verde	AM	160	3.000,00	480.000,00
		FOM	100	3.200,00	320.000,00
subtotal			588	-	2.369.800,00
		AI	13	3.200,00	41.600,00

Município	Projetos de Assentamento	Modalidade do Crédito	Quantidade Famílias Atendidas, Valores e Totais		
			Nº. Fam/Mod.	Valor Unit. (R\$ 1,00)	Valor Total (R\$ 1,00)
Senador Guimard	PDS Polo Pirã De Rã	AMC	14	25.000,00	350.000,00
		AMC (compl.)	4	10.000,00	40.000,00
		AM	94	3.000,00	282.000,00
		FOM	107	3.200,00	342.400,00
subtotal			232	-	1.056.000,00
Sena Madureira	PA Uirapuru	AM	13	3.000,00	39.000,00
	PDS Wilson Lopes	AI	6	3.200,00	19.200,00
		AMC	6	25.000,00	150.000,00
subtotal			25	-	208.200,00
Xapuri	PDS Floresta	AMC (compl.)	98	8.000,00	784.000,00
subtotal			98	-	784.000,00
Totais			2.572	-	R\$ 18.824.400,00

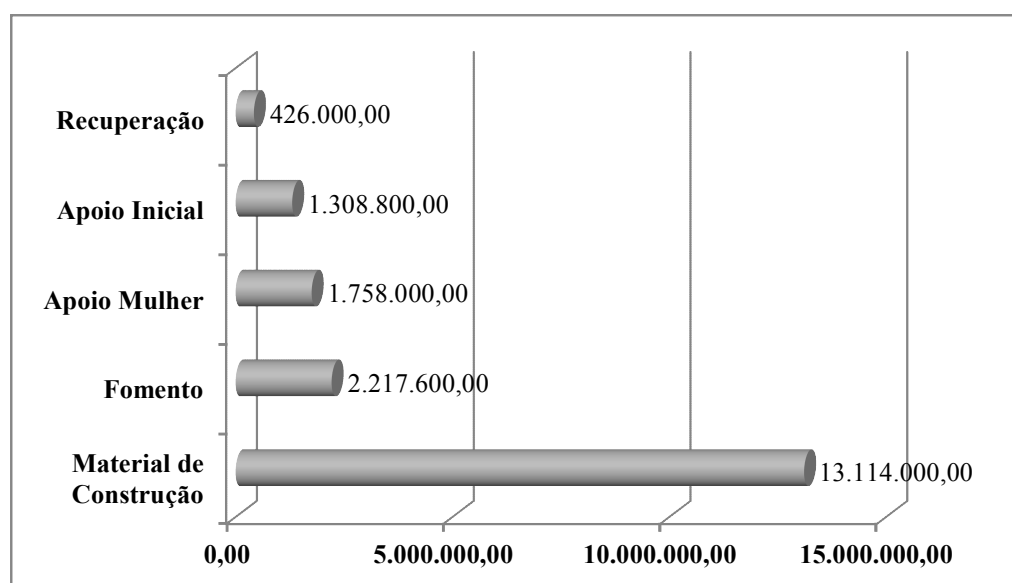
AMC – Aquisição Material de Construção; A M C (com) – Aquisição Material de Construção Complementação de Crédito; AI – Apoio inicial; AM – Apoio Mulher; FOM – Fomento.

Conforme previsão da Plano de Compromisso do INCRA em 2012, a Superintendência Regional ficou incumbida de atender 759 famílias, considerando o orçamento de R\$ 17.081.000,00. Os dados demonstrados acima evidenciam que foi concedido Crédito Instalação, em suas diferentes modalidades, a 2.572 famílias assentadas, o que corresponde um índice de aproximadamente 238% de famílias beneficiadas a mais do estabelecido na programação.

É importante salientar que: com fulcro na Norma de Execução Nº 79/08, foram solicitadas várias complementações de crédito na modalidade Aquisição Material de Construção devido a alterações dos valores do benefício promovido pela Instrução Normativa Nº 74, de 14 de novembro de 2012.

Em relação aos modos operantes para distribuição dos benefícios, foi levado em consideração demandas das comunidades assentadas que solicitaram formalmente da Superintendência do INCRA, principalmente do Crédito Instalação nas Modalidades Material de Construção, Fomento, Apoio Inicial, apoio Mulher e Reforma. Vale salientar que a maioria foi motivados pelos serviços da Assessoria Técnica, Social e Ambiental oferecidos.

Figura 05 – Valores por modalidade de Créditos Instalação empenhado em 2012



De forma mais didática, segue figura que demonstra os montantes empenhados por modalidade de Crédito Instalação.

O orçamento empenhado e liquidado refere-se aquele depositado em contas das associações comunitárias ou grupos de representantes de trabalhadores rurais, destinados a pagamento do Crédito Instalação nas modalidades Apoio Inicial – A.I, Aquisição de Materiais de Construção – A.M.C, Recuperação de Materiais de Construção – R.M.C, Fomento – FOM e Apoio Mulher – A.M, ou para complementação de recursos nos termos da Instrução Normativa N° 74, de 14 de novembro de 2012. Com referência a definição da ação, salienta-se que esses recursos não são aqueles efetivamente operacionalizados, ou seja, não se trata de casas construídas, reformadas ou crédito já repassado às famílias assentadas.

Da provisão recebida para a Ação foram efetivamente liquidados o equivalente a R\$ 1.891.200,00, conforme a tabela que segue.

Tabela 10 - Créditos Instalação empenhados e liquidado em 2012.

Município	Projetos de Assentamento	Modalidade do Crédito	Quantidade Famílias Atendidas, Valores e Totais		
			Nº Fam.	Valor Unitário	Valor Total
Brasiléia	PDS Porto Carlos	AI	69	3.200,00	220.800,00
		FOM	70	3.200,00	224.000,00
subtotal			139	-	444.800,00
Bujari	PA Antônio de Holanda	FOM	100	3.200,00	320.000,00
subtotal			100	-	320.000,00
S. Guiomard	PDS Polo Pirã de Rã	FOM	107	3.200,00	342.400,00
Subtotal			107	-	342.400,00
Xapuri	PDS Floresta	A M C (com)	98	8.000,00	784.000,00
Subtotal			98	-	784.000,00
Total Geral			444		R\$ 1.891.200,00

AMC (com) – Aquisição Material de Construção Complementação de Crédito; AI – Apoio inicial; FOM – Fomento.

Em relação ao físico realizado da Ação 0427, os dados demonstram que 930 famílias foram atendidas com o benefício. Ressalta-se que a contabilização da meta da Ação dar-se-á mensalmente no SIAF Gerencial pelas Ordens Bancárias (OB) pagas, sendo representada pelas famílias que receberam o depósito do valor do crédito na conta da Associação ou Grupo representante, excluídas aquelas que receberam complementação de crédito. Assim, como pode ser observado na Tabela 9, correspondem ao somatório das famílias atendidas com Crédito Instalação nas modalidades Apoio Inicial e Fomento no PDS Porto Carlos (139), PA Antônio de Holanda (100) e PDS Polo Pirã de Rã (107), além de outras 584 famílias atendidas no orçamento de 2011, conforme quadro que segue.

Tabela 11- Créditos Instalação do orçamento de 2011 liquidado em 2012.

Município	Projeto de Assentamento	Crédito Instalação/ Modal.	Créditos Empenhados e Liquidados		
			Nº Fam.	Valor Unit. (R\$ 1,00)	Valor Total (R\$ 1,00)
Acrelândia	PDS Porto Luiz I	AI	100	3.200,00	320.000,00
		AMC	100	15.000,00	1.500.000,00
Subtotal			200	-	1.820.000,00
Brasiléia	PDS Porto Carlos	AI	60	3.200,00	192.000,00
		AMC	129	15.000,00	1.935.000,00
Subtotal			189	-	2.127.000,00
Mâncio Lima	PAF Havaí	AI	75	3.200,00	240.000,00
		AMC	75	15.000,00	1.125.000,00
Subtotal			150	-	1.365.000,00
Epitaciolândia	PAE Chico Mendes	RMC	11	8.000,00	88.000,00
Subtotal			11	-	88.000,00
Porto Acre	PA Tocantins	RMC	29	8.000,00	232.000,00
	PA Caquetá	RMC	2	8.000,00	16.000,00
Subtotal			31	-	248.000,00
Rio Branco	PCA Casulo Geraldo Fleming	RMC	2	8.000,00	16.000,00
Subtotal			2	-	16.000,00
Senador Guiomard	PDS Polo Pirá de Rã	AMC	1	15.000,00	15.000,00
Subtotal			1	-	15.000,00
Total			584	-	5.679.000,00

AMC – Aquisição Material de Construção; AI – Apoio inicial; RMC – Recuperação Material de Construção; FOM – Fomento.

Embora as complementações de créditos já depositados em conta não seja contabilizadas na meta da Ação, é importante mencionar que foram atendidas no exercício 159 famílias, distribuídas da seguinte forma: 98 assentadas no PDS Floresta, 30 do PAE Remanso, 1 PA Alcobrás, 29 do PAE Chico Mendes e 1 do PA Trinfo.

Outrossim, também cabe destacar o número de casas construídas e reformadas no exercício, além dos demais créditos operacionalizados, pois representam efetivamente a conclusão da aplicação das modalidades do Créditos Instalação, principalmente daquelas que envolvem moradias. Ainda vale acrescentar que quase a totalidade dessas casas construídas e/ou recuperadas foram com recursos do orçamento de exercícios anteriores.

Tabela 12 - Créditos Instalação operacionalizado/aplicados e finalizados em 2012.

Projeto de Assentamento	Modalidade de Crédito Aplicada por Projeto			
	AMC	AI	RMC	FOM
Floresta Estadual do Antimary	8	0	0	0
Floresta Estadual do Rio Liberdade	12	8	0	0
Floresta Estadual Rio Gregório	24	0	0	0
Floresta Nacional do Macauã	1	02	0	0
PA Alberto Santiago	35	90	0	0
PA Alcobrás	0	0	10	0
PA Barro Alto	4	0	0	0
PA Bujari	70	7	0	0
PA Califórnia	10	3	0	0
PA Caquetá	0	0	12	0
PA Gal Moreno Maia	0	0	8	0
PA Itamarati	25	30	0	0
PA João Batista	0	0	0	4
PA Liberdade	0	1	20	0
PA Novo Destino	4	1	0	0
PA Oriente	1	0	1	0
PA Pão De Açúcar	16	5	24	0
PA Paraguassu	4	5	0	0
PA Pedro Firmino	3	0	0	0
PA Porto Alonso	2	0	0	0
PA Taquari	5	19	0	0
PA Tocantins	1	0	4	0
PA Triunfo	0	0	0	0
PA Tupá	2	0	0	0
PA Zaqueu Machado	1	0	0	0
PAD Santa Luzia	8	14	0	0
PAE Chico Mendes	0	0	10	0
PAE Porto Rico	0	0	5	0
PAE Santa Quitéria	3	0	0	0
PDS Bonal	0	1	0	0
PDS Floresta	39	0	0	0
PDS Francisco Pimentel	0	2	0	0
PDS Jamil Jereissati	6	0	0	0
PDS Lúcia Craveiro	0	0	0	8
PDS Minas	9	0	0	0
PDS Nova Baixa Verde	0	0	0	0
PDS Nova Esperança	9	0	0	0
PDS Polo Pirã De Rã	82	93	0	0

PDS Porto Carlos	65	21	0	0
PDS Porto Luiz I	22	0	0	0
PDS São Salvador	1	4	0	0
PE Polo Agroflorestal Feijó	4	4	11	0
PE Polo Agroflorestal Mâncio Lima	2	0	1	0
PE Polo Agroflorestal Tarauacá	3	0	1	0
PE Polo Agroflorestal Xapuri I	0	0	1	0
PE Polo Agroflorestal Xapuri II	0	0	2	0
Polo União PCA – Xapuri	11	1	0	0
Resex Alto Tarauacá	0	62	0	0
Resex Chico Mendes	145	0	0	0
Resex Riozinho da Liberdade	1	19	0	0
Totais por Modalidade de Crédito	638	392	110	12
Total Geral	1.152			

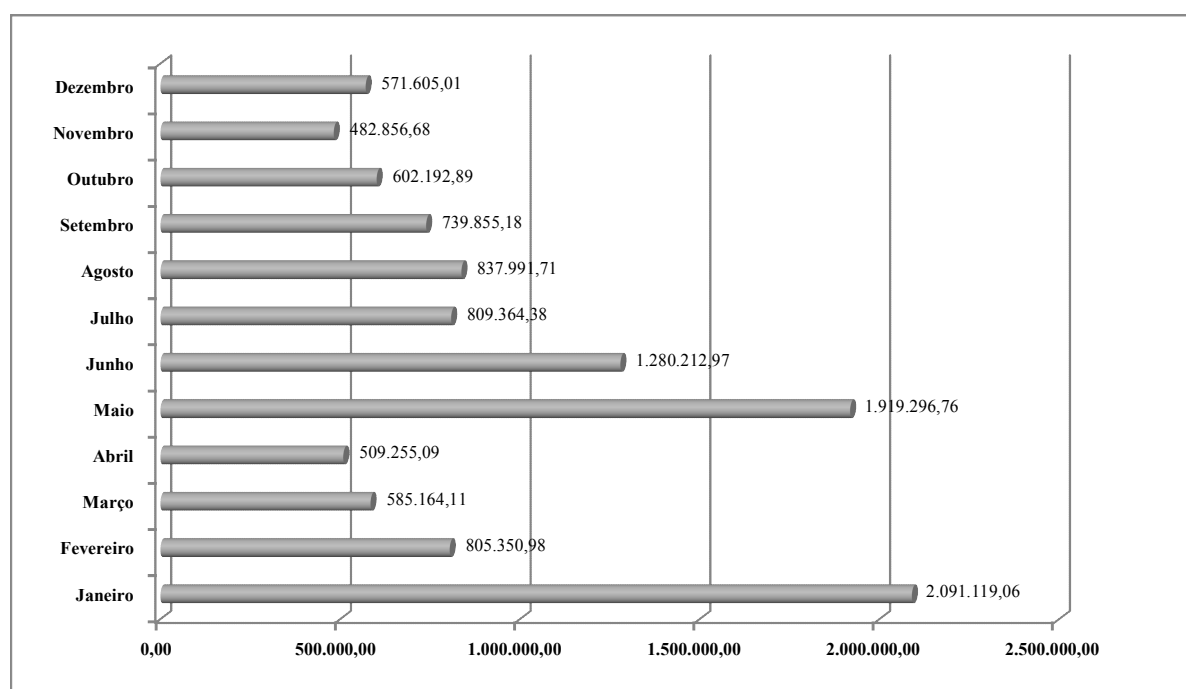
AMC – Aquisição Material de Construção; AI – Apoio inicial; RMC – Recuperação Material de Construção; FOM – Fomento.

Desde 2010 a Superintendência Regional, por meio do Serviço de Crédito, vem atuando com maior ênfase na operacionalização dos recursos de Crédito Instalação de orçamentos anteriores que se encontravam ou se encontram depositados nas contas das Associações ou grupos representativos das famílias assentadas em diversos projetos de assentamento do Estado.

Em que pese toda dedicação da equipe na tentativa de gerir os recursos a contento; do montante considerado foi possível operacionalizar em 2012 o montante de R\$ 11.234.264,82, do acumulado nos exercícios anteriores.

A seguir figura que discrimina o somatório mensal dos pagamentos de notas fiscais referentes aos serviços e/ou insumos do Crédito Instalação aplicado em 2012.

Figura 06 – Discriminação mensal dos pagamentos do Créditos Instalação em 2012



Em consonância com o ocorrido em anos anteriores, a equipe técnica continua e continuará enfrentando vários entraves na aplicação e operacionalização do Crédito Instalação. Entraves estes advindos, por exemplo, da falta de demarcação topográfica georreferenciada dos assentamentos, da liberação de licença ambiental, da emissão dos Contratos de Concessão de Uso, de problemas dominiais e de diversos outros entraves inerentes a cada caso concreto.

Além do relatado acima, em 2012 a situação ainda foi mais complicada e adversa para o desenvolvimento das ações, visto que: além do movimento paredista que estagnou as atividades por 3 meses, o orçamento do Órgão sofreu cortes consideráveis, tanto quanto demorou em ser aprovado. Consequentemente, estes fatos foram os pontos de estrangulamento que mais prejudicaram o andamento das necessárias ações positivas da Superintendência.

Apesar do ocorrido, todos os envolvidos no processo entenderam que ainda houve avanços significativos no desenvolvimento da ação no ano, apesar da elevada demanda e da baixa disponibilidade de recursos humanos.

Além dos obstáculos citados, um dos pontos cruciais que contribuem para o acúmulo dos valores nas contas bancárias, é quando se cria um Projeto de Assentamento, pois, uma das primeiras ações é a solicitação dos créditos, objetivando garantir o recurso para os novos assentados. No entanto, na sua grande maioria as implantações desses assentamentos novos só ocorrem meses e/ou anos depois, em virtude da complexidade das etapas que sucedem o ato de criação, ainda mais quando se refere à região Amazônica.

O processo torna-se ainda um pouco mais lento quando se trata da modalidade Aquisição de Materiais de Construção, cujo produto final, casas construídas, pode levar meses ou até mesmo anos para conclusão. Na maioria das vezes trata-se de centenas de habitações em projetos de assentamentos distantes dos centros fornecedores e com condições precárias de acesso, inerente a situação amazônica.

Além disso, como já mencionado anteriormente, não se pode deixar de levar em consideração as características ambientais da Amazônia, onde só se tem seis meses a cada ano para operacionalizar quaisquer ações nos Projetos de Assentamento. Desta forma, torna-se inexecutável a

operacionalização das ações para as quais o recurso é destinado, nesta região há o agravante climático. Em função das peculiaridades das famílias envolvidas nos assentamentos e da geografia dispersa dos lotes em questão faz com que o grau de dificuldade para o sucesso das ações seja bastante elevado. Aumentar o custo de logística das empresas que se habilitam nessa empreitada pode inviabilizar a consecução das metas almejadas.

Reiterando os cometários de relatório de exercícios anteriores, que na circunstância, além das várias dificuldades abordadas, as informações refletem claramente que sempre ocorrem sobras de recursos financeiros nas contas sem a devida aplicação, independentemente do gestor. Assim, é fato que em todos os anos anteriores a aplicação e a operacionalização dos recursos dos Créditos Instalação do orçamento vigente sempre ultrapassam a temporalidade do exercício em curso. A gama de fatores comentados contribui, indubitavelmente, para a distorção entre os montantes nas contas-correntes das associações e os recursos efetivamente aplicados. A confirmação continua sendo evidenciada na gestão atual, em que nenhuma família foi beneficiada com recursos do ano nas modalidades diversas do Crédito Instalação.

Quadro A.4.4.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
664.414,00	628.225,28	589.663,18	0,00	38.562,10	589.663,18	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	496	1063	223.355,00	589.663,18

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Segundo definições da Diretoria de Gestão Estratégica – DE, Coordenação-Geral De Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, Ação 20S7 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária representa o valor gasto para o acompanhamento (custeio) da Ação 0427 – Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas.

Como bem mostrado anteriormente, foi possível concluir em 2012 a operacionalização e/ou aplicação de 1.152 Contratos de Crédito Instalação, nas modalidades Aquisição Material de Construção, Apoio Inicial, Recuperação Material de Construção e Fomento. Em que pese ser de orçamentos anteriores, a supervisão e fiscalização da concessão desses contratos se deu em 2012, ensejando em investimentos (custeio) para o acompanhamento e finalização da Ação.

Para custeio da Ação no exercício de 2012, o Plano de Compromisso do INCRA previa um quantitativo orçamentário de R\$ 223.355,00 para a Superintendência Regional do Acre supervisionar/fiscalizar 496 Contratos de Crédito Instalação emitidos. Do programado, a provisão recebida para o desenvolvimento da Ação chegou ao montante de R\$ 664.414,00. Dessa cifra foram efetivamente liquidados o equivalente a R\$ R\$ 589.663,18.

Conforme dados do SIAF, o montante recebido foi distribuído e liquidados da seguinte forma: R\$ 200.500,23 em diárias; R\$ 282.442,95 em consumo; R\$ 11.000,00 em passagens; R\$ 720,00 para pagamentos de Pessoa Física; e R\$ 95.000,00 para pagamentos de Pessoa Jurídica.

É importante ressaltar que o recursos também subsidiaram o custeio da ação de cadastramento de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária para inclusão no Programa Bola Verde.

Em relação a meta física, a previsão da Plano de Compromisso foi que a Superintendência Regional supervisionasse 496 Contratos de Créditos Instalação. Além dos 1.152 finalizados no ano-calendário, foi possível emitir outros 1.063 Contratos de Crédito Instalação, sendo 288 de Aquisição de Material de Construção, 539 Apoio Inicial, 73 Recuperação Material de Construção e 163 Contrato na modalidade Fomento. Assim, confrontando os números é possível observar que foi alcançada a meta, sendo ainda superada em 132 %.

Para melhor detalhar os resultados da Ação, segue Tabela 12 que demonstram o quantitativo de Contratos de Crédito Instalação emitidos no exercício de 2012.

Tabela 13 - Contratos de Créditos Instalação emitidos no exercício de 2012.

Projeto de Assentamento	Modalidade de Crédito Aplicada por Projeto			
	AMC	AI	RMC	FOM
Floresta Estadual do Rio Liberdade	1	127	0	0
Floresta Estadual Rio Gregório	1	1	0	0
Floresta Nacional do Macauã	1	1	0	0
PA Alcobrás	0	0	5	0
PA Amônia	0	0	53	0
PA Barro Alto	14	0	0	0
PA Bujari	37	97	0	51
PA Califórnia	2	0	0	0
PA Caquetá	0	0	14	0
PA Itamarati	19	20	0	0
PA João Batista	0	0	0	4
PA Novo Destino	1	0	0	0
PA Pão De Açúcar	1	1	1	0
PA Paraguassu	10	11	0	0
PA Tupá	3	3	0	0
PAE Chico Mendes	0	0	0	12
PAE Porto Rico	0	0	0	5
PAF Recanto	19	19	0	0
PDS Floresta	25	0	0	0
PDS Jamil Jereissati	0	0	0	88
PDS Lídia Craveiro	0	0	0	2
PDS Nova Baixa Verde	26	27	0	1
PDS Polo Pirã De Rã	3	100	0	0
PDS Porto Carlos	61	61	0	0
PDS Porto Luiz I	61	68	0	0
PDS São Salvador	1	3	0	0
Polo União PCA – Xapuri	2	0	0	0
Subtotal	288	539	73	163
Total	1063			

AMC – Aquisição Material de Construção; AI – Apoio inicial; RMC – Recuperação Material de Construção; FOM – Fomento.

Conforme a Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, é importante frisar que na contabilização da metas da Ação pode haver a contagem em duplicidade da mesma família beneficiária com mais de uma modalidade de crédito acompanhada no exercício, pois, o que conta para a meta é “créditos supervisionados” e não “famílias atendidas”.

Outrossim, atenta-se também para o fato de que os Contratos de Crédito que foi supervisionado no exercício, não significa que sua aplicação foi finalizada, sendo necessário a continuação desta supervisão no exercício subsequente.

Quadro A.4.4.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
10.083.289,00	10.078.647,42	4.650.396,42	0,00	5.428.251,00	4.650.396,42	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.312	0	9.655.038,00	4.650.396,42

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	4.260	9.008.000,00	1.369.000,00	7.639.000,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento tem como finalidade prover os projetos de assentamentos rurais de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentado.

Dentro do contexto da Superintendência Regional do Acre, a implantação de infraestrutura básica em projetos de assentamentos compreendem essencialmente os serviços de implantação (construção) de estradas vicinais (ramais) nos projetos de assentamento, como também a recuperação com revestimento primário e o melhoramento das condições de tráfego.

Esses serviços são considerados essenciais principalmente para os assentados, visto que abrem caminho para o escoamento da produção e desenvolvimento de demais ações como por exemplo a aplicação de créditos nas diferentes modalidades, como também facilita a prestação dos serviços de assistência técnica, social e ambiental, além do acompanhamento e fiscalização das parcelas e outras atividades inerentes.

Em relação aos indicadores ou parâmetros utilizados para mensurar os resultados ou produto obtido pelo desenvolvimento da Ação, destaca-se o número de famílias ou unidades familiares atendidas com infraestrutura realizada.

Os trabalhos da ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos, especialmente no que se refere à construção e manutenção de vias de acesso aos assentamentos, têm sido realizados em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras Municipais. Deste esforço tem-se concretizados convênios e Termos de Cooperação no sentido de implementar a infraestrutura nos assentamentos do Estado do Acre.

Devido a grande demanda estadual e a limitação orçamentária para execução da Ação, a divisão dos recursos é feita em conjunto com as Comissões Municipais de Ramais, que ditam as prioridades dos assentamentos a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, construção de pontes, bueiros e outras obras de arte, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos. Igualmente a anos anteriores, algumas dessas parcerias ainda encontram-se com suas atividades em desenvolvimento e se estenderá a execução por 2013.

Como registrado em relatórios de Gestões passadas, ainda encontram-se em execução ações previstas em quatro convênios firmados em anos anteriores e outro firmado na gestão de 2012, quais sejam: CRT/AC/12.000/2008 (SICONV/Nº 702807/2008), CRT/AC/3.000/2010 (SICONV/Nº 732122/2010), CRT/AC/3.001/2010 (SICONV/Nº 740511/2010), CRT/AC/12.000/2011 (SICONV/Nº 755824/2011) e CRT/AC/70001/2012 (SICONV/Nº 770889/2012).

Como já mencionado no relatório de 2011, o Convênio CRT/AC/12.000/2008 (SICONV Nº 702807/2008), firmado com o Governo do Estado teve por objeto prover de infraestrutura viária básica o Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, na área compreendida na jurisdição do Município de Senador Guiomard, e ou recuperar a já existente, necessárias à viabilização do seu Processo Produtivo e do seu desenvolvimento sustentável, por meio da aquisição de patrulhas mecanizadas, piçarramento, melhoramento, conservação e abertura estradas vicinais (ramais), instalação de pontes e bueiros e aquisição de combustível.

Até 2011 foram beneficiadas 279 famílias assentadas como o melhoramento de 232 quilômetros (km) de ramais. Também foram beneficiadas outras 247 famílias com a execução de 100,7 km de estradas revestidas com piçarramento, isto dos 150,1 previstos no objeto do Convênio.

Em relação a execução física de 2012, não houve recebimento pelo motivo de não ter sido executado. Segundo o conveniente, já notificado, por se tratar de serviços que exigem maiores técnicas devido a natureza complexa, problemas diversos afligiram as empresas terceirizadas que não puderam concluir o contrato no ano-calendário de 2012. Assim, a execução do restante das obras vai se estender por 2013, anuída por termo aditivo vigente até 31/08/2013, que ainda acresceu mais 20 km de serviços a serem financiados com recursos provindos dos rendimentos da aplicação financeira.

O Convênio CRT/AC/3.000/2010 (SICONV Nº 732122/2010), tem como objeto a execução de melhoria e conservação de infraestrutura viária básica de Projetos de Assentamento, incluindo a recuperação de estradas vicinais e ramais com construção de pontes e bueiros. Os recursos investidos foram da ordem de R\$ 10.000.000,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 9.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE a importância de R\$ 1.000.000,00, como contrapartida.

Até 2011 foram recebidos 1.201 km de ramais melhorados em diversos Projetos de Assentamento do Estado, que beneficiaram diretamente 5.598 famílias assentadas, como demonstrado no relatório da Gestão de 2011. O montante recebido até 2011 correspondeu a 60% do objeto do convênio.

Em relação ao executado em 2012, segue Tabela que demonstra de forma mais clara os serviços executados e recebidos, além das famílias beneficiadas com as obras executadas em 2012.

Tabela 14 - Conservação e recuperação de ramais – SICONV 732122/2010 – CRT/Nº 3.000/2010.

Município	Projeto de Assentamento	Previsto inicialmente (km)	Executado em 2012 (km)	Famílias Atendidas em 2012
Acrelândia	PA Orion	49,0	0,0	0
	PA São João do Balanceio	62,0	0,0	0
Subtotal		111,0	0,0	0
Assis Brasil	PAE Santa Quitéria (parte)	48,0	0,0	0
	Resex Chico Mendes	15,0	0,0	0
Subtotal		63,0	0,0	
Brasileia	PA Pão de Açúcar	15,0	5,7	28
	PA Três Meninas	20,0	0,0	0
	PAE Santa Quitéria	52,0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Chico Mendes	32,0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Wilson Pinheiro	8,0	0,0	0
Subtotal		127,0	5,7	28
Capixaba	PA Alcobrás	3,0	0,0	0
	PA São Gabriel	43,0	0,0	0
	PAE São Luiz do Remanso	35,5	0,0	0
	PE Polo Agrof. de Capixaba	6,0	0,0	0
Subtotal		87,5	0,0	0
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	19,0	0,0	0
	PE Polo Agrof. de C. do Sul	3,0	0,0	0
	PA Narciso Assunção	20,5	0,0	0
	PDS Jamil Jereissati	41,5	0,0	0
	PA Pedro Firmino	6,7	0,0	0
Subtotal		90,7	0,0	0
Epitaciolândia	PAE Porto Rico	48,5	10,3	30
	PE Polo Agrof. de Epitaciolândia	4,5	0	0
	PAE Chico Mendes	12,0	0	0
Subtotal		65,0	10,3	30
Feijó	PA Envira	43,0	0,0	0
	PA Berlim Recreio	30,6	0,0	0
Subtotal		73,6	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Previsto inicialmente (km)	Executado em 2012 (km)	Famílias Atendidas em 2012
Mâncio Lima	PA São Pedro (parte)	8,6	0,0	0
	PA São Domingos	33,4	0,0	0
	PDS São Salvador	21,3	0,0	0
Subtotal		63,3	0,0	0
Manuel Urbano	PA Nazaré	83,0	0,0	0
Subtotal		83,0	0,0	0
Plácido de Castro	PA Triunfo	70,1	0,0	0
Subtotal		70,1	0,0	0
Porto Acre	PA Caquetá	31,8	0,0	0
	PA Porto Alonso	16,4	0,0	0
	PA Tocantins	38,0	0,0	0
	PA Porto Acre	12,0	0,0	0
	PDS Nova Esperança	20,7	0,0	0
Subtotal		118,9	0,0	0
Rio Branco	PA Moreno Maia	109,7	41,0	205
	PA Oriente	85,0	0,0	0
	PA Barro Alto	79,0	28,7	143
	PA Itamaraty	105,5	14,5	72
	PA Benfica (parte)	31,0	13,0	65
	PA Colibri	17,0	0,0	0
	PA Humaitá (parte)	15,0	0,0	0
	Estrada de acesso	72,0	0,0	0
Subtotal		514,2	97,2	485
	PA São Pedro (parte)	28,0	17,2	86
Rodrigues Alves	PA Treze de Maio	45,0	15,1	75
	PA Paraná dos Moura	48,0	16,5	82
	PAF Havaí	30,0	8,5	42
	PA Arco Iris	10,0	11,3	56
Subtotal		133,0	68,6	341
Sena Madureira	Floresta Nacional do Macauã	12,0	0,0	0
	PAD Boa Esperança	43,0	13,0	65
	PA Joaquim de Matos	58,0	0,0	0
	PDS Geraldo Fernandes	10,0	0,0	0
	PDS Lídia Craveiro	10,0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Elias Moreira	2,0	0,0	0
Subtotal		135,0	13,0	65
Senador Guimard	PA Petrolina	40,0	0,0	0
	PA Benfica	10,0	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Previsto inicialmente (km)	Executado em 2012 (km)	Famílias Atendidas em 2012
Subtotal		50,0	0,0	0
Tarauacá	PA Tarauacá	36,1	0,0	0
	PA Novo Destino	18,3	0,0	0
Subtotal		54,4	0,0	0
Xapuri	PDS Polo Recanto do Equador	23,5	21,8	130
	PDS Floresta	8,0	12,8	76
	Resex Chico Mendes	76,2	43,4	260
Subtotal		107,7	78,0	466
km serem inseridos (demandas pontuais)		52,6		
Total Geral		2.000,0	272,8 km	1.364

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Tabela 15- Resumo da Execução Contrato CRT/Nº 3.000/2010 - SICONV 732122/2010.

Prevista (km)	Executada em 2010 (km)	Famílias atendidas em 2010	Executado em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2011	Executado em 2012 (km)	Famílias atendidas em 2012
2.000,0	276,8	1.341	924,1	4.257	272,8	1.364
Serviços executados até 2011 (km)					1.201	
Serviços executados em 2012 (km)					272,8	
Serviços executados até 2012 (km)					1.473,8	
% dos serviços concluídos/executados					73,7 %	
Total de famílias beneficiadas até 2011					5.598	
Total de famílias beneficiadas em 2012					1.364	
Total de famílias beneficiadas até 2012					6.962	

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Dentro das perspectivas de realização dos serviços objetos da parceria, foram beneficiadas em 2012 1.364 famílias em 272,8 km de ramais melhorados. Com as obras recebidas em 2012, referentes a execução desse convênio, já foram atendidas até o momento 6.962 famílias em mais de 55 Projetos de Assentamento do Estado. Igualmente a outras parcerias, os restantes das obras para se concluir o convênio vai se estender por 2013, anuída por termo aditivo vigente até 31/12/2013.

Reiterando relatórios passados, desde o uso dessa modalidade de parcerias, em razão das condições climáticas locais e outros fatores que restringem a execução das obras de abertura, recuperação e revestimento de ramais no Estado à metade do ano, a urgência dos contratos sempre passam os exercícios. É importante colocar ainda que o início desse tipo de obras quase sempre é prejudicado pela demora na liberação das licenças ambientais.

Outra parceria formalizada compreendeu uma ação conjunta do INCRA e Governo do Estado no sentido de colaborar com o assentamento das famílias brasileiras que ocupavam a

fronteira do território boliviano. O convênio INCRA/DERACRE – Contrato CRT 3.001/10, no valor de R\$ 1.200.000,00 destinou-se à implantação de 16 km de ramais no Projeto de Assentamento Triunfo, onde foram demarcados 100 lotes para as famílias brasivianas.

Vale salientar que até 2011 foram realizados 85% das obras objeto do citado convênio, sendo o mesmo recebido definitivamente em 2012, conforme Tabela que segue.

Tabela 16 – Implantação de ramais – SICONV/Nº 740511/2010, CRT/nº 3.001/2010.

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em km	Executado em 2010 (km)	Executado em 2012	Famílias Atendidas
Plácido de Castro	PA Triunfo (parte)	16,0	16,0	Obras de Arte	100
T o t a l		16,0	16,0		100

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Os serviços de abertura foram todos realizados ainda em 2010, porém, devido a necessidades de implantação de obras de arte, correntes e especiais (bueiros e pontes) não foram totalmente recebidos naquele ano. Todavia, em 2012 foram executados 15% dos serviços contratados, correspondentes as obras de arte como pontes e bueiros.

Referente ao orçamento de 2011, a programação operacional da Ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, viabilizou a formalização de parceria como Governo do Estado/DERACRE para execução de mais 1.783 km de implantação e melhoramento de ramais, bem como 11,15 km de recuperação com revestimento primário, por meio do Convênio CRT/AC/Nº 12.000/2011 – SICONV/Nº 755824/2011.

Novamente reiterando o relatório da gestão de 2011, antes da formalização dessa parceria que se deu em 04/07/2011, na procura de atender recomendações da Controladoria Geral da União, a Superintendência Regional e o Governo do Estado/DERACRE com as Comissões Municipais formadas por representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios, FETACRE, presidentes de associações de moradores dos assentamentos, em reuniões regionais foram definidos os projetos e as respectivas estradas prioritárias que seriam contempladas com serviços de implantação, melhoramento e recuperação com revestimento primário, objeto da parceria.

Segue Tabela que demonstra os projetos de assentamento com ramais beneficiados com os serviços conservação e melhoramento.

Tabela 17 -Conservação e recuperação de ramais – CRT/AC/Nº 12.000/2011 – SICONV/Nº 755824/2011.

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Extensão Executada em 2011	Famílias Atendidas em 2011	Extensão Executada em 2012	Famílias Atendidas em 2012
Brasileia	PAE Santa Quitéria	100,0	44,2	221	28,4	85
	PA Pão de Açúcar	43,0	13,5	68	40,9	204
	PA Princesa	10,0	0,0	0	0,0	0
	PA Fortaleza	10,0	0,0	0	0,0	0
	PDS Porto Carlos	42,0	0,0	0	10,0	60
	PA Três Meninas	18,0	0,0	0	4,0	20

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Extensão Executada em 2011	Famílias Atendidas em 2011	Extensão Executada em 2012	Famílias Atendidas em 2012
Subtotal		223,0	57,7	289	83,3	369
Epitaciolândia	PAE Chico Mendes	28,0	0,0	0	20,0	60
	PAE Porto Rico	41,0	0,0	0	23,1	69
	PAE Equador	30,0	0,0	0	25,3	75
	PDS Recanto do Equador	25,0	0,0	0	0,0	0
Subtotal		124,0	0,0	0	68,4	204
Assis Brasil	PA Paraguaçu	22,0	0,0	0	6,0	30
Subtotal		22,0	0,0	0	6,0	30
Xapuri	PA Tupá	65,0	15,0	75	0,0	0
	PDS Floresta	52,0	0,0	0	33,7	168
	Linhas Principais de Acesso	8,0	0,0	0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Xapuri I	12,0	0,0	0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Xapuri I	6,0	0,0	0	0,0	0
Subtotal		143,0	15,0	75	33,7	168
Subtotal Geral (Regional Alto Acre)		512,0	72,7	364	191,4	771
Senador Guiomard	PA Nova Baixa Verde	22,0	0,0	0	0,0	0
	PDS Bonal	30,0	0,0	0	0,0	0
	PDS Polo Pirã-de-Rã	20,0	0,0	0	11,2	67
Subtotal		72,0	0,0	0	11,2	67
Capixaba	PAE São Luiz do Remanso	10,0	0,0	0	0,0	0
	PA Alcobras	3,0	0,0	0	4,2	21
	PA Zaqueu Machado	13,0	0,0	0	14,0	70
Subtotal		26,0	0,0	00	18,2	91
Acrelândia	PA Orion	3,0	0,0	0	0,0	0
	PA Califórnia	30,0	0,0	0	0,0	0
	PDS Porto Luiz	30,0	0,0	0	33,7	202
	PAE Porto Dias	22,0	0,0	0	0,0	0
Subtotal		85,0	0,0	0	33,7	202
Bujari	PA Antônio Holanda/Buiari	15,0	0,0	0	11,0	55
	PAE Limoeiro	15,0	0,0	0	0,0	0
Subtotal		30,0	0,0	0	11,0	55
Rio Branco	PA Moreno Maia	43,0	2,7	14	21,8	109
	PA Barro Alto	32,0	0,0	0	17,0	85
	PA Itamaraty I	9,0	0,0	0	2,7	13
	PA Benfica	7,0	0,0	0	0,0	0
Subtotal		91,0	2,7	14	41,5	207
Porto Acre	PA Tocantins*	141,0	108,7	544	0,0	0
	PA Caquetá	45,5	27,6	138	0,0	0
	PA Porto Acre	20,0	0,0	0	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Extensão Executada em 2011	Famílias Atendidas em 2011	Extensão Executada em 2012	Famílias Atendidas em 2012
	PDS Nova Esperança	18,2	0,0	0	0,0	0
Subtotal		224,7	136,3	682	0,0	0
Subtotal Geral (Regional Baixo Acre)		528,7	139,0	695	115,6	622
Mâncio Lima	Linha de acesso ao Polo Agroflorestal de Mâncio Lima	6,0	0,0	0	0,0	0
Subtotal		6,0	0,0	0	0,0	0
Rodrigues Alves	PA Paraná dos Mouras	120,5	22,1	111	51,8	259
	PA João Ademir	28,0	0,0	0	30,3	151
	PA 13 De Maio	22,0	0,0	0	7,7	38
	PA Arco Iris	13,0	0,0	0	0,0	0
	PA Alberto Santiago	23,0	0,0	0	28,1	140
	Polo Santa Rosa	9,0	0,0	0	16,0	96
	PA Pavão	15,0	0,0	0	10,8	54
	PE Polo Agrof. Rodrigues Alves	15,0	0,0	0	0,0	0
	PA Paraná	16,0	0,0	0	13,1	65
	PAF Havaí	10,0	0,0	0	6,1	30
Subtotal		271,5	22,1	111	163,9	833
Cruzeiro do Sul	PA Pedro Firmino	5,0	5,0	25	0,0	0
	PA Narciso Assunção	5,0	5,0	25	0,0	0
	PDS Jamil Jereissati	12,0	12,0	60	0,0	0
	PA Miritizal	10,0	0,0	0	0,0	0
Subtotal		32,0	22,0	110	0,0	0
Marechal Thaumaturgo	PA Amônia	28,0	0,0	0	20,5	102
Subtotal		28,0	0,0	0	20,5	102
Subtotal Geral (Regional Juruá)		337,5	44,1	221	184,4	935
Sena Madureira	PA Uirapurú	24,0	0,0	0	0,0	0
	PDS Geraldo Fernandes	40,0	0,0	0	0,0	0
	PDS Ivo Neves	31,5	0,0	0	0,0	0
	PA Joaquim de Matos	31,4	0,0	0	0,0	0
	PA Lídia Craveiro	10,0	0,0	0	0,0	0
	PAD Boa Esperança	77,5	0,0	0	0,0	0
Subtotal		214,4	0,0	0	0,0	0
Manoel Urbano	PA Liberdade	12,0	12,0	60	0,0	0
	PA Castelo	6,6	3,0	15	0,0	0
Subtotal		18,6	15,0	75	0,0	0
Subtotal Geral (Regional Purus)		233,0	15,0	75	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Extensão Executada em 2011	Famílias Atendidas em 2011	Extensão Executada em 2012	Famílias Atendidas em 2012
Feijó	PA Berlim Recreio	55,5	25,0	125	36,3	181
	PA Amena	8,8	0,0	0	5,8	29
	PA Envira	8,0	0,0	0	2,0	10
	Casulo	3,0	0,0	0	1,2	7
	POLO de Feijó	2,0	0,0	0	2,0	12
Subtotal		72,3	25,0	125	47,3	239
Tarauacá	Linhas de ligação e PA Tarauacá	43,0	31,7	159	0,0	0
	PA Tarauacá	39,5	27,2	136	14,5	72
	PA Novo Destino	17,0	0,0	0	7,0	35
Subtotal		99,5	58,9	295	21,5	107
Subtotal Geral (Regional Tarauacá-Envira)		171,8	83,9	420	68,8	346
Total Geral		1.783,0	354,7	1.774	563,2	2.816

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Tabela 18 - Resumo da Execução Contrato CRT/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011

Serviços melhoramentos de ramais executados em 2011 (km)	354,7
Serviços melhoramentos de ramais executados em 2012 (km)	563,2
Serviços executados até 2012 (km)	917,9
Total de famílias beneficiadas em 2012	2.816
% dos serviços concluídos/executados	51,5 %
Total de famílias beneficiadas até 2011	1.774
Total de famílias beneficiadas em 2012	2.816
Total de famílias beneficiadas até 2012	4.590

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Em relação aos serviços conveniados referente a revestimento primário de 11,15 km do ramal principal que dá acesso aos Projetos de Assentamento Moreno Maia e Barro Alto, localizados em Rio Branco, ressalta-se que os serviços foram iniciados em 2012, porém encontram-se em execução. Diante do fato, não foi possível realizar o recebimento das obras que vão beneficiar praticamente todas as famílias assentadas nos Projetos em questão.

Igual nas parcerias de anos anteriores vários fatores interferiram na execução das obras. Os principais foram os esforços concentrados para finalização de parcerias anteriores e as condições climáticas regional desfavoráveis na execução desse tipo de obra. Assim, a execução do restante dos serviços conveniados se estenderão por 2013, com fulcro em termo aditivo vigente até

As obras executadas e recebidas em 2012, 917 km de ramais melhorados, atenderam 2.816 famílias assentadas em vários Projetos de Assentamento do Estado.

Em relação ao orçamento previsto para execução da Ação em 2012, a Superintendência empregou a mesma metodologia para definição dos projetos de assentamento e ramais a serem contemplados. É importante salientar que a formalização da nova parceira foi

motivada com base na necessidade de abertura e implantação de estradas em novos Projetos que foram criados no ano-calendário, como em outros de anos anteriores que ainda não tinha sido contemplados ou concluídos totalmente sua malha viária em execuções anteriores. O mesmo critério foi utilizado na definição das estradas em Projetos de Assentamento que necessitavam de serviços de melhoramento, revestimento primário e construções de pontes e bueiros (obras de artes).

O Convênio CRT/AC/70001/2012 (SICONV/Nº 770889/2012), foi formalizado em 04/07/2012 com o Governo do Estado do Acre/DERACRE com o objetivo da execução de abertura e implantação de aproximadamente 182 km de ramais em 16 Projetos de Assentamento distribuídos no Estado, como também serviços de manutenção e melhoramento em 185 km de estradas de em outros 8 projetos, além de revestimento de aproximadamente 39 km em ramais de 4 projetos. O plano de investimentos chegam a ordem de R\$ 11.000.000,00, cabendo ao INCRA o valor de R\$ 10.000.000,00 e ao Governo do Estado do Acre a importância de R\$ 1.000.000,00, como contrapartida.

Diante da demora na definição da planilha de ramais prioritários a serem trabalhados no ano-calendário e outras inerentes aos tramites burocráticos do processo administrativos, como licitações para terceirizar parte da execução das obras e esforços para se concluir outras parcerias, além das condições climáticas do período, o início da execução das obras no calendário de 2012 foi inviabilizado, portanto, não foram realizadas medições ou recebimento de quaisquer serviços, portanto, a execução se estenderá por 2013, anuída por termo aditivo até 31/12/2013.

Contudo, segue Tabela que demonstra detalhes dos ramais e expectativas de famílias atendidas na parceria.

Tabela 19 – Demandas de Implantação de Ramais CRT/AC/70001/2012 – SICONV/Nº 770889/2012.

Município	Projeto De Assentamento	Extensão Prevista (km)	Expect. de Fam. Atendidas
Capixaba	PDS Nova Promissão	15,0	75
	PDS Campo Alegre	15,0	80
Subtotal		30,0	155
Porto Acre	Pa Nova Esperança	5,0	25
Subtotal		5,0	25
Assis Brasil	PA Paraguaçu	10,0	50
Subtotal		10,0	50
Brasileia	PDS Porto Carlos	2,13	10
	PAE Santa Quitéria	13,0	65
Subtotal		15,13	75
Manuel Urbano	PAD Aleluia	10,0	50
	PA Liberdade	14,5	72
Subtotal		24,5	122
Feijó	PA Berlim Recreio	19,0	95
Subtotal		19,0	95
Tarauacá	PA Taquari	8,0	40
	PA Novo Destino	20,0	100
Subtotal		28,0	140
Cruzeiro Do Sul	PDS Jamil Jereissati	10,0	50
	PA Miritizal	5,0	25

Subtotal		15,0	75
Rodrigues Alves	PA Paraná dos Mouras	13,5	67
	PAF Havaí	12,0	60
	PA Pavão	10,0	50
Subtotal		35,5	177
Total Geral		182,13	914

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Tabela 20 – Demandas de Melhoramento e Manutenção de Ramais CRT/AC/70001/2012 – SICONV/Nº 770889/2012.

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Expect. de Fam. Atendidas
Tarauacá	PA Taquari	13,5	67
	PA Tarauacá	20,0	100
Subtotal		33,5	167
Cruzeiro Do Sul	PA Pedro Firmino	7,0	35
Subtotal		7,0	35
Porto Walter	PDS Minas	30,0	150
Subtotal		30,0	150
Manuel Urbano	PA Liberdade	30,0	150
Subtotal		30,0	150
Porto Acre	PA Bandeirante	61,0	305
Subtotal		61,0	305
Capixaba	PA Alcobrás	12,0	60
Subtotal		12,0	60
Sena Madureira	PDS Ivo Neves	11,5	57
Subtotal		11,5	57
Total Geral		185,0	924

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Tabela 21 – Demandas de Revestimento Primário de Ramais CRT/AC/70001/2012 – SICONV/Nº 770889/2012.

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Expect. de Fam. Atendidas
Rio Branco	PA Moreno Maia	12,0	60
	PA Barro Alto	12,0	60
Subtotal		24,0	120
Bujari	PA Antônio De Holanda	6,3	31
	PAE Limoeiro	9,1	45
Subtotal		15,4	76
Total Geral		39,4	196

Fonte: SR(14)D-1 (Serviços de Infraestrutura).

Em relação a execução orçamentária e financeira da Ação, a previsão do Plano de Compromisso foi disponibilizar em despesas corrente e de capital o quantitativo de R\$ R\$ 9.655.038,0 para beneficiar 1.312 famílias assentadas em projetos de assentamento do Estado do

Acre. A provisão recebida foi de R\$ 10.083.289,00, dos quais foram empenhados R\$ 10.078.647,42 e efetivamente liquidado e pagos o quantitativo de R\$ 4.650.396,42.

Em relação as metas físicas do exercício para a Ação, como bem demonstrados nas tabelas anteriores, em 2012 foram recebidas obras de infraestrutura que beneficiaram o montante de 4.180 famílias assentadas em dezenas de projetos de assentamento no Estado.

Diante das orientações da Diretoria de Gestão Estratégica – DE/Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, para preenchimento da execução física de 2012, o número de famílias beneficiadas no ano-calendário foram resultados de obras de infraestrutura executadas com orçamentos de anos anteriores, contudo, recebidas provisoriamente em 2012.

Devido se tratar de obras de engenharia de média a alta complexidade, diante de várias condicionantes como o tipo de solo regional e condições climáticas desfavoráveis e outras inerentes exigências burocráticas para execução dos serviços, a conclusão formal dos contratos leva a um tempo prolongado (geralmente mais de um exercício). Assim, resultado da entre a contratação do serviço e a apresentação da meta realizada vinculada à obra, a não contabilização das famílias beneficiadas em serviços recebidos parcialmente pode refletir baixa eficiência na execução física da ação, ainda mais quando se tem mais de uma parceria em vigência.

Segundo a DEA, a contagem apenas no fim das obras também gera um descompasso entre os gastos financeiros do orçamento e restos a pagar – RAP (mediante medições e pagamentos parciais) e a apresentação da execução física de exercícios anteriores, porém é a forma mais adequada de assegurar a transparência na apresentação das obras efetivamente realizadas.

Contudo, diante da definição da Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão do INCRA, não se teve famílias atendidas com a execução física do orçamento de 2012. Por outro lado, é evidente que as obras dos contratos iniciados em anos anteriores e recebidos parcialmente no ano-calendário de 2012 trouxeram benefícios aos assentados, portanto, as famílias não deixaram de ser contabilizadas como beneficiadas, como bem-visto nas tabelas referentes aos convênios CRT/AC/12.000/2008 (SICONV/Nº 702807/2008), CRT/AC/3.000/2010 (SICONV/Nº 732122/2010), CRT/AC/3.001/2010 (SICONV/Nº 740511/2010) e CRT/AC/12.000/2011 (SICONV/Nº 755824/2011).

Considerando, portanto, os termos provisórios de recebimento de obras conveniadas e as famílias efetivamente beneficiadas no exercício de 2012, atingiu-se a meta estipulada para ação no exercício. Assim, tem-se como meta física total de 4.180 famílias beneficiadas com a ação, o que corresponde a 218 % a mais da meta pactuada.

Reiterando relatório de gestões passadas, sempre merece destacar os fatores que condicionam o fato, de todos os anos anteriores, dos trabalhos de execução dessa ação ultrapassarem o exercício em curso. Dentre as principais, podem ser citadas as condições climáticas (que encurtam o período de trabalho de 12 para 6 meses); demora no processo de licenciamento ambiental; descontingenciamento de recurso em época inapropriada; demora no cumprimento das etapas para efetivação dos convênios; e demanda maior que a capacidade operacional do Estado/Municípios.

Quadro A.4.4.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
198.739,00	178.075,55	170.346,15	0,00	7.729,40	170.346,15	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	508	0	186.475,00	170.346,15

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*		1.796.865,81	202.948,33	1.588.784,38	5.133,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Essa ação tem por finalidade prover os projetos de assentamento de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentado. Além de identificar o perímetro e/ou parcelas (lotes) existentes, os trabalhos de demarcação topográfica são realizados no intuito de adequar os projetos de assentamento à legislação vigente, especialmente à Lei nº 10.267/2001, que criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.

Os serviços de demarcação topográfica exercem, reconhecidamente, muita importância no ordenamento fundiário dos projetos de assentamento, vista que são corriqueira a existem de conflitos envolvendo parceleiros. Da mesma forma, é necessária para aplicação de outras ações como: a aplicação do Crédito Instalação e outros; expedição de Contratos de Concessão de Uso e titulação definitiva das parcelas; além de subsidiar a regularização ambiental dos projetos de assentamento do Estado.

Vale lembrar que a maior parte trabalhos da ação são desenvolvidos por Empresas terceirizadas contratadas por meio de licitação, restando para a superintendência somente o acompanhamento e fiscalização das obras realizadas.

Para o desempenho das atividades de fiscalização e acompanhamento, a Divisão de Desenvolvimento conta com a colaboração direta da Divisão de Ordenamento Fundiário, visto que não dispões de técnicos com habilitação adequada para tal tarefa.

Igualmente as obras de infraestrutura e outras ações que demandam contratações para execução, é fato que os serviços dessa Ação sempre ultrapassam o exercício em curso, sendo os principais motivos tem-se: condições climáticas que encurtam o período de trabalho de 12 para 6 meses; projetos de assentamento diferenciados em regiões de floresta densa; licenciamento ambiental para execução das obras; descentralização dos recursos em época inadequada para o acompanhamento e fiscalização das obras; e, principalmente em 2012, o movimento paredista que comprometeu as atividades do Órgão, dentre outros.

Exemplos claros podem ser comprovados em gestões de anos passados, em que as execuções sempre ultrapassaram o ano-calendário. Também, vale salientar que muitas das vezes as contratações ocorrer exatamente no início da estação chuvosa da região amazônica, e assim, parte das obras são executadas no verão e não são finalizadas no ano corrente, adentrando sempre em outros exercícios.

Reiterando o Relatório da Gestão de 2011, ainda do orçamento de 2010, foram formalizados em 2011 quatro contratos para demarcação topográfica e georreferenciamento de 27 Projetos de Assentamento do Acre. A assinatura desses contratos e início da execução das obras se deram no verão de 2011, quando também iniciaram os trabalhos de acompanhamento e fiscalização das obras.

Como a provisão orçamentária para o acompanhamento dos trabalhos dessa ação somente foi definida no meado do ano de 2011, a data da assinatura dos contratos CRT\AC\1.000\11, CRT/AC/Nº 12.000/11, CRT/AC/Nº 13.000/11 e CRT/AC/Nº 14.000/11 condicionaram o termino e a entrega final dos trabalhos somente para o exercício de 2012, como de fato ocorreu.

Diante do caso, em 2012 a Superintendência somente solicitou recursos para realizar fiscalização, acompanhamento e recebimento de obras contratadas em 2011. Assim, a execução e recebimentos deses contratos se estenderam até 2012 devido a complexidade dos trabalhos que condicionaram aditivos de prazo por problemas na execução.

Segue informação dos projetos de assentamento e total de famílias atendidas com o recebimento dos Contratos de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica de perímetro e parcelas de projetos de assentamento em 2012.

Tabela 22 – Contrato CRT\AC\1.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.

Município	Projetos de Assentamento	Extensão Contratada (km)	Fam. beneficiadas
Acrelândia	PA Califórnia	77,00	95
Bujari	PA Antônio de Holanda	52,00	106
Porto Acre	PA Bandeirante	80,00	188
	PA Porto Acre	25,00	41
Rio Branco	PA Carão	68,00	267
	PA Gel Moreno Maia	89,32	474
	PA Figueira	100,00	352
	PA Baixa Verde	50,00	161
Tarauacá	PA Novo Destino Parte B E C	120,00	330
Total		661	1.992

Fonte: SR(14)D.

Tabela 23 – Contrato CRT\AC\12.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Contratada (km)	Fam. Beneficiadas
Acrelândia	PAE Porto Dias	116	98
	PA São João Do Balanceio	69	242
Bujari	PAE Canary	54	27
Porto Acre	PAE Barreiro	65	19
	PA Caquetá	123	583
	PA Humaitá	239	953
	PDS Nova Esperança	31	60
	PA Tocantins	86	479
Total		783	2.461

Fonte: SR(14)D.

Tabela 24 – Contrato CRT\AC\13.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Contratada (km)	Fam. Beneficiadas
Feijó	PA Amena	24	17
Tarauacá	PDS Sete Lagoas	40	38
Sena Madureira	PA Favo de Mel	69	174
	PA Joaquim de Matos	61	150
	PAE Riozinho	163	82
	PAF Valência	114	110
Total		471	571

Fonte: SR(14)D.

Tabela 25 – Contrato CRT\AC\14.000\11 de Georreferenciamento e Demarcação Topográfica recebido em 2012.

Município	Projeto de Assentamento	Serviço executado	Extensão Contratada (km)	Fam. beneficiadas
Cruzeiro do Sul	PA Pedro Firmino	Medição e demarcação de perímetro e/ou de parcelas	40	80
Feijó	PA Envira I e II		91	226
	PA Berlim/Recreio		110	499
M. Thaumaturgo	PA Amônia		120	184
Total			361	989

Fonte: SR(14)D.

Segundo informações dos Processos Administrativos N° 54260.000942/2011-17, 54260.000154/2011-21, 54260.000943/2011-61, 54260. 000941/2011-72, que organizam os procedimentos de fiscalização, acompanhamento e autorização de pagamentos das obras contratadas, os trabalhos que tratam os contratos em referência foram concluídos satisfatoriamente e

recebidos no exercício, conforme termos de recebimento das obras expedidos pelas Equipes de Fiscalização e Recebimento instituídas pelas Ordens de Serviço/SR(14)AC/Nº 04 /2011, Nº 058 / 2011 e Nº 059 /2011, Nº 060/2011.

Os trabalhos em questão beneficiaram diretamente cerca de 6.013 famílias assentadas nos diversos projetos supracitados. Além disso, o Georreferenciamento está viabilizando a regularização fundiária e ambiental dos projeto, visto que estão passando pelo processo de certificação, conforme dispões a Lei 10.267/2001.

Atualmente o demonstrativo da execução física das ações realizadas pela UJ, contemplam como meta realizada aquelas iniciadas em exercícios anteriores mais concluídas no exercício atual, pois, no que pese ser obras de orçamentos anteriores, os recursos financeiros dispendidos para acompanhamento, fiscalização e recebimentos dos serviços foi da programação de 2012.

Considerando, portanto, a definição da Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação Da Gestão – DEA, com as famílias beneficiadas (6013) a Ação atingiu satisfatoriamente superando em muito a meta estipulada pelo Plano de Compromisso de 2012, que era de atender 508 famílias em 2012.

Percebe-se no quadro da execução orçamentário e financeira das ações realizadas pela UJ, que o orçamento previsto na programação operacional foi de R\$ 186.674,75 e, desse montante foram efetivamente liquidados e pagos R\$ 170.346,15. O referido valor foi liquidado com pagamentos de diárias de pessoas físicas (R\$ 72.608,90), suporte operacional no desenvolvimento da Ação (R\$ 38.262,50) e Pessoa Jurídica correspondente as empresas contratadas para execução das obras (R\$ 59.474,75).

A exemplo de outas ações, a presente também passou por dificuldades na execução, diante da falta de servidores habilitados às expensas das necessidades da Superintendência, além de outras inerentes ao caso.

Quadro A.4.4.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
50.474,40	48.255,77	48.255,77	0,00	0,00	48.255,77	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	6	0	50.460,00	48.255,77

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**	570	1.152.014,38	166.575,33	827.809,10	157.629,95

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

As metas da ação 2B06 (Gestão ambiental em projetos de assentamento de Reforma Agrária) desta Superintendência foram plenamente cumpridas.

Como podemos observar no quadro de execução física a meta de famílias beneficiadas com as ações de gestão ambiental fora significativamente ampliadas. Alguns fatores concorreram para isso:

1. Por meio de parceria com o governo do Estado do Acre, o INCRA na Elaboração do Plano Integrado de combate ao desmatamento e queimadas no Estado do Acre. A instituição se tornou uma parceira ativa deste comitê, o que possibilitou a realização de vistorias em campo e até mesmo de notificações para infratores que desmataram ilegalmente. Entretanto as multas cominadas foram aplicadas pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre. Nós agimos mais no sentido de orientação e capacitação com o apoio do Corpo de Bombeiros do Estado.

O termo de Cooperação entre o INCRA e a Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS objetivando dará celeridade ao processo de análise do diagnostico de situação, com vistas a anuência do INCRA aos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário. Essa parceria continua a beneficiar os Produtores que entraram com Projetos para Plano de Manejo Florestal Comunitário.

O convênio de Educação Ambiental está em fase de execução com ações de capacitação dos assentados quanto a importância da conservação e/ou recuperação de áreas alteradas, degradadas e protegidas. O INCRA celebrou Convênio com a Secretaria de Estado e Meio Ambiente – SEMA, visando a formação e capacitação de assentados por meio de formação de educadores ambientais que residem nos próprios assentamentos de Reforma Agrária do Acre, para adoção de práticas socioambientais e produção sustentável nos assentamentos. A execução dos trabalhos se dará por meio do uso de materiais informativos e didáticos que compõem a chamada “**Mochila do Educador Ambiental**” bem como cartilhas informativas envolvendo os produtores rurais, jovens e crianças, técnicos de ATES. No ano de 2012 foram priorizadas aquelas famílias que estavam situadas em situação de maior risco de queimadas.

Avaliamos os resultados do Setor de Serviço de Meio Ambiente como satisfatórios, tendo em vista que, são inúmeras demandas para serem atendidas, principalmente em relação a capacidade operacional do setor que precisa ser ampliado para atender mais beneficiários da Reforma Agrária.

As atividades realizadas pelo Setor de Serviços de Meio Ambiente, no exercício 2012, procurou viabilizar as parcerias necessárias de modo a promover uma amplitude nas Ações de Gestão Ambiental. Os resultados foram alcançados, em especial devido a boa participação e integração dos recursos humanos existentes. Estamos em fase de implantação do Plano Nacional de Combate ao Desmatamento em Assentamentos da Região Amazônica com o apoio do INCRA sede. A partir de 2013 vamos assinar um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal para encaixarmos esse plano que terá duração de aproximadamente 07 anos para que estejamos com a situação ambiental regularizada nos Projetos de Assentamento do Estado.

Tabela 26 – Ações de Gestão Ambiental

Código SIPRA	Assentamento	Projeto	Fam. Beneficiadas
AC0014000	PAE Santa Quitéria	Monitoramento e gestão ambiental em assentamentos de Reforma Agrária – Programa de combate a incêndios florestais	150
AC0056000	PA Oriente		60
AC0022000	PAE Porto Rico		50
AC0061000	PA Alcobrás		80
AC0118000	PA João Batista		80
AC0091000	PA Berlim Recreio		150
Total de famílias beneficiadas			570

Fonte: SR.14/T3

O desenvolvimento de gestão e monitoramento de assentamentos de reforma agrária, visa, sobretudo o combate a incêndios, e com a divisão de desenvolvimento foi concebido um plano de contingenciamento e para combate a incêndios florestais e alternativas ao uso do fogo para todos o projetos de assentamento contemplados com o serviço de ATES favorecendo a otimização dos recursos que foram disponibilizados em 2012.

Durante o presente exercício, foram contemplados 6 assentamentos totalizando 570 famílias beneficiadas, as quais foram capacitadas e/ou beneficiadas com as práticas de alternativa ao uso do fogo, voltando-se a utilização dos recursos florestais e a prática do manejo florestal comunitário, a prevenção e combate de incêndios florestais.

As visitas técnicas foram realizadas nas localidades, onde foi exposto os riscos das queimadas e nos casos de áreas já desmatadas e queimadas foi iniciado a introdução do nome do assentado no cadastro do desmatador (sistema ainda em fase de implantação). O ponto primordial

para esse programa é a utilização de medidas de prevenção, e alternativas tendo em vista que a proibição, sem uma alternativa viável é um risco assumido pelo produtor, pois o mesmo necessita se sustentar.

A tabela abaixo também resume as ações iniciadas em exercícios anteriores e que continuam em 2013 objetivando levar ao produtor rural assentado informação e alternativas sociais e econômicas para manutenção e sustentabilidade dos assentamentos da Reforma Agrária no Estado, do Acre e como parcerias que têm sido fundamentais para a atuação do INCRA na área de manutenção e conservação do meio ambiente.

Tabela 27 – Manejo de Recursos Naturais (ações iniciadas em exercícios anteriores)

Projeto	Objeto	Situação em 2012	Assentamento	Município	Nº Fam. Atend.
Projeto Participativo de formação de seringal de cultivo do programa floresta plantada em assentamento de Reforma Agrária	Sistema de recuperação de área que sofreram alterações ambientais, utilizando a prática de reflorestamento com espécies florestais O projeto é realizado em parceria com a SEAPROF (Secretaria de Extensão Agroflorestal e produção Familiar), visando otimizar os recursos e melhorar a eficácia dos resultados.	Fase de acompanhamento por técnicos do serviço de meio ambiente do INCRA	PA Triunfo	Placido de Castro	90
Governo do Estado do Acre/ Secretaria Estadual de Meio Ambiente	Estudos de arqueologia, prospecção e salvamento de sítios arqueológicos em 38 projetos de assentamentos de Reforma Agrária	Fase de acompanhamento por técnicos do serviço de meio ambiente do INCRA	PA Alcobras	Capixaba	431
			PA Baixa Verde	Rio Branco	163
			PA Limeira	S. Guiomard	176
			PA Barro Alto	Rio Branco	183
			PA Paraguassu	Assis Brasil	96
			PA Pão-de-Açúcar	Brasileia	122
			PA São Gabriel	Capixaba	160
			PA Petrolina	S. Guiomard	85
			PA Vitória	Porto Walter	31
			PA Treze de Maio	R. Alves	148
			PA Taquari	Tarauacá	136
			PA Cumaru	Acrelândia	81
			PA Espinhara	Bujari	29
			PA Espinhara II	Bujari	165
			PA Colibri	Rio Branco	48
			PA Caquetá	Porto Acre	584
			PA Boa Água	Rio branco	148
			PA Triunfo	P. de Castro	271
			PA Porto Alonso	Porto Acre	154
			PA Bandeirante	Porto Acre	157
			PA Tupá	Xapuri	140
			PDS Pirã de Rã	S. Guiomard	143

			PDS Porto Carlos	Brasileia	41
			PDS Floresta	Xapuri	119
			PAF Recanto	C. do Sul	69
			PDS Jamil Jereissati	C. do Sul	519
			PDS São Salvador	Mâncio Lima	250
			PDS Porto Luiz	Acrelândia	312
			PDS Nova Baixa Verde	Rio Branco	210
			PDS Bonal	S. Guiomard	202
			PDS Porto Dias	Acrelândia	98
			PAE Barreiro	Porto Acre	18
			PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	87
			PAE Remanso	Capixaba	175
			PAE Santa Quitéria	Brasileia	292
			PAE Canary	Bujari	18
			PAD Quixadá	Brasileia	907
PAR Mario Lobão	S. Madureira	270			
Total de famílias beneficiadas no Projeto					7238
Convênio nº 752113/2010, processo nº 54260.000883/2010-04, celebrado entre o INCRA e IAPEN	Produção de 350 mil mudas de essenciais florestais e frutíferas para recomposição do passivo ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente e inclusão socioambiental	Fase de acompanhamento por técnicos do serviço de meio ambiente do INCRA	PA Alcobrás	Capixaba	110
			PAE Porto Rico	Epitaciolândia	80
			PA Paraguassu	Assis Brasileira	60
			PA Triunfo	Plácido de Castro	110
			PAD Quixadá	Brasileia	120
Total de famílias beneficiados no Projeto					480
Convênio SEMA (Secretaria de Meio Ambiente/Ac) Educação Ambiental	Formação de educadores ambientais (utilização da mochila do educador ambiental) para adoção de práticas socioambientais e produção sustentável em projetos de assentamento de reforma agrária.	Fase de acompanhamento por técnicos do serviço de meio ambiente do INCRA	PA Paraguassu	Assis Brasil	70
			PA Pão-de-Açúcar	Brasileia	70
			PA Três Meninas	Brasileia	50
			PA Fortaleza	Brasileia	30
			PDS Porto Carlos	Brasileia	100
			PA Alcobras	Capixaba	100
			PA Zaqueu Machado	Capixaba	100
			PA Triunfo	Plácido de Castro	100
			PA Pirã de Rã	S. Guiomard	100
			PA Bandeirantes	Porto Acre	120
			PDS Nova Baixa Verde	Rio Branco	100
			PA Antônio de Holanda	Bujari	60
Total de famílias beneficiados no Projeto					1000

Fonte: SR(14)T

Quadro A.4.4.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.037.081,18	1.012.936,13	23.001,84	0,00	989.934,29	23.001,84	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	2.163	0	915.000,00	23.001,84

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*	575	248.807,18	8.328,88	190.181,30	49.797,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Ação tem finalidade de viabilizar o incremento de renda dos projetos de assentamentos rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Dentro da proposta do Programa de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, a Ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol é tida com uma das mais importantes, pois é capaz de viabilizar o incremento de renda dos Projetos de Assentamento com estímulo à produção. Esses incentivos perpassam a implantação ou recuperação de desprendimentos produtivos e de projetos de valorização da capacidade dos assentados na gestão de negócios, realização de capacitação de estudos mercadológicos e parcerias, visando viabilizar e estruturar os sistemas de produção nos Projetos de Assentamento.

Em relação aos indicadores ou parâmetros utilizados para mensurar os resultados ou produto obtido pelo desenvolvimento da ação, destaca-se o número de famílias ou unidades familiares atendidas com os investimentos.

Igualmente à Ação de Infraestrutura, existe uma demora relativa entre a contratação das obras e seu recebimento provisório ou definitivo. De maneira geral este fator leva a baixas

execuções da meta quando comparada a execução orçamentária e a execução física do exercício, porém com elevadas execuções físicas referentes a exercícios anteriores.

Devido ao volume de trabalho, capacidade operacional e outros entraves que ocorrem em planejamentos dessa natureza, a Ação Terra Sol contava com várias atividades iniciadas em gestões anteriores, como: implantação e estruturação de casas “modelo” de produção de farinha de mandioca em assentamentos de reforma agrária no Estado do Acre; reforma da Agroindústria de Palmito de Pupunha do PDS Bonal; e implantação do Centro Comercial de Produtos de Reforma Agrária em Bujari. Assim, considerando a existência de passivos nas atividades, conforme o planejamento de execução física da Superintendência Regional Acre, em 2012 as atividades da Ação centralizou atenção em finalizar obras e/ou atividades iniciadas em anos anteriores.

O projeto de implantação e Estruturação de Casas “Modelo” de Produção de Farinha de Mandioca em Assentamentos do Acre, iniciado no ano de 2009 e concluído em 2012. Em pese seu início em 2009, somente em 2010 alguns materiais de consumo e serviços foram licitados, em função de restrições orçamentárias no ano de 2009. Além disso, em 2010 ocorreu um aditivo ao projeto com o objetivo de preservar a qualidade da estrutura do empreendimento visando à produção de farinha e outros produtos derivados de melhor qualidade, objetivando agregar maior valor de mercado aos produtos da reforma agrária.

O aditivo executado e concluído em 2012, compreendeu o cercamento das casas de farinha com cerca de madeira, bem como para implantar mesas e prensas para o processamento da mandioca. Dos itens integrantes desse projeto, somente a parte referente as embalagens (material de consumo) se estenderá a conclusão por 2013. Vale destacar que os valores referentes ao restos a pagar de 2011 corresponde a está ação.

Como bem-posto no Relatório de Prestação de Contas de gestões anteriores, a finalização e o recebimento das obras foi comprometido pelos longos e severos períodos chuvosos que ocorreram no Estado do Acre nos últimos anos, que impossibilitou o transporte de alguns materiais e equipamentos para os projetos de assentamentos selecionados para receberem os empreendimentos, principalmente os localizados na Regional de Tarauacá. Contudo, com a conclusão e recebimento das obras em 2012, 575 famílias assentadas em 21 diferentes projetos de assentamento do Estado foram beneficiadas com os investimentos.

Segue tabela que melhor lista os assentamentos e quantitativo de famílias beneficiadas.

Tabela 28 – Projetos de assentamento e famílias beneficiadas com casas de farinha.

Município	Assentamento beneficiado	Nº de família beneficiada
Brasiléia	PAE Santa Quitéria	25
	PE Polo Agroflorestal de Brasiléia	25
Bujari	PA Espinhara II	25
Cruzeiro do Sul	PDS Jamil Jereissati	25
	PA Pedro Firmino	25
	PA Narciso Assunção	25
Epitaciolândia	PAE Porto Rico	25
Feijó	PA Berlim Recreio	25

Mâncio Lima	PA São Domingos	50
Manuel Urbano	PA Liberdade	25
Porto Acre	PA Tocantins	25
	PA Caquetá	25
Rodrigues Alves	PA Treze de Maio	25
	PA Arco-Íris	50
	PA Alberto Santiago	25
Sena Madureira	PDS Geraldo Fernandes	25
Senador Guimard	PDS Bonal	25
Tarauacá	PA Tarauacá	25
	PE Polo Agroflorestal Tarauacá	25
Xapuri	PDS Polo Recanto do Equador	25
	PA Tupá	25
Total		575

Fonte: SR(14)D-1 (Serviço de ATES).

Reiterando o relatório da gestão de 2011, em dezembro de 2010 foi licitada a reforma a agroindústria de beneficiamento de palmito no PDS Bonal, com vistas a aumentar a capacidade de produção e melhorar a qualidade do produto para atender maior demanda dos consumidores e agregar maior valor aos assentados, bem como auxiliar no processo de desenvolvimento social, político, ecológico, econômico e cultural dos beneficiários da reforma agrária naquela região. Esse projeto beneficiará diretamente pelo menos 150 (cento e cinquenta) famílias assentadas da reforma agrária.

O projeto da reforma da agroindústria foi concluído ainda em 2011, porém, ainda restou pendência em relação à caldeira do empreendimento. Assim, visando sanar o problema, em dezembro de 2012 foi realizada licitação para aquisição e instalação da caldeira, com objetivo de aumentar a produção, melhorar a qualidade do produto, tornar a agroindústria mais eficiente e competitiva no mercado, baseados em práticas agroecológicas e nas diretrizes de sustentabilidade. Também para melhor agregar valor a produção, melhora as condições ambientais do assentamento, reduz o desmatamento, e dessa forma contribui para melhoria das condições de vida das famílias assentadas da reforma agrária.

O projeto também faz consonância com outro desenvolvido no assentamento, referente a Ação de Manejo de Recursos Naturais, que é a restauração ambiental de 250 hectares da reserva legal do PDS com o plantio de mudas de pupunha com o objetivo de recuperar a área degradada com incêndios florestais, como também aumentar a escala de produção de palmito do projeto.

Além disso, dando continuidade a agroindustrialização de derivados da mandioca, foi licitado em dezembro de 2012, o projeto de “implantação e estruturação de casas ‘modelo’ de produção de farinha de mandioca em assentamentos do Acre”, com os mesmos objetivos do projeto anterior que foi finalizado em 2011, conforme apresentado no relatório da gestão daquele ano. O projeto iniciado em 2012 contempla a construção e estruturação de 06 (seis) casas de farinha, que beneficiarão pelo menos 90 famílias de 05 (cinco) projetos de assentamentos, conforme apresentado na Tabela 30.

Tabela 29 – Assentamentos previamente selecionados para serem contemplados pelo projeto “casas modelo de produção de farinha de mandioca”.

Regional	Município	Assentamento	Nº. de famílias
Baixo Acre	Rio Branco	PDS Nova Baixa Verde	30
Juruá	Cruzeiro do Sul*	PDS Francisco Pimentel	15
		PDS Jamil Jereissati	15
	Mâncio Lima*	PA Rio Azul	15
		PDS São Salvador	15
Totais		05	90

*Municípios integrantes do Território da Cidadania do Vale do Juruá.

Dentro da perspectiva de execução para a referida ação colocada pelo Plano de Compromisso de 2012, a Superintendência Regional tinha como meta física beneficiar 2.163 famílias, sendo a provisão recebida para tal execução o montante financeiro de R\$ 1.037.081,00. Desse montante, foram empenhados R\$ 1.012.936,13 e, efetivamente liquidados somente R\$ 23.001,84, que representa exclusivamente custos com suporte operacional.

O montante de recursos não processados, ou seja: R\$ 989.934,29, corresponde a diferença do liquidado e os empenhos realizados, devido as licitações que ocorreram em 2012, conforme segue Tabela.

Tabela 30 – Projetos licitados em 2012.

Projetos de Assentamento	Projeto Proposto	Nº Famílias benefic.	Custeio(C) ou Investim. (I)	Recurso Empenhado (R\$)
PDS Bonal	Aquisição de caldeira, com instalação, para agroindústria de palmito de pupunha	150	I – 449052 (Material Permanente)	377.000,00
PDS Nova Baixa verde, PDS São Salvador, PDS Francisco Pimentel e PDS Jamil Jereissati	Implantação e estruturação de casas “modelo” de produção de farinha de mandioca	90	I – 449051 – (Obras e Instalações)	462.000,00
			C – 339030 (Material de Consumo)	39.417,80
			C – 339039 (Serviços de Terceiros)	49.000,00
			I – 449052 (Material Permanente)	60.516,49
Total				989.934,29

Fonte: SR(14)D-1 (Serviço de ATES).

Com os projetos em andamento, percebe-se que o quantitativo de famílias a serem beneficiadas com a Ação é de 240, o que corresponde a 11% da meta prevista no Plano de Compromisso de 2012.

Os resultados obtidos nas atividades desenvolvidas dentro da Ação geram, indubitavelmente, impactos extremamente positivos juntos as comunidades dos assentamentos. Esses impactos já são evidentes nos projetos, como exemplo a substituição de áreas de pastagens

degradadas por “macaxeira” (mandioca), o que refletiu em um aumento considerável na produção de naqueles onde foram construídas as casas de farinha. Também já é evidente a melhoria da qualidade do palmito de pupunha no PDS Bonal, além da perspectiva de aumento da produção num futuro próximo. É importante salientar ainda que todos os produtores envolvidos diretamente vêm cumprindo o compromisso pactuado de produzir matéria-prima para a manutenção das agroindústrias.

Contudo, o desafio é profissionalizar esses e outros produtores do ponto de vista de gestão produtiva, e assim consolidar a produção da farinha e outros produtos derivados da matéria prima rural com qualidade comprovada pelos consumidores, como por exemplo a farinha de Cruzeiro do Sul/AC, bem como aumentar a produção e melhorar a qualidade do palmito de pupunha agro industrializado pelo PDS Bonal.

Quadro A.4.4.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
23.500,00	21.996,49	21.806,49	0,00	0,00	21.806,49	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Document o	107	321	23.500,00	21.806,49

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Esta Ação é tida como resultado final das demais dentro do Programa de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. Ela depende da finalização de um conjunto de ações para poder se concretizar, ou seja, para que o INCRA possa transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, das parcelas em áreas de Projetos de Assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O indicador final é o número de Títulos Definitivos e Contratos de Concessão de Uso–CCU ou Contratos de Concessão do Direito Real de Uso– CCDRU expedidos.

A ação ainda engloba outra, considerada estratégica pela Divisão, que objetiva a adoção de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas ocupadas irregularmente em Projetos de assentamento de reforma agrária e reversão do domínio ao INCRA, visando uma nova destinação. Esses procedimentos é atualmente disciplinados pela Instrução Normativa/INCRA/Nº 71, de 17 de maio de 2012. Esta última pode contribuir de forma determinante para o cumprimento da metas de assentamento de famílias.

Os trabalhos da Ação de Titulação são desempenhados pelo Serviços de Titulação, assessorado por técnicos lotados na Divisão de Desenvolvimento e conta também com a colaboração da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária na preparação das peças técnicas e mapas dos lotes.

Para obtenção das metas propostas, a ação depende da realização de vistorias *in loco* nas parcelas para verificação do cumprimento das cláusulas, reuniões para apresentação dos modelos de documentos a serem expedidos e outras informações, visando instrução processual para expedição do título de domínio, assim como disciplina a IN/Nº 30/06.

Em relação aos custos para o desenvolvimento da ação, a Coordenação Geral de Planejamento Estratégico estima que o custo unitário para desenvolvimento da Ação no Estado do Acre varia de R\$ 175,00 a R\$ 219,00 para cada título de domínio ou documento expedido. Já para o Estado do Acre (conforme série histórica) para cada documento expedido, ou seja: CCU, CDRU e TD, a estimativa é que o custo varie de R\$ 50,00 a R\$ 130,00.

Dentro dessa ótica, com a perspectiva orçamentária disponível, a Superintendência teve a possibilidade de chegar a um número maior de documentos expedidos no exercício de 2012. A tabela que segue demonstra os projetos de assentamento e o quantitativo de famílias contempladas com Contrato de Concessão de Uso – CCU ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU e Títulos de Domínio.

Tabela 31 – Contratos de Concessão de Uso (CCU) e de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) expedidos no exercício de 2012.

Município	Projeto	Área (ha)	Fam. Assent.	CCU	CCDRU
Brasileia	PA Princesa	1.315,0000	22	2	0
Subtotal				2	0
Bujari	PA Antônio de Holanda	2.422,8062	106	88	0
				88	0
Capixaba	PAE Remanso	43.228,1758	209	0	26
Subtotal				0	26
P. de Castro	PA Triunfo	12.349,0920	137	7	0
Subtotal				7	0

Porto Acre	PA Porto Alonso	9.126,4351	154	1	0
Subtotal				1	0
Porto Walter	PDS Minas	2.900,0000	84	0	4
Subtotal				0	4
Rio Branco	PA Itamaraty	8.736,1382	178	12	0
Subtotal				12	0
Rodrigues Alves	PA Paraná dos Mouras	22.500,0000	400	17	0
Subtotal				17	0
Xapuri	PDS Polo Recanto do Equador	2.000,0000	65	0	3
Subtotal				0	3
Total				127	33
Total CCU+CCDRU				160	

Fonte: SR(14)D-4 (Serviços de titulação).

Tabela 32 – Título de Domínio expedidos no exercício de 2012.

Município	Projeto	Área (ha)	Fam. Assent.	Lotes Titul. em 2011
Acrelândia	PAD Pedro Peixoto	296.243,9	4.727	1
	PA Orion	16.329,0	321	1
	PA São João do Balanceio	17.797,4	244	1
Subtotal				3
Bujari	PA Espinhara II	5.985,6	167	1
Subtotal				1
Capixaba	PA São Gabriel	10.170,2	162	2
Subtotal				2
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	57.219,7	881	2
Subtotal				2
Feijó	PA Envira	5.762,3	239	9
	PA Berlim Recreio	24.415,2	412	52
Subtotal				61
Porto Acre	PA Caquetá	17.631,9	611	51
Subtotal				51
P. de Castro	PA Triunfo	12.349,1	373	5
Subtotal				5
Rio Branco	PA Carão	11.161,3	270	5
	PA Figueira	25.567,4	354	6
	PA Benfica	6.827,0	496	3
	PA Gal. Moreno Maia	20.684,8	500	15
	PA Baixa Verde	4.807,9	167	7
Subtotal				36
Total				161

Fonte: SR(14)D-4 (Serviços de Titulação).

Em relação a execução física, a programação estabeleceu meta para a Superintendência expedir 107 documentos de titulação. Como demonstrado nas tabelas acima, chegou-se a um quantitativo de 321 documentos expedidos, distribuído da seguinte forma: 127 contratos de Concessão do Direito Real de Uso (CCU), 33 Contratos de Concessão do Direito Real de Uso e outros 161 Títulos de Domínio (TD). Ação, portanto, superou significativamente as metas estabelecidas na programação operacional em 200%.

Para o cumprimento das metas pactuadas foram disponibilizados R\$ 23.500,00, e deste foram empenhados e liquidado o quantitativo de R\$ 21.806,49, utilizados especificamente na realização de vistorias e outros serviços inerentes ao caso concreto.

Instrução Normativa nº 71/2012

Igualmente a anos anteriores, no exercício de 2012 foi verificada a situação ocupacional em centenas de lotes de vários projetos onde existiam evidências de ocupação irregular, conforme apontamento dos técnicos contratados para prestarem assistência técnica, social e ambiental – ATES e/ou denúncias de terceiros.

Os levantamentos foram realizados com o objetivo de promover a atualização dos dados dos Projetos de Assentamento e dos respectivos beneficiários no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, além de identificar e caracterizar as situações irregulares relativas à destinação das áreas de reforma agrária, especificamente aquelas inerentes às parcelas ocupadas à revelia do INCRA, bem como promover a regularização ou retomada e destinação das parcelas mediante o assentamento de famílias pretendente deste benefício, nos termos da Instrução Normativa/Nº 71, de 17 de maio de 2012.

Devido a limitação orçamentária para a execução da Ação de Titulação, somente foi possível atender situações pontuais onde ocorreram denúncias (associações ou de outras fontes) de abandono e/ou irregularidade de ocupação dos lotes, como também demandas de Instituições como da Polícia Federal e Ministério Público Federal.

Tabela 33 – Nº de parcelas levantadas a Situação Ocupacional em 2012.

Projetos de Assentamento	Nº de benef. em situação irregular notificados	Nº de ocupantes irregulares notificados	Outras situações	Nº de parcelas trabalhadas
PA Amônia	0	19	22	41
PA Caquetá	5	43	0	48
PDS Nova Baixa Verde	50	11	0	61
PDS Nova Esperança	6	0	0	6
PÀ Moreno Maia	0	42	0	42
PDS Wilson Lopes	0	3	0	3
PA Bandeirantes	17	18	0	35
Projetos Diversos/Ações pontuais	0	5	0	5
Totais	78	141	22	241

SR(14)D (Coordenação de Projetos de Assentamento).

Quando executada a contento, esta Ação se destaca por contribuir de forma significativa nas metas de assentamento de famílias, pois, ao teor da Instrução Normativa nº 71/201, muitas famílias e parcelas passaram por processo de regularização, por atender os critérios estabelecidos no citado normativo.

Vale salientar a situação nos projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (PAE, PDS e PAF), onde a comunidade anuída pelo Plano de Utilização, podem definir pelo reconhecimento e inclusão da relação de beneficiários de algumas famílias agregadas e outras que exploram as parcelas dentro das regras do projeto.

É importante frisar que as ações foram conciliadas com as vistorias para instrução processual objetivando a titulação definitiva ou atendimento ao disposto na Norma de Execução/INCRA/Nº 93/2010. Além dos trabalhos de vistorias *in loco*, a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento vem divulgando maciçamente informações sobre a proibição da compra e venda de lotes em Projetos de Assentamento sem anuência do INCRA.

Apesar da reconhecida importância dos trabalhos de moralização e retomada de parcelas ocupadas irregularmente nos projetos de assentamento, o desenvolvimento dos trabalhos enfrentaram diversos problemas no exercício de 2012, entre eles destaca-se: demora da aprovação orçamentária e na liberação dos recursos do ano-calendário, o movimento paredista que comprometeu o funcionamento do Órgão e os cortes orçamentários vividos nos últimos anos, e o mais importante a falta de segurança dos servidores que temem, principalmente quando se trata de trabalhos onde existem concentração de lotes.

Por fim, vale destacar que a maioria dos processos ainda tramitam no âmbito da Superintendência, nos termos do citado normativo e outros vigentes.

Quadro A.4.4.1.17 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
121.608,00	121.017,44	85.566,45	0,00	35.460,99	85.566,45	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	6	8	87.168,00	85.566,45

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*	0	24.600,50	4.421,81	3.578,19	16.600,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 34 - Licença de Instalação e Operação – LIO protocolada

Nº Ordem	Município	Projeto de Assentamento	Nº de Família Beneficiada	Data do Requerimento
1	Rio Branco	PDS Nova Baixa Verde	210	26/12/11
2	Brasileia	PDS Porto Carlos	193	21/12/11
3	Cruzeiro do sul	PA Miritizal	170	01/09/11
4	Acrelândia	PA Porto Dias	95	10/10/11
5	Capixaba	PA Zaqueu Machado	229	06/10/11

Fonte: SR(14)T-3

Tabela 35 – Licença Prévia protocolada – LP

Nº Ord.	Município	Imóvel	Data requerimento
1	Porto Acre	Fazenda São Joaquim	05/01/11
2	Rio Branco	Seringal Belo Horizonte	09/02/11
3	Sena Madureira	Seringal Itamaraty (Parte)	26/08/11
4	Rio Branco	Fazenda Principio	05/01/11

Fonte: SR(14)T-3

A meta de licenciamento ambiental atingimos um alcance superior a 100% do total da meta prevista no planejamento 2012. Apesar dos cortes orçamentários foi realizada uma otimização dos recursos disponibilizados permitindo superar o quantitativo de 06 licenças previstas da Programação Operacional.

Estamos trabalhando no avanço de um Termo de Cooperação para resolução de pendências documentais residuais para que ocorra a expedição das licenças de instalação e operação – LIO protocoladas no Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC.

Os recursos disponibilizados foram devidamente utilizados dentro da ação, que cobriu os custos de material de consumo, taxas de licenciamento, publicações de editais, diárias, elaboração de relatórios ambientais para licenciamento a partir de exigência do órgão ambiental licenciador do Estado.

O Setor de Meio Ambiente não mede esforços para buscar as parceiras tanto internas quanto externas que visem melhorar o alcance das metas previstas. No ano de 2012 participamos de diversas reuniões com o com a equipe da Secretaria de Estado de Meio Ambiente com vistas a elaboração do Cadastro Ambiental Rural para servir de base e instrumento de licenciamento ambiental junto ao novo código florestal. Neste sentido estamos construindo forma junto ao Fundo Amazônia para angariar recursos para custear a elaboração do CAR em 18 Municípios do Estado e assim alcançar todos os projetos de assentamento e cumprir uma etapa importante no reconhecimento da realidade dos assentamentos quanto a situação atual de ativos e passivos ambientais de cada produtor rural assentado. Será um grande desafio, porém o INCRA está disposto a participar como agente protagonista na execução desta empreitada.

Quadro A.4.4.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474**Quadro A.4.4.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952****Quadro A.4.4.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370**

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
676.417,00	656.455,41	6.455,41	0,00	650.000,00	6.455,41	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	120	0	672.638,00	6.455,41

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	120	750.000,00	1.446,15	450.000,00	298.553,85

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária– PRONERA é um instrumento para responder com metodologias específicas, às demandas sociais por educação dos assentados, frente à constatação revelada pelo I Censo da Reforma Agrária do Brasil, que mostrou a baixa escolaridade dos assentados e o alto índice de analfabetismo entre eles, chegando em alguns estados a 70% e registrando uma média nacional de 43%.

O PRONERA foi criado em abril de 1998 por meio da portaria nº 10/98, no âmbito do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 2001, o Programa foi incorporado ao INCRA e, finalmente, em novembro de 2010 tornou-se uma política pública de educação do campo, instituída pelo Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, do Crédito Fundiário e dos projetos de assentamento criados pelo INCRA e por órgãos municipais e estaduais, desde que reconhecidos.

Além de melhorar as condições de acesso à educação, o PRONERA visa também o desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

Para a Ação, a proposta de trabalho do plano de execução para 2012, conforme capacidade operacional da equipe envolvida e disponibilidade orçamentária, foi acompanhar dois convênios formalizados ainda em 2011.

O Convênio/CRT/AC/nº 28.000/2011 – INCRA/SR-14, SICONV nº 762698/2011 foi firmado com a Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE / Escola Família Agrícola Jean Pierre Mingan, com o objetivo de formar 80 técnicos em agropecuária, concomitantemente com o ensino médio. O valor total do convênio é de R\$ 1.366.664,00, sendo R\$ 1.229.997,60 do concedente e a contrapartida de R\$ 136.666,40 da conveniente. O objetivo do convênio é beneficiar assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e seus dependentes em sete projetos criados pelo INCRA localizados no município de Acrelândia e do PDS Bonal, localizado no município de Senador Guimard. Vale salientar que o convênio terá vigência de 4 anos, período previsto para a duração do curso.

O Convênio/CRT/AC/nº30.000/2011 – INCRA/SR-14, SICONV nº 764831/2011, com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi que tem o objetivo de formar 120 técnicos, sendo 60 em Agroecologia, 30 técnicos Florestais e 30 em Agroindústria. O valor total do convênio é de R\$ 1.200.000,00, sendo repassado pelo concedente R\$ 1.080.000,00 e como contrapartida do conveniente R\$ 120.000,00. O objetivo do convênio é beneficiar famílias assentadas em todos os projetos criados ou reconhecidos pelo INCRA nos 22 municípios do Estado.

Tabela 36 – Projetos educacionais conveniados em 2011.

Entidade Conveniente	Modalidade	Município	Assentamento	Nº Educandos
Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE / Escola Família Agrícola Jean Pierre Mingan	Ensino Médio concomitante com Técnico em Agropecuária	Acrelândia	PA Orion PA Porto Dias PA São João do Balanceio PA Pedro Peixoto PA Cumaru PA Santo Antônio do Peixoto PDS Porto Luiz I	80
		Senador Guimard	PDS Bonal	
Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr	Pós-Médio, Técnico em Agroecologia, Técnico em Florestas e Técnico em Agroindústria	Todos	Proposta para seleção em todos os assentamentos	120
Total de Educandos				200

Em relação ao andamento dos trabalhos referente ao Convênio/CRT/AC/nº28.000/2011, em 2012 ocorreu a seleção dos 80 educandos, que já se encontram em processo de aprendizagem frequentando as aulas. Já a parceria formalizada pelo Convênio/CRT/AC/nº30.000/2011, 60 alunos foram selecionados em 2012 e já ingressaram nos cursos oferecidos, e outros 60 serão selecionados em 2013.

Considerando a execução orçamentária e financeira da Ação, em 2011 foram empenhados o montante de R\$ 750.000,00, sendo R\$ 500.000,00 em favor do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi, e outros R\$ 250.000,00 em favor da Secretaria de Estado da Educação, referente aos Convênios CRT/AC/nº30.000/2011 e CRT/AC/nº28.000/2011, respectivamente.

Os repasses financeiros aos convenientes realizados em 2012 foram todos referentes aos restos a pagar de 2011, atingindo a cifra de R\$ 450.000,00, sendo R\$ 200.000,00 para Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE e o restante, ou seja R\$ 250.000,00, ao Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi. Como demonstra, portanto, a tabela de execução de Restos a Pagar (RAP), ainda do orçamento de 2011, encontra-se inscritos R\$ 298.553,85.

Em 2012 com a execução orçamentária e financeira da Ação, empenhou-se o equivalente a R\$ 656.455,41 e desse montante somente R\$ 6.455,41 foi efetivamente liquidados, pois tratou-se de financeiro utilizado no acompanhamento das ações referentes aos dois contratos citados. Considerando, portanto, a cifra empenhada, ainda resta a pagar do orçamento de 2012 o equivalente a R\$ 650.0000,00 não processados.

Segundo orientações da Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão do INCRA a Ação se enquadra dentro da sistemática de monitoramento como uma ação continuada, onde o atendimento da família, independente da conclusão do curso, por si só, já é contabilizado para meta. Sendo assim, para meta referente à execução com o orçamento do exercício são contabilizadas todas as famílias com atendimento iniciado, independente de conclusão em 2012.

A execução física da Ação previa que a Superintendência do Acre alcançaria meta de 120 profissionais capacitados em 2012. Nos termos do parágrafo anterior, com a formalização das parcerias, atingiu-se o número de 200 profissionais em estado de capacitação, portanto, meta atingida e ultrapassada em aproximadamente 66% do previsto.

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
13.996.020,00	13.988.800,31	3.107.484,75	0,00	10.881.315,56	3.107.484,75	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	16.375	7.460	16.898.978,00	3.107.484,75

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**	6.166	3.943.105,85	0,00	3.943.105,85	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Considerada uma das principais ações da Superintendência Regional, a ATES tem finalidade de prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, de forma integral e continuada, com o objetivo principal de tornar as unidades de produção estruturadas ao ponto de ser competitiva no processo de produção, bem como de inseri-las na dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Da mesma forma, é responsável de elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), bem como de capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Os três contratos assinados em dezembro de 2010 com duas entidades para prestação dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES foram aditados/repactuados em 2012 para atendimento de 7.460 (sete mil, quatrocentos e sessenta) famílias assentadas em 62 (sessenta e dois) projetos de reforma agrária criados ou reconhecidos pelo INCRA em 16 (dezesesseis) municípios do Estado do Acre.

Na Tabela 37 estão apresentados os contratos assinados para prestação dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES em assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Acre.

Tabela 37 – Prestação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES.

	Núcleo Operacional - N. O.	Nº. de Municípios	Nº. de Assentamentos	Famílias da Relação de Beneficiário – RB	Famílias Efetivamente Assistidas
CRT/AC/ 25.003/12	N. O. Xapuri	1	7	390	332
	N. O. Capixaba	1	4	756	627
	N. O. Brasília	2	9	441	355
	N. O. Rio Branco	2	11	1.072	1.054
	N. O. Acrelândia	3	7	1.372	942
	N. O. Tarauacá	1	3	440	351
	6	-	41	4.471	3.661
CRT/AC/ 26.003/12	N. O. Assis Brasil	2	3	528	540
	N. O. Porto Acre	1	6	1.210	817
	N. O. Mâncio Lima	1	4	333	307
	3	-	11	2.071	1.664
CRT/AC/ 27.003/12	N. O. Cruzeiro do Sul	2	8	918	841
	1	-	8	918	841
Total	10	13	53	7.460	6.166

Fonte: SR 14/D (Serviço de ATES).

Em função das especificidades dos serviços de ATES, bem como a existência de parcelas vagas e/ou com ocupações irregulares dentro dos assentamentos, do estimado de 7.460 famílias conforme relação de beneficiários do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, a meta total de famílias atendidas em 2011 foi de 4.667. Já em 2012, depois da repactuação dos contratos, a contabilização das famílias efetivamente atendidas chegou ao número total de 6.166, do estimado de 7.460.

De forma mais detalhadas, são apresentadas nas Tabelas 38, 39 e 40 as informações dos quantitativos de famílias atendidas pelos contratos, em cada Núcleo Operacional e por projeto de assentamento assistido.

Tabela 38 – Famílias atendidas pelos serviços de ATES – Contrato-CRT/AC/25.003/12.

Municípios	Projetos de Assentamento	Fam. previstas para serem atendidas	Fam. efetivamente assistidas
Núcleo Operacional Xapuri			
Xapuri*	PA Tupá	134	114
	PDS Floresta	111	80
	PDS Polo Rec. do Equador	60	48
	PE Polo Agrof. Xapuri I	20	30
	PE Polo Agrof. Xapuri II	25	25
	PCA Polo Agro-Hortifrutigranjeiro União	20	17
	PCA Polo Agro-Hortifrutigranjeiro Sibéria	20	18
Total		390	332

Núcleo Operacional Capixaba			
Capixaba*	PA Alcobrás	366	308
	PAE Remanso	199	128
	PE Polo Agrof. de Capixaba	24	16
	PA Zaqueu Machado	167	175
Total		756	627
Núcleo Operacional Brasília			
Brasília*	PA Fortaleza	29	25
	PA Pão de Açúcar	109	75
	PA Três Meninas	54	26
	PA Princesa	19	13
	PE Polo Agrof. Brasília	54	53
Epitaciolândia*	PAE Porto Rico	59	52
	PAE Chico Mendes	79	77
	PAE Equador	31	26
	PE Polo Epitaciolândia	7	8
Total		441	355
Núcleo Operacional Rio Branco			
Rio Branco	PA Barro Alto	163	186
	PE Polo Wilson Pinheiro	35	46
	PCA Geraldo Mesquita	25	39
	PDS Nova Baixa Verde	209	233
Bujari	PA Itamaraty	165	149
	PAE Canary	24	25
	PAE Limoeiro	15	13
	PA Espinhara II	141	110
	PA Antônio Holanda	100	104
	PE Polo Agrof. Dom Moacir	42	42
S. Guimard	PDS Polo Pirã-de-Rã	153	107
Total		1.072	1.054
Núcleo Operacional Acrelândia			
Senador Guimard	PDS Bonal	197	157
	PDS Porto Luiz I	291	182
Acrelândia	PA Orion	304	218
	PA Califórnia	91	46
	PAE Porto Dias	90	55
P. de Castro	PE Polo Plácido de Castro	37	32
	PA Triunfo	362	252
Total		1.372	942

Núcleo Operacional Tarauacá			
Tarauacá	PA Tarauacá	283	243
	PE Polo Agrof. Tarauacá	26	21
	PA Taquari	131	87
Total		440	351

* Municípios inseridos nos Territórios da Cidadania. Fonte: SR 14/D (Serviço de ATES).

Tabela 39 – Famílias atendidas pelos serviços de ATES – Contrato CRT/AC/26.003/12.

Municípios	Projetos de Assentamento	Fam. previstas para serem atendidas	Fam. efetivamente assistidas
Núcleo Operacional Assis Brasil			
Brasileia*	PDS Porto Carlos	231	85
	PAE Santa Quitéria	247	242
Assis Brasil*	PA Paraguassu	50	213
Total		528	540
Núcleo Operacional Porto Acre			
Porto Acre	PA Caquetá	576	432
	PA Porto Acre	38	24
	PA Bandeirante	42	76
	PA Tocantins	480	219
	PDS Nova Esperança	55	48
	PE Polo Leit. Porto Acre	19	18
Total		1.210	817
Núcleo Operacional Mâncio Lima			
Mâncio Lima*	PA São Domingos	70	98
	PDS São Salvador	200	153
	PE Polo Agrof. Mâncio Lima	20	25
	PA Rio Azul	43	31
Total		333	307

* Municípios inseridos nos Territórios da Cidadania. Fonte: SR 14/D (Serviço de ATES).

Tabela 40 – Famílias atendidas pelos serviços de ATES – Contrato CRT/AC/27.003/12.

Municípios	Projetos de Assentamento	Famílias previstas para serem atendidas	Famílias efetivamente assistidas
Núcleo Operacional Cruzeiro do Sul			
Cruzeiro do Sul*	PA Pedro Firmino	69	68
	PE Polo Cruzeiro do Sul	28	28
	PDS Jamil Jereissati	384	347
	PA Narciso Assunção	74	64
	PDS Francisco Pimentel	135	99
Porto Walter*	PA Vitória	27	27
	PAE Triunfo/Porongaba	141	133
	PDS Minas	60	75
Total		918	841

* Municípios inseridos nos Territórios da Cidadania. Fonte: SR 14/D (Serviço de ATES).

Vale destacar que os serviços de assistência técnica foram direcionados especificamente para as famílias regulares nos lotes com a confirmação da relação de beneficiário do INCRA. Em que pese o não atendimento das parcelas com ocupação irregular ou vagas, o desenvolvimento das atividades não prejudicou o quantitativo das metas previamente estabelecidas nos contratos, uma vez que as ações de assistência técnica foram intensificadas em algumas unidades familiares onde o nível de qualificação produtiva da família demandava maior acompanhamento, principalmente depois do acesso a qualquer linha de financiamento ofertada pelo PRONAF.

É evidente o aumento do nível de satisfação dos assentados da reforma agrária com os trabalhos prestados. Em termos gerais, os percentuais executados das metas e de recursos financeiros pagos no ano de 2012 foram de 31% e 23%, respectivamente, conforme tabelas 41 que seguem. Vale destacar ainda que os contratos somente foram aditivados/repactuados nos últimos meses de 2012, o que justifica os baixos quantitativos de metas executadas e os valores pagos às prestadoras.

Tabela 41 – Valores financeiros empenhados e pagos e percentual de execução financeira e das metas físicas contratadas.

Núcleos Operacionais – N.O.	Nº Contrato	Valor empenhado/N.O.	Valor pago de 2012	Percentual pago	Percentual executado
Xapuri	25.003/12	R\$ 723.692,82	R\$ 127.820,08	18%	27%
Capixaba	25.003/12	R\$ 1.215.043,33	R\$ 0,00	0%	24%
Assis Brasil	26.003/12	R\$ 921.890,94	R\$ 409.477,81	44%	50%
Brasiléia	25.003/12	R\$ 965.074,75	R\$ 230.985,86	24%	32%
Porto Acre	26.003/12	R\$ 1.785.796,17	R\$ 628.826,84	35%	40%
Rio Branco	25.003/12	R\$ 1.917.935,82	R\$ 488.064,38	25%	30%
Acrelândia	25.003/12	R\$ 1.865.080,39	R\$ 321.884,80	17%	21%
Cruzeiro do Sul	27.003/12	R\$ 1.819.203,38	R\$ 220.743,39	12%	17%
Mâncio Lima	26.003/12	R\$ 629.608,33	R\$ 229.506,98	36%	39%
Tarauacá	25.003/12	R\$ 759.615,25	R\$ 209.921,30	28%	31%
Totais		R\$ 12.602.941,18	R\$ 2.867.231,44	23%	31%

Fonte: SR 14/D (Serviço de ATES).

Além disso, o surgimento de novas demandas no decorrer de 2012, vista a criação de novos assentamentos aptos a serem assistidos pelos serviços da Ação, bem como a necessidade de readequação de metas e da continuidade dos serviços respaldou os aditivos nos contratos firmados.

Vale destacar que os contratos foram aditivados principalmente pelo fato das entidades contratadas estarem realizando os serviços de Ates de modo satisfatório e que, em reuniões de fiscalizações realizadas nos assentamentos atendidos, os beneficiários da reforma agrária mostraram-se satisfeitos com os serviços executados, manifestando-se coletivamente favoráveis a continuidade da prestação dos serviços, conforme constam nos documentos (relatórios de recebimento dos serviços e de fiscalização e nas atas das reuniões) juntados aos processos de pagamento dos contratos.

Desse modo, os contratos foram aditivados/repactuados, totalizando um valor de R\$ 12.602.941,17 (doze milhões, seiscentos e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e dezessete centavos), conforme detalhamento apresentado a seguir:

- CONTRATO CRT/AC/25.003/12 – R\$ 7.446.442,36 (sete milhões, quarenta e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos).
- CONTRATO CRT/AC/26.003/12 – R\$ 3.337.295,43 (três milhões, trezentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos).
- CONTRATO CRT/AC/27.003/12 – R\$ 1.819.203,38 (um milhão, oitocentos e dezenove mil, duzentos e três reais e trinta e oito centavos).

Quanto a execução física, no exercício de 2012 foram efetivamente atendidas o montante de 6.166 famílias.

O declarado inicialmente pela Regional em virtude da capacidade operacional e limitações de ordem diversas, o Plano de Compromisso do INCRA previa beneficiar 7.460 famílias,

portanto, levando em conta este número, atingiu-se aproximadamente 82% da metas declarada pela Superintendência.

Por outro lado, depois do auste do Plano de Compromisso pelo Decreto Nº 7.680/2012, o quantitativo previsto de famílias beneficiadas com a ação passou a ser 16.375. Considerando, assim, o quantitativo de famílias após os ajustes, o percentual atingido da meta passa a ser de aproximadamente 38 % do expresso no Plano de Compromisso. Contudo, considerado como uma ação continuada, caso for contabilizado quantitativo de 4.166 famílias atendidas com a primeira etapa dos contratos encerrados no segundo semestre de 2012, antes da repactuação, tem-se aí um quantitativo de 10.332 famílias, chamando a atenção que se tratam das mesmas unidades familiares numa segunda etapa de investimentos.

Em relação a execução financeira, da provisão recebida para o desenvolvimento da ação foram empenhados R\$ 13.988.800,31. Dessa cifra foram efetivamente liquidado o quantitativo de R\$ 3.107.484,75, sendo o restante do empenhado, ou seja: R\$ 10.881.315,56, o correspondente ao recurso orçamentário não processado no exercício de 2012, ficando como restos a Pagar para 2013.

Em relação aos restos a pagar de 2011 (R\$ 3.943.105,85) foram totalmente liquidados em 2012 com o pagamento de serviços prestados pelas entidades.

Dentre os recursos efetivamente liquidados referente ao orçamento de 2012, além daqueles utilizados nos pagamentos das entidades prestadoras dos serviços (R\$ 2.867.231,44), outros R\$ 240.253,32 foram destinados aos trabalhos de acompanhamento e fiscalização dos contratos, como pagamento de diárias de pessoas físicas, deslocamentos, consumo e outros necessários para obtenção das metas programadas no Plano de Ação da Superintendência Regional do Acre – 2012.

Desde o início da prestação dos serviços é evidente a satisfação das famílias assessoradas, além da Equipe atuante e para toda a Instituição, pois a Ação vem superando significativamente as expectativas inicialmente estabelecida, pelo fato da existência de contratos firmados em que o quantitativo de famílias já superava as metas agendadas, principalmente levando em consideração o aumento drásticos de contratos firmados provindos do PRONAF.

a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

A demanda qualificada em 2012 para o atendimento de famílias assentadas quanto ao acesso ao PRONAF A e A/C foi de 1.400. Neste período, com a vigência dos contratos de ATES, houve 2.466 Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) emitidas, entre DAPs A mais Emergencial e A/C.

Levando em consideração a expectativa da demanda qualificada como meta do ano-calendário, chegou a um montante de 176% do esperado para o período. Esse resultado continua sendo o reflexo positivo da atuação das entidades prestadoras de assistência técnica e extensão rural contratadas pelo INCRA para atuarem nos projetos de assentamento do Estado.

De acordo com o Banco da Amazônia, foram contratados em 2012, 1.579 projetos de PRONAF's A e Emergencial, como também outros 30 projetos de A/C. Alerta-se para o fato que grande parte desses contratos são originários de projetos elaborados em anos anteriores.

Em que pese a deficiência de recursos humanos nas instituições financeiras, em 2012 novamente foi batido o recorde do ano de 2011 de contratações de operações de PRONAF's A, A/C e Emergencial. Apesar da deficiência relatada, o sucesso deve-se ao esforço dos técnicos e compromisso do Banco da Amazônia com os assentados da reforma agrária.

Um dado interessante é que as contratações equivalem a cerca de 64% das solicitações de declaração para acesso desses créditos, e 12% a mais que a demanda qualificada.

Segundo a Gerência local do Banco da Amazônia, os investimentos superam as cifras de R\$ 22.184.253,40. Os resultados refletem um considerável aumento dos investimentos na produção rural do Acre em 2012, informação importante para o direcionamento de outras políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, como por exemplo investimentos em infraestrutura para viabilizar o escoamento da produção e a ampliação da assistência técnica a mais projetos de assentamento e regiões do Estado.

b) Planos de Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento

A elaboração do PDSA é de grande importância, uma vez que deverá conter todas as informações referentes ao contexto socioeconômico e ambiental dos Projetos de Assentamento no sentido de orientar o desenvolvimento das atividades previstas para o Projeto, de acordo com as especificidades de cada bioma. Por isso mesmo é produzido em conjunto com as comunidades assentadas.

Como bem posto no relatório de prestação de contas de 2011, existe na Superintendência Convênio nº 9.000/06, firmado com a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, com interveniência da Universidade Federal de Viçosa-MG, para elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA para 33 (trinta e três) projetos de assentamento, localizados em 16 municípios do Estado do Acre.

Os PDSAS entregues ainda passaram por análises na Superintendência, e muitos deles apontaram a necessidade de algumas readequações. Com essas readequações sugeridas conforme normas internas, bem como a aprovação do documento pela comunidade, um novo prazo pactuado aponta a finalização dos trabalhos ainda para 2013.

Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859

Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

4.1.4.4 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120

4.1.5 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.942.357,00		2.897.363,26	1.897.414,07	0,00	999.949,19	1.897.414,07
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
0	0	0	0	0	2.660.262,00	1.897.414,07

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Inicialmente, trata-se de uma Ação que possui uma grande particularidade por ser padronizada, ou seja, é igualmente realizada pelos diversos Órgãos e Unidades Orçamentárias da Administração Pública Federal. Como consequência imediata desta particularidade, podemos afirmar que o seu desenvolvimento ou sua realização deve, no mínimo, ser semelhante em todas as unidades orçamentárias que a executam, diferentemente das ações finalísticas.

Soma-se a esta particularidade, o fato dela não conter meta física. Desta forma, entendemos que parte das orientações emanadas pela Portaria TCU N° 119/2011, não se aplicam ao caso da ação 2000. Por consequência, daremos um tratamento diferenciado ao caso. Feitas estas considerações iniciais, passaremos agora a discorrer sobre os trabalhos desenvolvidos na ação durante o exercício de 2012.

A Ação Administração da Unidade, é composta, principalmente, das despesas com os custos administrativos que envolvem a Superintendência Regional da SR(14)AC, situada na Rua Santa Inês, nº 135, Bairro Aviário, Rio Branco-AC, 03 (três) Unidades Avançadas (Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Brasileia-AC) e 02 (dois) Escritórios de representação (Feijó e Tarauacá-AC).

O Crédito Orçamentário destinado a esta Ação e descentralizado pela Sede do INCRA em Brasília, foi executado (despesa empenhada) em aproximadamente 98,4% em relação à provisão recebida, agregando despesas com apoio e suporte das atividades administrativas, destacando-se os pagamentos com consumo de energia elétrica, contratos de serviços terceirizados e aditivo da obra de reforma dos Blocos do complexo administrativo da Superintendência.

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
42.524,16	42.247,50	41.887,50	0,00	360,00	41.887,50	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	Un	40	172	29.781,00	41.887,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Superintendência teve um desempenho considerável no atingimento da Meta Física de capacitação. Das 40 oportunidades de capacitação previstas, praticamente foi quadruplicado este quantitativo, sendo oportunizado efetivamente 172 cursos, um incremento de 330% da meta do exercício de 2012.

Os recursos foram utilizados objetivando sua otimização na contratação de eventos de capacitação. O montante utilizado no exercício 2012, R\$ 41.887,50 custeou 172 oportunidades de capacitação, ficando, praticamente, na mesma média do exercício de 2011, R\$ 34.490,00 para oportunizar 137 vagas aos servidores. Esse resultado, é bom frisar, continua a derivar, em boa parte, da utilização, dos conhecimentos dos servidores da instituição que atuam como instrutores internos, que reduz substancialmente os custos desta Ação.

Mesmo com o ingresso de novos servidores, ocorreu diminuição no quantitativo de servidores da Superintendência no exercício de 2012. Esse fator, combinado com o incremento no quantitativo de oportunidades de capacitação, influenciou uma elevação no índice de abrangência de capacitação em 2012 (68,00%), confirmando o desempenho satisfatório da SR.14/AC. Segue abaixo dados relacionados a capacitação na SR:

1. Total de servidores da Superintendência – 255;
2. Meta Física – 40 servidores capacitados;
3. Servidores que participaram de eventos de capacitação – 172;
4. Índice da Meta alcançado – 330%;
5. Eventos de Capacitação realizados – 23;
6. Horas/Aula de Carga Horária Total – 3.521;
7. Índice de abrangência de capacitação relativo à lotação da SR – 68%;
8. Horas de capacitação por servidor – 13,80 horas/aulas.

Tabela 42 – Capacitação da SR-14/AC - 2012

Ordem	Curso	Mês	Carga Horária	Servidores
01	I Seminário Nacional de Prática Agroecologia em Assentamento da Reforma Agrária	Fevereiro	24	2
02	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão	Fevereiro	40	6
03	Conferencia Temática de Assistência. Técnica para Reforma Agraria e Agroecologia	Fevereiro	24	2
04	III Oficina das Unidades do SIASS	Março	8	1
05	Curso Novo SIAFI – WEB	Março	16	1
06	7º Congresso Brasileiro de Pregoeiro	Março	32	1
07	Curso Novo SIAFI – WEB	Março	16	1
08	Oficina de Instrução Processual nos termos da NE 79/2008	Março	35	18
09	Oficina de Instrução Processual nos termos da NE 79/2008	Março	32	2
10	III Oficina de Capacitação para Asseguradores do Pronera	Março	32	02
11	Encontro de Planejamento Anual	Abril	16	44
12	Treinamento de procedimentos de Nivelamento IN 71/12	setembro	4	51
13	Processo Administrativo Disciplinar – PAD	outubro	40	1
14	Curso Internacional de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional e Local	novembro	119	1
15	Capacitação em SICONV	novembro	32	2
16	III Encontro de Desenvolvimento de Pessoas	novembro	28	1
17	Noções de Geoprocessamento e Treinamento em SIG livre utilizando o software Quantum GIS – Turma I	novembro	30	10
18	Capacitação em Assistência Técnica: Marco Zero da Repactuação dos Contratos	novembro	35	12

19	Noções de Geoprocessamento e Treinamento em SIG livre utilizando o software Quantum GIS – Turma II	dezembro	30	10
20	I Encontro Nacional Grupo de Trabalho de Arte e Cultura na Reforma Agrária	dezembro	30	1
21	Elaboração de Mapas Temáticos com a ferramenta Quantum GIS	dezembro	40	1
22	Curso Básico de Libras em contexto	dezembro	90	1
23	Responsabilidade Civil	dezembro	16	1
			3.521	172

Fonte: SR.14/RH

Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código		2103				
Descrição		Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
233.107,01		220.197,00	171.235,53	0,00	48.961,47	171.235,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	0,00	171,235,53

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O quadro acima trata de ações centralizadas no Gabinete da Superintendência Regional e diz respeito a Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário. Assim como aquelas do quadro A.4.6.1, são ações que não contêm meta física.

O Crédito Orçamentário destinado a esta Ação e descentralizado pela Sede do INCRA em Brasília, foi executado (despesa empenhada) em aproximadamente 94.5% em relação à provisão recebida, tendo atendido despesas com apoio da Unidade, destacando-se pagamentos com concessão de diárias, aquisição de passagens aéreas, material de consumo e pagamento de terceirizados. Vale ressaltar que, no geral, o desempenho da movimentação dos créditos orçamentários descentralizados na Ação 2000, aliado ao relevante índice de aplicabilidade, atenderam as necessidades da instituição de forma satisfatória.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	49201	373015

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

4.2.2.4 Análise Crítica

4.2.3 Programação de Despesas

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	373001	373015	21122212020TP0001	8.259,51	0,00	0,00
		373001	373015	21121212021030001	0,00	0,00	233.107,01
		373001	373015	21122212020000001	0,00	0,00	2.061.012,14
		373001	373015	21125206621050001	0,00	0,00	30.000,00
		373001	373015	21127206620T90101	0,00	0,00	5.000,00
		373001	373015	21127206621100001	0,00	0,00	18.427,00
		373001	373015	21127206683780001	0,00	0,00	80.000,00
		373001	373015	21128212045720001	0,00	0,00	42.524,16
		373001	373015	21363206683700001	0,00	0,00	676.417,00
		373001	373015	21606201244700001	0,00	0,00	13.990.546,79
		373001	373015	21631206620S70001	0,00	0,00	654.075,00
		373001	373015	2163120662B060001	0,00	0,00	50.460,00
		373001	373015	21631206643580001	0,00	0,00	23.500,00
		373001	373015	21631206683740001	0,00	0,00	121.608,00
		373001	373015	21631206683840001	0,00	0,00	206.330,00
		373001	373015	21631206683870001	0,00	0,00	105.000,00
		373001	373015	21631206683960001	0,00	0,00	83.289,35
		373001	373015	21631206683980001	0,00	0,00	186.474,75
		373001	373015	21691206643200001	0,00	0,00	110.420,43
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Movimentação Interna	Concedidos	0	373015	-	874.045,12	0,00	0,00
		0	373015	-	10.000.000,00	0,00	0,00
		0	3730185		926.660,75	0,00	0,00
		0	373015	21631206604270001	0,00	19.250.200,00	0,00
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.998.342,62	8.056.609,48	1.998.342,62	2.204.672,73
a) Convite	0,00	12.482,00	0,00	12.482,00
b) Tomada de Preços	0,00	39.241,30	0,00	39.241,30
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.998.342,62	8.004.886,18	1.998.342,62	2.152.589,43
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	3.919.180,05	1.062.631,88	3.919.180,05	773.956,33
g) Dispensa	3.858.019,69	9.946.599,76	3.858.019,69	693.353,89
h) Inexigibilidade	61.160,36	116.032,12	61.160,36	80.602,44
3. Regime de Execução Especial	0,00	29.501,98	0,00	29.501,98
i) Suprimento de Fundos	0,00	29.501,98	0,00	29.501,98
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	0,00	821.697,06	0,00	821.697,06
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	845.193,57	821.697,06	845.193,57	821.697,06
5. Outros	7.332.214,07	24.691.275,51	7.332.214,07	12.248.575,33
l) Não se aplica	7.332.214,07	24.691.275,51	7.332.214,07	12.248.575,33
6. Total (1+2+3+4+5)	13.249.736,74	34.661.715,91	13.249.736,74	16.078.403,43

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	8.259,51	4.359,23	8.259,51	4.359,23	0,00	0,00	8.29,51	4.359,23
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	14.999.488,37	2.156.933,07	3.921.035,87	989.381,24	11.078.452,50	1.167.551,83	3.921.035,87	989.381,24
2º elemento de despesa	1.057.928,83	1.365.678,00	1.008.382,05	0,00	49.546,78	1.365.678,00	1.008.382,05	0,00
3º elemento de despesa	907.981,80	1.002.060,99	791.914,21	859.026,24	116.067,59	143.034,75	791.914,21	859.026,24
Demais elementos do grupo	1.022.096,13	1.842.442,33	1.021.679,14	1.799.807,32	416,99	42.634,81	1.021.679,14	1.799.807,52
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	10.000.000,00	10.000,00	4.571.749,00	5.000.000,00	5.428.251,00	5.000.000,00	4.571.749,00	5.000.000,00
2º elemento de despesa	1.288.204,39	4.913.961,54	0,00	126.210,62	1.288.204,39	4.787.750,92	0,00	126.210,62
3º elemento de despesa	650.000,00	48.303,14	0,00	48.303,14	650.000,00	0,00	0,00	48.303,14
Demais elementos do grupo	524.119,79	39.241,30	43.776,47	39.241,30	480.343,32	0,00	43.776,47	39.241,30
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	18.824.400,00	11.320.400,00	1.891.200,00	5.456.400,00	16.933.200,00	5.864.000,00	1.891.200,00	5.456.400,00
2º elemento de despesa	0,00	1.149.215,97	0,00	936.193,79	0,00	213.022,18	0,00	936.193,79
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário, com relação às necessidades de crédito da Unidade Orçamentária, não apresentaram mudanças significativas.

Com relação às despesas liquidadas por modalidade de licitação, observa-se que nas modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência, não houve valores liquidados em 2012. Na modalidade Pregão, houve decréscimo nos valores liquidados em 2012 (R\$ 1.998.342,62), em relação à 2011 (R\$ 8.004.886,18). O mesmo ocorreu com as despesas pagas, já que em 2012 totalizaram R\$ 1.998.342,62 contra R\$ 2.152.589,43 em 2011.

As Contratações Diretas, no que diz respeito Dispensa de licitação, sofreram acréscimo quanto à liquidação da despesa, ou seja, R\$ 3.919.180,05 em 2012, contra R\$ 1.062.631,88 em 2011. Assim como as despesas pagas, que aumentaram de R\$ 773.956,33 em 2011 para R\$ 3.919.180,05 em 2012. Esclarecemos que o acréscimo verificado nas contratações diretas se deu em razão do volume de despesas liquidadas e pagas relacionadas aos contratos de Assistência Técnica, contratos estes decorrentes de Chamada Pública, cuja contratação realizada através de dispensa de licitação, sob a égide do Inciso XXXII, do artigo 24, da Lei 8.666/93.

Quanto as despesas inerentes ao Regime de Execução Especial (suprimento de fundos), não ocorreu nenhuma concessão no exercício de 2012, por conseguinte não se verifica despesas liquidadas nem pagas.

Em relação ao item 5. Outros 1) Não se aplica – o valor da despesa liquidada em 2012 (R\$ 7.332.214,07, sofreu um expressivo decréscimo em relação a 2011 (R\$ 24.691.275,51), fato este ocasionado devido ao volume de pagamento de crédito instalação e convênios liquidados em 2011.

Com relação à execução das Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa, em 2012 observa-se que os principais elementos em utras despesas Correntes empenhadas e liquidadas foram Outros Serviços de Terceiros PJ, destacando-se as despesas com manutenção da Unidade e assistência técnica. Nas despesas de capital destacaram-se a liberação de recursos para Convênios de infraestrutura em Projetos de Assentamento (R\$ 10.000.000,00), obras e instalação (R\$ 1.288.204,39) e sobretudo a de Concessão de Empréstimos e Financiamentos (crédito implantação), (R\$ 18.824.400,00).

Vale ressaltar, que o contingenciamento dos créditos orçamentários, de certa forma dificultaram algumas ações, porém não impediu o alcance dos objetivos planejados pela Superintendência Regional do INCRA no Acre.

5 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

5.1.2 Análise Crítica

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	123.133,00	0,00	0,00	123.133,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	3.000.386,38	386,38	3.000.000,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	73,26	0,00	73,26	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	18.583.672,49	1.611.995,11	16.596.930,08	374.747,30
2010	24.729.797,06	688.330,65	23.640.055,78	401.410,63
2009	26.074.407,69	1.628.567,33	24.445.840,36	0,00
2008	36.714.651,18	7.279.128,12	29.435.523,06	0,00
2007	10.884.036,43	866.445,69	10.017.590,74	0,00
2006	3.954.648,59	1.008.261,02	2.946.387,57	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.2 Análise Crítica

Trata-se de despesas inscritas pelo processo automático em restos a pagar não processadas quando do encerramento dos exercícios financeiros de 2006 A 2012.

Considera-se Restos a Pagar, nos termos do item 1.3.1 da Macrofunção SIAFI nº 020317, as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.

A inscrição em Restos a Pagar decorreu da observância do Regime de Competência para as despesas. Portanto, as despesas empenhadas, não pagas até o encerramento do exercício e não canceladas pelo processo de análise e depuração foram inscritas em conta específica pelo processo automático no SIAFI.

Verifica-se que no Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, que ocorreu um acréscimo em relação a 2011 no que diz respeito a Restos a Pagar Não Processados de 2012, tanto em despesas correntes como em despesas de capital, destacando-se em despesas correntes aquelas relacionadas a ATES (R\$ 10.881.315,36) e em despesas de capital as relacionadas a infraestrutura (R\$ 5.428.251,00) e Crédito Instalação (R\$ 16.933.200,00).

Os altos valores de despesas inscritas em Restos a Pagar, em linhas gerais, devem-se em razão da falta de aporte financeiro para pagamento das despesas dentro do próprio exercício financeiro.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Referido quadro encontra-se aposto no capítulo de anexos.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ:	00.375.972/0017-28					
UG/GESTÃO:	373015/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	3	1	5	25.272.556,32	10.386.699,00	8.274.359,59
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	3	1	5	25.272.556,32	10.636.699,00	8.274.359,59

Fonte: SIAFI/SICONV

5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ: 00.375.972/0017-28		UG/GESTÃO: 373015/37201			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	9	52.317.307,19	44.991.058,59	6.839.584,60	86,00
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	9	52.317.307,19	44.991.058,59	6.839.584,60	86,00

Fonte: SIAFI/SICONV

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas relativa aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ: 00.375.972/0017-28		UG/GESTÃO: 373015/37201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	10.354.929,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	1.158.063,60	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2010	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	1.967.373,44	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Fonte: SIAFI/SICONV					

5.3.5 Informações sobre a análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de

Quadro A.5.7 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ: 00.375.972/0017-28			UG/GESTÃO: 373015/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			2	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas		
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	2	
			Montante Repassado (R\$)	10.354.929,00	
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	1	
			Montante repassado (R\$)	1.158.063,60	
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade		
			Montante Repassado		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	2	
			Montante Repassado	1.967.373,44	
Fonte: SIAFI/SICONV					

5.3.6 Análise Crítica

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;
Não há nenhuma transferência que se enquadre nesta situação no exercício de 2012.
- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere;

O Convênio 12.000/2011, SICONV nº 755824/2011, no valor de R\$ 10.000.000,00, com parte dos recursos empenhados em 30 de junho de 2011 importando em R\$ 5.000.000,00, por intermédio das Notas de Empenho 2011NE800184 no valor de R\$ 1.500.000,00 e 2011NE800185 correspondente a R\$ 3.500.000,00 teve seus desembolsos ocorrendo em 4 (quatro) etapas diferentes, quais sejam: R\$ 1.000.000,00 em 13/07/2011, R\$ 1.000.000,00 em 07/10/2011, R\$ 1.000.000,00 em 24/10/2011 e R\$ 2.000.000,00 em 30/12/2011. O restante dos recursos na ordem de R\$ 5.000.000,00 que se encontravam empenhados, de acordo com a Nota de Empenho 2011NE800410 no valor de R\$ 2.500.000,00 de 13/12/2011, e Nota de Empenho 2011NE800434 no valor de R\$ 2.500.000,00, de 16/12/2011, os desembolsos aconteceram em 2 (duas) etapas distintas: R\$ 2.000.000,00 em 23/06/2012 e R\$ 3.000.000,00 em 17/08/2012.

Com relação ao Convênio 70001/2012, SICONV 770889/2012, no valor de R\$ 10.000.000,00, com parte dos recursos empenhados em 29 de junho de 2012 correspondendo a R\$ 4.571.749,00, por meio das Notas de Empenho 2012NE800169 no valor de R\$ 1.929.298,00 e 2012NE800168 no valor de R\$ 2.642.451,00, o desembolso ocorreu em 2 (dois) momentos distintos: R\$ 1.000.000,00 em 05/07/2012 e R\$ 3.571.749,00 em 17/08/2012. O restante dos recursos importando R\$ 5.428.251,00 encontram-se empenhados, conforme Notas de Empenho 2012NE800293 no valor de R\$ 2.500.000,00, de 09/11/2012, 2012NE800294 no valor de R\$ 2.500.000,00, de 09/11/2012, e 2012NE800319, de 27/11/2012, no valor de R\$ 428.251,00. A liberação da terceira e última parcela no valor de R\$ 5.428.251,00 estava prevista para fevereiro de 2013, entretanto, não aconteceu devido a indisponibilidade de recursos financeiros no INCRA.

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

Os recursos transferidos por intermédio de convênios em 2010, 2011 e 2012 totalizaram R\$ 47.457.974,50, celebrados com o Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE, Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN, Governo do Estado do Acre/Secretaria de Estado de Educação e Esporte, Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi e Governo do Estado do Acre/Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, conforme discriminação abaixo:

1. Convênio CRT/AC/3.000/2010 (SICONV Nº 732122/2010): Tem como objeto a execução de melhoria e conservação de infraestrutura viária básica nos Municípios: Assis Brasil, Brasileira, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, através da: melhoria, conservação, recuperação de estradas vicinais e ramais com construção de pontes e bueiros, nos Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Acre.

Os recursos são da ordem de R\$ 10.000.000,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 9.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE a importância de R\$ 1.000.000,00, como contrapartida.

2. Convênio CRT/AC/3.001/2010 (SICONV Nº 740511/2010): Seu objeto é a implantação de infraestrutura viária básica no Projeto de Assentamento Triunfo, de propriedade do INCRA, Código SIPRA AC0042000, situado no Município de Plácido de Castro, Estado do Acre, através da abertura de estradas vicinais e ramais com construção de pontes e bueiros.

Os recursos totalizam R\$ 1.333.333,33, cabendo ao INCRA o valor de R\$ 1.200.000,00 e ao DERACRE a importância de R\$ 133.333,33, como contrapartida.

3. Convênio CRT/AC/3.002/2010 (SICONV Nº 752113/2010): Tem como objeto apresentar instrumentos e meios para aliar a responsabilidade ambiental com a responsabilidade social, utilizando a mão de obra de pessoas privadas da liberdade e em cumprimentos de penas no regime semiaberto, aberto, penas e medidas alternativas, por meio da produção de mudas de espécies agroflorestais para o reflorestamento de áreas desmatadas, beneficiando assim, as famílias assentadas em Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Acre.

Os recursos são da ordem de R\$ 435.955,10, sendo do INCRA o valor de R\$ 392.359,59 e do Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN a importância de R\$ 43.595,51, como contrapartida.

4. Convênio CRT/AC/12.000/2011 (SICONV Nº 755824/2011): Seu objeto é a execução de melhoria e conservação de infraestrutura viária básica nos Projetos de Assentamento situados nos municípios do Estado do Acre, divididos em 5 (cinco) regionais, a saber: Alto Acre – Assis Brasil, Brasileira, Epitaciolândia e Xapuri; Baixo Acre – Capixaba, Senador Guimard, Rio Branco, Porto Acre, Bujari e Acrelândia; Purus – Sena Madureira e Manuel Urbano; Tarauacá/Envira – Tarauacá e Feijó; Juruá – Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima e Marechal Thaumaturgo.

Os recursos importam em R\$ 11.111.112,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 10.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/DERACRE a importância de R\$ 1.111.112,00, como contrapartida.

5. Convênio CRT/AC/28000/2011 (SICONV 762698/2011): Tem por objeto a “Formação Integrada de Educação Profissional para os Educandos do Campo”, para a oferta de Curso Técnico em Agropecuária concomitante com Ensino Médio, apresentado pelo CONVENENTE e ministrado pela Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante Família Agrícola Jean Pierre Mingan, posteriormente denominada Escola Família Agrícola Jean Pierre Mingan, para jovens e adultos oriundos de assentamentos da reforma agrária da Regional do Baixo Acre.

Os recursos são da ordem de R\$ 1.366.664,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 1.229.997,60 e do Governo do Estado do Acre/Secretaria de Estado de Educação e Esporte a importância de R\$ 136.666,40, como contrapartida.

6. Convênio CRT/AC/30000/2011 (SICONV 764831/2011): O seu objeto é habilitar jovens e adultos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária no Acre em: Técnico Florestal, Técnico em Agroecologia e Técnico em Agroindústria, por meio de Cursos Técnicos na modalidade pós-Médio, ofertado pelo CONVENENTE e ministrado pelo Centro de Educação Profissional Escola da Floresta Roberval Cardoso, posteriormente denominada Escola da Floresta.

Os recursos totalizam R\$ 1.200.000,00, cabendo ao INCRA o valor de R\$ 1.080.000,00 e ao Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi a importância de R\$ 120.000,00, como contrapartida.

7. Convênio CRT/AC/29000/2011 (SICONV 764787/2011): Tem por objeto a formação de educadores ambientais para a adoção de práticas socioambientais e de produção sustentável em projetos de assentamento de reforma agrária no Estado do Acre.

Os recursos importam em R\$ 207.678,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 186.678,00 e do Governo do Estado do Acre/Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA a importância de R\$ 21.000,00, como contrapartida.

8. Convênio CRT/AC/31000/2011 (SICONV 764852/2011): O seu objeto é o desenvolvimento de ações conjuntas para estudos de arqueologia, prospecção e salvamento de sítios arqueológicos em projetos de assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Acre, para fins de regularização ambiental.

Os recursos são da ordem de R\$ 475.858,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 428.272,00 e do Governo do Estado do Acre/Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA a importância de R\$ 47.586,00, como contrapartida.

Analisando a situação apresentada acima, verifica-se o seguinte:

Tabela 43 – Demonstrativo da Evolução/Involução de Recursos Repassados.

Ano	R\$	Δ anual (1)	Δ % (2)	Evolução/Involução
2010	25.272.556,32		-	-
2011	8.274.359,59	2010/2011	-67,26	Involução
2012	10.636.669,00	2011/2012	28,55	Evolução
	-	2010/2012	-57,91	Involução

- Demonstra a variação matemática entre o valor repassado de um ano para o outro.
- Apresenta o índice de variação.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012;

A Superintendência Regional continuar focando suas ações na capacitação da equipe técnica e financeira que acompanha a execução dos convênios, sejam aqueles celebrados em exercícios anteriores, bem como daquele firmado em 2012.

A capacitação continuará voltada para uma correta e mais eficiente utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses – SICONV, bem como da legislação aplicável à matéria.

A equipe de acompanhamento disponível inicialmente, foi relativamente ampliada com o ingresso de dois novos servidores a partir de abril de 2012, haja vista a escassez de servidores com perfil para atuar nas duas áreas (técnica e financeira).

O acompanhamento e fiscalização continua intensificado, tendo em vista que os servidores que atuam nessa área adquiriram maior experiência tanto em 2012 quanto em anos anteriores.

No último trimestre do ano de 2012, quatro servidores foram treinados sobre o sistema SICONV, sendo dois da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e dois da Divisão de Administração, representando apenas parte dos servidores envolvidos nessa atividade.

Esta Superintendência Regional se compromete a dar continuidade ao processo de capacitação, durante o ano de 2013, de todos os servidores envolvidos nos convênios firmados, não só no SICONV, mas em todos os sistemas relacionados aos convênios, objetivando melhor acompanhamento e cumprimento dos objetos celebrados.

Vale ressaltar que, como o número de servidores desta Superintendência Regional é insuficiente para atender a todos os programas e ações relacionados ao cumprimento das metas

institucionais, esses servidores estão envolvidos em diversas atividades, além dos trabalhos dos convênios.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

As prestações de contas apresentadas foram aprovadas pela Superintendência Regional, com exceção do Convênio CRT/AC/17.000/2004 (SIAFI nº 514836) celebrado com o Governo do Estado do Acre/ITERACRE, que já tem sua prestação de contas analisada sob os aspectos técnico e financeiro, inclusive com pedidos de devolução dos recursos financeiros gastos indevidamente, entretanto, o conveniente solicitou prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir de 24 de fevereiro de 2011, para apresentação de defesa quanto às falhas indicadas, que foi concedido por esta Superintendência Regional.

Considerando que o Tribunal de Contas da União – TCU por intermédio do ACÓRDÃO Nº 5659/2011 – TCU – 1ª Câmara, concedeu prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 29 de julho de 2011 para que esta Superintendência Regional concluísse a análise da prestação de contas final do convênio acima citado, expirando o referido prazo em 26 de setembro de 2011, ou, se fosse o caso, a instauração da competente tomada de contas especial.

Considerando ainda, que o Instituto de Terras do Acre – ITERACRE propôs a constituição de uma comissão mista paritária entre o Estado do Acre e o INCRA, com o objetivo de analisar e emitir relatório acerca da prestação de contas final apresentada do mencionado convênio.

Considerando finalmente, que o ITERACRE solicitou prorrogação do prazo, por mais 90 (noventa) dias, para cumprimento da determinação do Acórdão acima citado.

Neste contexto, e visando exaurir todos as providências cabíveis para a solução das divergências apontadas na execução dos serviços pactuados, manifestamos nossa concordância com a proposta formulada, solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas da União -TCU prorrogação do prazo concedido inicialmente no ACÓRDÃO Nº 5659/2011 – TCU – 1ª Câmara, por mais 90 (noventa) dias.

O prazo concedido inicialmente foi prorrogado duas vezes, por iguais períodos de 90 (noventa) dias, totalizando 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de 27 de setembro de 2011, com término em 22 de junho de 2012, devido a alguns problemas identificados antes do início dos trabalhos.

A comissão mista paritária foi constituída somente em 12 de dezembro de 2011, por meio da ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR/14/AC/Nº 93, tendo em vista a indisponibilidade de servidores do INCRA, com perfil técnico, para compor a referida comissão.

Face aos entraves relatados acima, a comissão iniciou os trabalhos apenas em 30 de janeiro de 2012, apresentando Relatório da análise do objeto do convênio em 06 de fevereiro de 2012, e solicitando informações complementares do INCRA e do ITERACRE.

As informações solicitadas pela mencionada comissão foram disponibilizadas em 17 de fevereiro de 2012.

A comissão mista paritária apresentou dois relatórios técnicos, sendo o primeiro de 06/02/2012, e o segundo de 23/03/2012, referentes a prestação de contas final do convênio mencionado.

O Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 7616/2012 – TCU – 1ª Câmara, de 10 de dezembro de 2012, converteu o processo em tomada de contas especial, em virtude das evidências de ocorrência de dano ao erário.

Existe o Convênio CRT/AC/9.000/2006 (SIAFI nº 577248), celebrado com a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, com a interveniência da Universidade Federal de Viçosa – UFV,

cuja prestação de contas foi registrada em 30 de setembro de 2010, e que se encontra ainda em análise técnica, pois parte dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento – PDAs que fazem parte do objeto do convênio apresentaram falhas na elaboração e foram devolvidos aos convenientes para os devidos ajustes. Os PDA's são extensos e complexos, demandando tempo e disponibilidade de técnicos capacitados para analisá-los. Cabe destacar que os convenientes atenderam parte dos esclarecimentos solicitados inicialmente.

O Convênio CRT/AC/7.000/2007 (SIAFI nº 601814) celebrado com a Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, teve sua prestação de contas final aprovada em 03 de agosto de 2012, com lançamento no sistema SIAFI em 08 de agosto de 2012.

Temos também, o Convênio CRT/AC/10.000/2007 (SIAFI nº 601779), firmado com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi, com sua prestação de contas final aprovada em 10 de agosto de 2012, com lançamento no sistema SIAFI em 14 de agosto de 2012.

Temos ainda, o Convênio CRT/AC/8.000/2007 (SIAFI nº 601819), celebrado com a Prefeitura Municipal de Bujari, com sua prestação de contas final aprovada em 18 de dezembro de 2012, com lançamento no sistema SIAFI em 19 de dezembro de 2012.

A prestação de contas final do Convênio CRT/AC/1.000/2009 (SICONV 703441/2009), celebrado com o Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE, com data limite para prestação de contas em 20 de outubro de 2012, foi apresentada pelo conveniente em 27 de abril de 2012, encontrando-se atualmente em análise técnica, tendo em vista as diligências e questionamentos levantados pelo fiscal do convênio do INCRA.

Por fim, temos o Convênio CRT/AC/3001/2010 (SICONV 740511/2010) firmado com o DERACRE, com data limite para prestação de contas em 30 de setembro de 2012, com prestação de contas final apresentada em 28 de setembro de 2012, em análise técnica.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Como mencionado no item anterior, o Convênio CRT/AC/17.000/2004 (SIAFI nº 514836) teve sua prestação de contas analisada sob os aspectos técnico e financeiro, inclusive com a conclusão da nova análise pela comissão mista paritária entre o Estado do Acre e o INCRA.

Com relação ao Convênio CRT/AC/9.000/2006 (SIAFI nº 577248) ainda se encontra em análise técnica, em razão de parte do objeto do referido convênio ainda não estar totalmente concluído, como citado anteriormente.

Quanto ao Convênio CRT/AC/7.000/2007 (SIAFI nº 601814) firmado com a Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, teve sua prestação de contas final aprovada em 03 de agosto de 2012, com lançamento no sistema SIAFI em 08 de agosto de 2012.

No que diz respeito ao Convênio CRT/AC/10.000/2007 (SIAFI nº 601779), firmado com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi, sua prestação de contas final foi aprovada em 10 de agosto de 2012, com lançamento no sistema SIAFI em 14 de agosto de 2012.

No que se refere ao Convênio CRT/AC/8.000/2007 (SIAFI nº 601819), celebrado com a Prefeitura Municipal de Bujari, sua prestação de contas final foi aprovada em 18 de dezembro de 2012, com lançamento no sistema SIAFI em 19 de dezembro de 2012.

Ressaltamos, novamente, que a Superintendência Regional não dispõe de pessoal suficiente para realizar as análises dos convênios, nos termos da legislação vigente, tanto sob o aspecto técnico quanto financeiro, pelos motivos a seguir expostos:

a) Técnico: O pessoal envolvido no acompanhamento e fiscalização dos convênios atua em outras áreas técnicas, face ao número reduzido de servidores que têm competência e conhecimento adequado, além de ainda não dispormos de equipamentos em número suficiente, como por exemplo, de veículos, máquinas fotográficas, GPS, impressoras de jato de tinta colorida etc, o que contribuiria sobremaneira para uma melhor fiscalização e produção de relatórios mais consistentes e detalhados.

b) Financeiro: Dispomos apenas de um técnico com competência e conhecimento adequado, que ainda atua na análise financeira em outras áreas administrativas, o que requer muitas vezes o deslocamento de técnicos do INCRA/Sede (Brasília/DF) para realizar ou auxiliar nas citadas análises.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

A Superintendência Regional criou no exercício de 2011 novo Grupo de Trabalho para resolução de pendências dos convênios celebrados até o ano de 2011.

O Grupo de Trabalho reunia-se sempre que havia necessidade de encaminhamento de alguma pendência dos convênios firmados, embora cada membro desenvolvesse suas atividades em seus respectivos setores, objetivando o andamento regular dos trabalhos das análises das prestações de contas, pois ainda não dispomos de espaço físico adequado, em razão da reforma dos blocos administrativos que ainda ocorre atualmente nesta Superintendência Regional e das próprias funções que cada um desenvolve.

As atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho atingiram os objetivos propostos, contando inclusive com a ajuda de técnicos do INCRA/Sede (Brasília/DF), estando pendente apenas o Convênio CRT/AC/17.000/2004 (SIAFI nº 514836), já explicitado anteriormente, levando-se em consideração os convênios firmados sob a égide da IN/STN/Nº 01/97.

Com relação aos convênios celebrados na vigência da Portaria Interministerial MPOG/MF/MCT nº 127 de 29 de maio de 2008 e suas alterações, temos o Convênio CRT/AC/1.000/2009 (SICONV 703441/2009), celebrado com o Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE, e o Convênio CRT/AC/3001/2010 (SICONV 740511/2010) firmado com o DERACRE, que se encontram em análise das prestações de contas final.

A capacidade de fiscalização não é suficiente para atender a todos os convênios de forma tempestiva e satisfatória, devido ao número insuficiente de servidores com competência e conhecimento adequado e o tamanho dos objetos firmados, como por exemplo, no caso dos convênios de estradas vicinais (ramais).

Por esse motivo, a fiscalização ocorre, ocasionalmente, a posteriori, embora não prejudique o alcance dos objetos propostos nos convênios celebrados ao longo dos anos.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

5.4.1.6 Análise Crítica

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.6 Gestão de Precatórios

6 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
SR.14/AC – UPAG 705

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		252	8	18
1.1.Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		252	8	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		250	8	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	0	0
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2.Servidores com Contratos Temporários		1	0	0
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		255	8	18

Fonte: Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)
considereei celetista 1 1.2.1

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12
SR.14/AC UPAG 705**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	7
1.1.Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	3
1.3.Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
2.Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1.Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3.Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4.Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3.Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1.De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2.A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)0	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5.Mandato Classista	0
6.Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: Extração SIAPE fev/13

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)
SR.14/AC – UPAG 705

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	19	19	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	19	19	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		16	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		2	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	2	2	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	21	0	0

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12
SR.14/AC – UPAG 705

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	9	24	0	0	28
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	24	43	148	28
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	1	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	2	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	9	26	43	149	28

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12

SR.14/AC – UPAG 705

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	164	51	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	38	0	0	0	0	0	0
1.2.Servidores de Carreira	0	0	0	0	163	51	0	0	0
1.3.Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2.Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	2	0	0	0
2.1.Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	2	0	0	0
2.3.Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	38	0	164	53	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores(2010, 2011 e 2012) SR.14/AC – UPAG 705										Valores em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	13.058.580,87	713.807,76	1.215.187,71	368.195,15	884.548,92	1.866293,98	0,00	87.471,65	910.999,67	19.105.085,71
	2011	13.279.319,09	0,00	1.223.698,57	393.850,08	743.733,38	2.100.102,99	0,00	0,00	499.168,32	18.240.385,43
	2010	13.071.868,79	0,00	1.196.224,70	405.966,03	2.543.375,92	1.634.682,13	0,00	21549,71	334.309,94	19.207.977,22
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	17.708,04	0,00	1.533,73	0,00	2.032,87	0,00	0,00	0,00	0,00	21.274,64
	2011	17.708,04	0,00	1.533,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.241,77
	2010	12.259,38	0,00	1.533,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.793,11
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	2012	0,00	50.777,28	0,00	0,00	2.298,81	0,00	0,00	0,00	0,00	545.192,60
	2011	0,00	373.346,03	0,00	0,00	113.386,05	0,00	0,00	0,00	0,00	486.732,08
	2010	0,00	370.051,62	0,00	0,00	175.140,98	0,00	0,00	0,00	0,00	545.192,60
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	0,00	10.104,24	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	10.104,2
	2011	0,00	373.346,03	0,00	0,00	113.386,05	0,00	0,00	0,00	0,00	486,732,08
	2010	0,00	370.051,62	0,00	0,00	175.140,98	0,00	0,00	0,00	0,00	545.192,60
Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.											

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro

SR.14/AC – UPAG 705

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1.Integral	58	15
1.1 Voluntária	46	12
1.2 Compulsória	7	3
1.3 Invalidez Permanente	5	0
1.4 Outras	0	0
2.Proporcional	29	0
2.1 Voluntária	26	0
2.2 Compulsória	3	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3.Totais (1+2)	87	15

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12

SR.14/AC – UPAG 705

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1.Aposentado	29	1
1.1.Integral	27	1
1.2.Proporcional	2	0
2. Em Atividade	22	0
3.Total (1+2)	51	1

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Somente dos candidatos egressos de concurso público, no ato da posse, é exigida a informação, a termo, quanto a acumulação de cargos, funções e empregos públicos. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEF/MP, efetuam cruzamento de dados e constatarem a acumulação indevida de servidor desta autarquia as providências visando sanar a irregularidade é imediatamente adotada, nos termos do artigo 133 e seguintes da Lei nº 8.112/90.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou SEGEF/MP.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Resposta no item anterior.

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	15	8	15	8
Concessão de pensão civil	2	1	2	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	3		2	
Totais	20	9	19	9

Fonte: SIAPE

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	3	10	1	1
Concessão de pensão civil	0	2	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	1	1	1
Total	3	13	2	2
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	8	3	7	1
Concessão de pensão civil	0	1	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	8	4	7	1

Fonte: SIAPE

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Na UJ é utilizado, atualmente, ferramenta para controlar somente as aposentadorias versus reposição do quadro. Por intermédio de planilhas com dados dos servidores é possível extrair informações importantes como idade da força de trabalho, quantitativo de servidores com requisitos para aposentação, quantitativo de servidores por cargo/função, etc. Embora as contratações de novos servidores sejam responsabilidade do órgão central, essas informações nos permite adequar o quadro de servidores às necessidades da UJ.

Algumas avaliações, instituídas por Lei e aplicadas na UJ, são referências para mensurar o nível de desempenho dos servidores: as avaliações dos servidores para aptidão do estágio probatório, a avaliação para fins de progressão funcional, para os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo, e a avaliação de desempenho para fins de concessão de gratificação.

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 -Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.

SR.14/AC UPAG 705

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

SR.14/AC – UPAG 705

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados SR.14/AC – UPAG 705

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre – SR 14 /AC													
UG/Gestão: 373015							CNPJ: 00.375.972/0017-28						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	(L)	(O)	CRT/AC/11.000/12	01.413.227/0001-21	30/05/2012	29/05/2013	22	22	-	-	-	-	(A)
2011	(V)	(O)	CRT/AC/10.000/11	17.219.353/0001-80	31/05/2012	30/05/2013	-	-	8	8	-	-	(P)
2011	(V)	(O)	CRT/AC/9.000/11	02.764.609/0001-62	31/05/2012	30/05/2013	-	-	13	13	-	-	(P)
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SR.14/A

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SR 14 /AC													
UG/Gestão: 373015					CNPJ: 00.375.972/0017-28								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	3	(O)	CRT/AC/16.000/10	07.533.627/0001-57	16/08/2012	15/08/2013	-	-	2	2	-	-	(P)
2012	5	(O)	CRT/AC/9.000/12	04.517.645/0001-57	18/09/2012	17/09/2013	-	-	2	2	-	-	(A)
2012	4	(O)	CRT/AC/9.000/12	04.517.645/0001-57	18/09/2012	17/09/2013	-	-	1	1	-	-	(A)
2012	5	(O)	CRT/AC/10.000/12	13.637.847/0001-23	18/09/2012	17/09/2013	-	-	1	1	-	-	(A)
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1.Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5.Recepção;													
6.Reprografia;													
7.Telecomunicações;													
8.Manutenção de bens móveis													
9.Manutenção de bens imóveis													
10.Brigadistas													
11.Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12.Outras													

Fonte: SR.14/A

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários
SR-14/AC UPAG 705**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	3	3	62.056,38
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	3	3	3	3	62.056,38
2. Nível Médio	3	3	3	3	33.414,97
2.1 Área Fim	2	2	2	2	22.276,65
2.2 Área Meio	1	1	1	1	11.138,32
3. Total (1+2)	6	6	6	6	95.471,35

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

7 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Esta UG conta com frota de veículos própria para auxiliar no desempenho de suas atividades, que é representada, em quase sua totalidade, por serviços de campo que demandam viagens para a zona rural do Estado durante o ano todo. A legislação norteadora das ações de utilização dos veículos desta Regional abrange a Lei Nº 1.081, de 13 de abril de 1950, o Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008 e a Instrução Normativa Nº 03, de 15 de maio de 2008. A frota de veículos da Superintendência é composta de 43 veículos, com idade média de oito anos, distribuídos na Sede, nas Unidades Avançadas e nos Escritórios desta Regional, conforme tabela abaixo:

Tabela 44 – Distribuição de Veículos

Nº de Ord.	Modelo	Placa	Localização	Utilização
01	L-200	MZW 4763	Sede	Serviços Comuns
02	L-200	MZW 6987	Sede	Serviços Comuns
03	L-200	MZW 9767	Sede	Serviços Comuns
04	L-200	MZU 8081	Sede	Serviços Comuns
05	L-200	MZU 4193	Sede	Serviços Comuns
06	L-200	MZU 4213	Sede	Serviços Comuns
07	L-200	MZU 4173	Sede	Serviços Comuns
08	L-200	MZO 6453	Sede	Serviços Comuns
09	L-200	NXS 4140	Sede	Serviços Comuns
10	L-200	NXS 4160	Sede	Serviços Comuns
11	RANGER	MZS 7967	Sede	Serviços Comuns
12	RANGER	MZY 6027	Sede	Serviços Comuns
13	RANGER	MZR 6037	Sede	Serviços Comuns
14	RANGER	MZY 6047	Sede	Serviços Comuns
15	RANGER	MZY 6057	Sede	Serviços Comuns
16	RANGER	MZY 6067	Sede	Serviços Comuns
17	RANGER	MZY 6077	Sede	Serviços Comuns
18	RANGER	MZY6037	Sede	Serviços Comuns
19	GOL	MZT 3551	Sede	Serviços Comuns
20	GOL	MZT 3571	Sede	Serviços Comuns
21	GOL	MZT 3561	Sede	Serviços Comuns
22	PÁLIO	MZY 6617	Sede	Serviços Comuns
23	PÁLIO	MZY 2581	Sede	Serviços Comuns
24	CMINHÃO ³ / ₄	MZN 1760	Sede	Serviços Comuns
25	L-200 4X4	MZW 9894	UA Alto Juruá	Serviços Comuns
26	L-200 4X4	MZW 9423	UA Alto Juruá	Serviços Comuns
27	L-200 4X4	MZW 1543	UA Alto Juruá	Serviços Comuns
28	L-200 4X4	MZW 4153	UA Alto Juruá	Serviços Comuns
29	L-200 4X4	MZU 4253	UA Alto Juruá	Serviços Comuns
30	TOYOTA JEEP	MZN9804	UA Alto Juruá	Serviços Comuns

31	FIAT PÁLIO	MZV 3454	UA Alto Juruá	Serviços Comuns
32	CAMINHÃO ¾	MZO4210	UA Alto Juruá	Serviços Comuns
33	L-200	MZT 9753	UA Brasileia	Serviços Comuns
34	L-200	MZW 6583	UA Brasília	Serviços Comuns
35	TOYOTA JEEP	MZT 4910	UA Brasília	Serviços Comuns
36	TOYOTA JEEP	MZN 8904	UA Alto Purus	Serviços Comuns
37	TOYOTA JEEP	MZN 9114	UA Alto Purus	Serviços Comuns
38	PALIO	MZY 6917	UA Alto Purus	Serviços Comuns
39	L-200	MZW 8508	Escritório Tarauacá	Serviços Comuns
40	TOYOTA JEEP	MZN 9714	Escritório Tarauacá	Serviços Comuns
41	L-200	MZY 6739	Escritório Feijó	Serviços Comuns
42	TOYOTA JEEP	MZN 8994	Escritório Feijó	Serviços Comuns

Fonte: SR.14/A

Tabela 45 – Custo de Manutenção da Frota

Custo	Gasto Anual (R\$)
Lavagem	18.499,75
Manutenção Pneus	4.530,22
Licenciamento	13.342,15
Manutenção Geral	407.595,79
Combustível	231.322,56
Total	675.290,47

Fonte: SR.14/A

O Plano Anual de Aquisição de Veículos do exercício foi encaminhado, à Sede desta autarquia, na data de 30 de abril de 2012, solicitando 10 veículos tipo pickup e dois tipo caminhão, mas não houve disponibilização de veículos no quantitativo solicitado, sendo disponibilizado apenas dois veículos tipo pickup.

O fator determinante para a não terceirização da frota de veículos por esta UJ é o considerável quadro de servidores no cargo de Motorista (20 servidores), além do fato das aquisições de veículos serem realizados pela Sede deste Órgão e distribuídos para as Superintendências.

Os controles de gestão dos serviços de transporte na UJ são:

- Requisição de Viatura (VR)
- Movimentação de Viatura (MV)
- Controle Mensal de Veículos (CMV)
- Demonstrativo de Custos por Veículo (DCV)
- Requisição de Combustível: Documento utilizado para liberação de combustível junto às empresas contratadas;
- Requisição de Lavagem: Documento utilizado para liberação de lavagem dos veículos juntos às empresas contratadas; Controle de Gastos com a Frota: Planilhas que controlam os gastos mensais do setor de Transporte.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	ACRE	19	17
	Rio Branco	17	16
	Sena Madureira	1	1
	Plácido De Castro	1	0
Subtotal Brasil		19	17
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		19	17

Fonte: SPIUnet Dez/2012 e Ficha de Cadastro de Imóveis da Superintendência

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	ACRE	2	2
	Tarauacá	1	1
	Feijó	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUnet Dez/2012 e Ficha de Cadastro de Imóveis da Superintendência

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373015	0139.00100.500.8	15	3	0,01	18/10/12	161.527,34	0,00	0,00
373015	0139.00101.500.3	15	3	0,01	18/10/12	146.551,23	0,00	0,00
373015	0139.00099.500.4	15	3	0,01	18/10/12	105.094,54	0,00	0,00
373015	0139.00088.500.4	15	2	0,01	18/10/12	231.990,07	0,00	0,00
373015	0139.00090.500.5	15	3	0,01	18/10/12	166.805,85	0,00	0,00
373015	0139.00089.500.0	15	3	0,01	18/10/12	61.094,19	0,00	0,00
373015	0139.00093.500.1	15	3	0,01	18/10/12	113.044,19	0,00	0,00
373015	0139.00103.500.4	15	3	0,01	18/10/12	93.797,97	0,00	0,00
373015	0139.00098.500.9	15	4	0,01	18/10/12	107.835,57	0,00	0,00
373015	0139.00094.500.7	15	4	0,01	18/10/12	91.985,65	0,00	0,00
373015	0139.00102.500.9	15	3	0,01	18/10/12	108.073,49	0,00	0,00
373015	0139.00096.500.8	15	4	0,01	18/10/12	143.036,94	0,00	0,00
373015	0139.00086.500.3	15	4	0,01	18/10/12	102.361,73	0,00	0,00
373015	0139.00087.500.9	15	4	0,01	18/10/12	172.788,41	0,00	0,00
373015	0139.00085.500.8	15	4	0,01	18/10/12	76.768,86	0,00	0,00
373015	0139.00091.500.0	15	3	0,01	18/10/12	3.543.078,68	949.623,31	0,00
373016	0145.00020.500.8	15	3	0,01	15/03/13	680.600,66	0,00	0,00
373015	0139.00355.500.5	15	3	0,01	17/10/12	11.799.240,00	0,00	0,00
373015	0151.00062.500.1	15	3	0,01	17/10/12	55.946,28	0,00	0,00
Total							949.623,31	0,00
Fonte: SPIUnet Dez/2012 e Ficha de Cadastro de Imóveis da Superintendência								

7.2.4 Análise Crítica

No exercício de 2012 dois imóveis que não estavam registrados no sistema SPIUnet, foram cadastrados no patrimônio da Superintendência que somou, no exercício, dezenove imóveis sob sua jurisdição, distribuídos da seguinte forma: Rio Branco – 17 imóveis; Sena Madureira – 1 imóvel e Plácido de Castro – 1 imóvel. Dos imóveis localizados na capital, 15 são utilizados como Unidade Residencial por servidores da SR.14/AC.

Existem três Unidades Avançadas do INCRA nos municípios de Sena Madureira, Brasília e Cruzeiro do Sul, sendo que somente o imóvel da Unidade Avançada de Sena Madureira é de propriedade da União e está sob jurisdição da SR.

Além das Unidades Avançadas, continuam existindo dois escritórios representativos da Instituição nos municípios de Tarauacá e Feijó, cujos imóveis são locados de terceiros pela Superintendência.

Desde o exercício de 2011 os blocos que compõem o complexo administrativo da Regional passam por reformas. Do montante total da obra foram gastos no exercício de 2012 o valor de R\$ 949.623,31(novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e um centavos).

Não ocorreram despesas com manutenção dos imóveis no exercício.

8 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação – TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliar-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

Informamos que este núcleo de tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governanças e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão de Informação – DET – na Sede do Incra em Brasília.

9 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1.A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
•Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2.Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
•Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6.No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
•Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7.No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()			Não (X)	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X

•Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
1- A UJ tem incluído em suas licitações uma seção dedicada ao cumprimento de critérios de sustentabilidade, denominada de seção da SUSTENTABILIDADE. Nesse tópico é solicitado das empresas que com base nas normas da ABNT NBR e da IN nº 01 de Janeiro de 2010, que dada ênfase ao destino e descarte de matérias primas, destinação de resíduos e reciclagem.					
2- Nos últimos 5 anos, a unidade tem promovido a aquisição de materiais com maior conteúdo de recicláveis a exemplo de papéis recicláveis.					
3- Editais licitatórios têm sido produzidos e lançados na sua integridade com a condição de contemplar produtos ambientalmente sustentáveis, não poluidores e que não apresente em sua composição resíduos químicos que causem danos ou impactam o meio ambiente, além de recomendações quanto a manipulação de produtos.					
4- Os contratos realizados pelo INCRA estão exigindo nos editais que a contratada apresente licenças ambientais pertinentes, medidas mitigatórias de impacto na maioria das licitações.					
5- A UJ adquiriu o material de construção com as especificações de economia conforme os editais publicados no exercício de 2012.					
6- Foram adquiridos papéis reciclados pela UJ, para ampla utilização em todos os setores da Instituição.					
7- O recurso empenhado para tal fim não está na governança desta unidade.					
9-A UJ tem uma equipe que trabalha na elaboração de editais licitatórios e foram treinados para estabelecer nos mesmos as condicionantes para bens/produtos com vistas ao atendimento da parte dos fornecedores quanto as especificações de durabilidade e qualidade dos produtos a serem entregues.					
10- Esse quesito está sendo usado na sua totalidade, no âmbito da UJ, onde foi elaborado um Termo de Referência utilizado para contratação de obras de engenharia por meio do qual estabelecem os seguintes requisitos importantes a serem cumpridos: Segurança; Ausência de impacto ambiental danoso; Funcionalidade e adequação ao uso; Correto uso dos serviços públicos (água, esgoto, coleta de lixo, energia e transporte); Economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra; Economia na aplicação de equipamentos que consumam energia elétrica; Facilidade na execução, conservação e operação; Possibilidade de emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes na região;					
11- A UJ disponibilizou lixeiras plásticas para coletas de resíduos recicláveis em todas as suas dependências.					
12- Distribuição de folders, e cartazes incentivando a adoção de práticas individuais que visam a redução do consumo de água e energia elétrica.					
13- Houve treinamentos com a participação de servidores nessa questão. A UJ está fase adiantada de preparação de material para ampliar e multiplicar essa ação educativa.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Esta UJ busca, da melhor forma possível, evitar o desperdício de seus insumos, mas não dispõe de política de estímulo ao uso racional de papel, energia e água. Busca-se sempre a otimização do uso desses materiais, mas não existe uma orientação formal para tal.

Esperamos nesse exercício de 2013 implantar campanha de conscientização de uso racional dos recursos disponíveis de trabalho, tais como energia, telefone, água, papel, tóner, etc.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
-			-	-		
-			-	-		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.500 Resmas	1.500 Resmas	900 Resmas	R\$ 21.750,00	R\$ 20.475,00	R\$ 8.590,50
Água	840 m3	864 m3	954 m3	R\$ 4.647,88	R\$ 3.330,36	R\$ 3.481,00
Energia Elétrica	631.833 KW	606.873 KW	559.753 KW	R\$ 576.871,90	R\$ 500.738,26	R\$ 423.500,37
			Total	R\$ 603.269,78	R\$ 524.543,62	R\$ 435.571,87

Fonte: SR.14/A

10 Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 1.1.1.1 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
2	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 2.1.1.1 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
3	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 2.1.1.1 Recomendação n° 2	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
4	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 2.1.1.2 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
5	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 2.1.1.2 Recomendação n° 2	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
6	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 2.1.1.3 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
7	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 2.2.1.1 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
8	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 2.2.1.1 Recomendação n° 2	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
9	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.1.1 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
10	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.2.1 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
11	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.2.1 Recomendação n° 2	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
12	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.2.1 Recomendação n° 3	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
13	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.2.1 Recomendação n° 4	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
14	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.4.1 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
15	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.4.2 Recomendação n° 1	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
16	Relatório de Auditoria de Contas N° 201203467	Constatação n° 5.1.4.2 Recomendação n° 2	Ofício n°.18826/2012/CGU-Regional/AC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Acre			4039
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1 da Constatação 1.1.1.1: Implantar mecanismos adequados de controles internos na Unidade, Promovendo cursos de capacitação para os servidores e conscientizando sobre a importância dos controles para as ações da instituição, de forma a mitigar as impropriedades observadas na gestão.			
Recomendação 1 da Constatação 2.1.1.1: Adotar providência efetivas para a redução de convênios na situação” aprovar”, concluindo a análise dos processos com prestações de contas apresentadas.			
Recomendação 2 da Constatação 2.1.1.1: Estruturar o setor da Autarquia responsável pela análise e acompanhamento das transferências voluntárias com servidores capacitados para a análise técnicas e financeira das prestações de contas, de forma a evita o atraso na entrega das análises sobre a plena execução dos objetos conveniados e o descumprimento dos prazos estipulados nos normativos em vigor.			

Recomendação 1 da Constatação 2.1.1.2: Finalizar a análise das prestações de contas de convênios com situação “ a aprovar ”, a fim de tomar as providências cabíveis para regularização de pendências ou reparação de danos, bem como a adoção de medidas necessárias à instauração de tomada de Contas Especial.	
Recomendação 2 da Constatação 2.1.1.2: Estruturar a setor da Autarquia responsáveis pela análise e acompanhamento das transferências voluntária com servidores capacitados para a análise técnica e financeira das prestações de contas, de forma a detectar situações e adotar providência relativas às transferências voluntárias concedidas que exijam instauração de tomada de contas Especial.	
Recomendação 1 da Constatação 2.1.1.3: Implementar cronograma afetivo de acompanhamento in loco da execução de convênios envolvendo recursos federais, observando o cumprimento das etapas fixadas nos respectivos planos de trabalhos e a regular utilização dos recursos públicos.	
Recomendação 1 da Constatação 2.2.1.1: Disponibilizar no Integrado de Administração de serviços Gerais - SIASG informações referentes aos contratos pela Unidade Jurisdicionada.	
Recomendação 2 da Constatação 2.2.1.1: Instituir rotinas de verificação dos registro dispo niveis no sistema Integral de Administração de Serviços Gerais – SIASG a fim de confirma se as informações referentes aos contratos firmados pela Unidade Jurisdicionada estão devidamente e atualizadas no sistema.	
Recomendação 1 da Constatação 5.1.1.1: Desenvolver controles internos administrativos que garantam a utilização do CPGF conforme a legislação vigente, especialmente no tocante à vedação da utilização do cartão na modalidade de saque fora das exceções permitidas.	
Recomendação 1 da Constatação 5.1.2.1: Aprimorar os controles internos administrativos com vista a permitir a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIU net.	
Recomendação 2 da Constatação 5.1.2.1: Providenciar a utilização da avaliação dos imóveis de RIP 13900355005 e 151000625001.	
Recomendação 3 da Constatação 5.1.2.1: Providencia o devido cadastramento no SPIU net dos bens de uso especial locados de terceiros utilizados pela UJ.	
Recomendação 4 da Constatação 5.1.2.1: Regularizar saldos de contas no SIAFI de Imóveis de Uso Especial sem RIP, ou seja, não registrado no SPIU net.	
Recomendação 1 da Constatação 5.1.4.1: Providencia orientação aos servidores com o intuito de, quando da realização de processos licitatórios, incluindo os atos relativos a dispensas e inexigibilidades de licitação, observar a Lei 8.666/93 e demais legislação pertinentes no que se refere à adequada estimativa do valor de referência das licitações e valores a serem contratados em dispensas e inexigibilidades, bem como a correta instrução dos processos.	
Recomendação 1 da Constatação 5.1.4.2: Adotar práticas sustentáveis, respeitando a legislação pertinente na separação de resíduos recicláveis descartados e na conscientização da força de trabalho.	
Recomendação 2 da Constatação 5.1.4.2: Constituir comissão de coleta seletiva visando implantar e supervisionar a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de matérias recicláveis.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Acre	4039
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação 1 da Constatação 1.1.1.1: Objetivando a melhoria dos mecanismos de controle internos, a Superintendência promoveu cursos de capacitação especificamente na área de operacionalização de crédito instalação e instrução processual. Em novembro do ano em curso será realizada a capacitação sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.	
Recomendação 1 da Constatação 2.1.1.1: Sempre em conformidade com as orientações dessa Controladoria Regional, solicitamos apoio da Direção Nacional do INCRA, visando disponibilizar servidores com experiência em análise financeira/contábil, objetivando com isso dar maior celeridade e aprovação de alguns convênios de exercícios anteriores. Entretanto, em razão do contingenciamento que culminou com os limites impostos para concessão de diárias e passagens, e ainda, combinado com as recomendações contidas na Portaria/INCRA/P nº 167/2012 (vide cópia anexa), não foi mais possível a convocação de servidores da Sede para auxiliar nos trabalhos de análise. A partir daí, voltamos a contar tão somente com o único servidor com experiência em análise financeira/contábil de prestação de contas de convênios. Tendo sido estabelecido cronograma (cópia anexa) de análise dos 5 (cinco) últimos convênios pendentes, sob a égide da IN/STN/Nº 01/1997, sendo que destes 2 (dois) já foram analisados e aprovados, cujos registros encontram-se atualizados no SIAFI, quais sejam: SIAFI nº 601814 E SIAFI nº 601779. Para os demais a meta é promover a regularização até o final deste ano, conforme o estabelecido no parágrafo único, do art.4º, da Portaria nº 167/2012, que estabelece “para as Unidades Gestoras co até 12 (doze) convênios vencidos na situação de “A APROVAR” deverão eliminar o estoque no exercício de 2012”, cópia anexa. Com relação ao Convênio SIAFI nº 514836, informamos que a prestação de contas final foi analisada sob os aspectos técnico e financeiro, aguardando	

manifestação do Tribunal de Contas da União. Não podemos deixar de ressaltar que a greve que aconteceu nesta Superintendência Regional durante os meses de junho a agosto de 2012 contribuiu significativamente para o atraso das análises desses convênios vencidos.
Recomendação 2 da Constatação 2.1.1.1: Considerando que os convênios celebrados e em execução encontram-se incluídos no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, programas para o período de 27 a 28 de novembro de 2012 a capacitação dos servidores envolvidos nos referidos convênios, de acordo com a documentação comprobatória anexa. Mesmo sendo assunto recorrente e confirmado por essa Controladoria Regional, quando de suas auditorias, esta Instituição necessita de mão de obra especializada, no caso específico das análises financeira/contábil, de servidores na categoria de contador, onde atualmente tem no seu quadro de pessoa apenas 1 (um) servidor, apesar, de seu esforço, resulta no atraso contumaz das respectivas análises.
Recomendação 1 da Constatação 2.1.1.2: A Recomendação 1 da Constatação 2.1.1.1 contempla a resposta da presente solicitação.
Recomendação 2 da Constatação 2.1.1.2: A Recomendação 2 da Constatação 2.1.1.1 contempla a resposta da presente solicitação.
Recomendação 1 da Constatação 2.1.1.3: Como medida saneadora, informamos que consta no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV agendamento de vistoria/fiscalização do referido convênio realizado pelo próprio servidor, fiscal do convênio (vide documento anexo). Esse agendamento será gradativamente atualizado na medida em que os serviços/obras ocorrerem.
Recomendação 1 Constatação 2.2.1.1: Todos os contratos desta UG estão registrados no sistema SIASG, com todas as informações disponibilizadas. Ocorre que, conforme contato verbal com a sede deste órgão, nos foi informado que a visualização destas informações não está disponível por problemas técnicos do sistema e que está em curso um trabalho para solucionar este problema o mais breve possível.
Recomendação 2 Constatação 2.2.1.1: Esta Regional, preocupada com o controle de seus contratos, elaborou planilha de controle de prazos de seus contratos vigentes e orientou o responsável pelos lançamentos no sistema a conferir se os mesmos estavam devidamente registrados e atualizá-los quando necessário.
Recomendação 1 Constatação 5.1.1.1: Esta superintendência está atenta ao cumprimento do contido no Decreto 6.370/08, não permitindo a utilização dos cartões de pagamento, na modalidade “saque”, além do limite permitido.
Recomendação 1 Constatação 5.1.2.1: Todos os bens imóveis sob responsabilidade desta Regional estão cadastradas e atualizadas no sistema SPIUnet;
Recomendação 2 Constatação 5.1.2.1: Os imóveis de RIP 139003555005 e 151000625001 tiveram sua avaliação atualizada;
Recomendação 3 Constatação 5.1.2.1: Após contato com a Secretaria de Patrimônio da União, verificou-se que a partir do exercício de 2012 os imóveis locados por órgãos públicos federais deverão ser cadastrados no sistema SPIUnet. Desta forma, estamos buscando orientações de como proceder para inserção dos dados no sistema até o final do mês de novembro/2012.
Recomendação 4 Constatação 5.1.2.1: Os lançamentos no sistema SIAFI estão sendo realizados com previsão de conclusão até o final deste exercício.
Recomendação 1 Constatação 5.1.4.1: Estão sendo observados todos os procedimentos inerentes a legislação pertinente, inclusive quanto as estimativas de valores de referência e a correspondente instrução processual.
Recomendação 1 Constatação 5.1.4.2: Está sendo realizada pesquisa de preço para aquisição de kits de coleta seletiva, com previsão de aquisição no mês de novembro/2012.
Recomendação 2 Constatação 5.1.4.2: Já existe comissão instituída nesta Superintendência. Precisamos, tão somente, verificar junto a instituições de reciclagem, sejam públicas ou privadas, quanto a destinação deste material.
Síntese dos Resultados Obtidos
Todas as recomendações foram prontamente atendidas.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Fato recorrente que mais uma vez deve ser explicitado é a carência de servidores capacitados para agilizarem o cumprimento de algumas atividades da UJ. Com as nomeações ocorridas no exercício de 2013 esperamos solucionar esse problema.

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Superintendência Regional não possui em sua estrutura organizacional auditoria interna sendo esta sediada em Brasília.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	8	18	253
	Entregaram a DBR	8	18	253
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Controle da SR.14/A1

10.4 Análise crítica

Todos os servidores da Superintendência, sejam efetivos, sem vínculo ou em exercício descentralizado, desde o ano de 2008, optaram, por intermédio de assinatura de autorização de acesso, pela disponibilidade de sua Declaração Anual de Imposto de Renda, para possíveis consultas, diretamente na base de dados da Receita Federal, estando os mesmos desobrigados a apresentá-la em papel impresso.

Desta forma todos estão em dia com o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730/93 e demais legislações.

10.5 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.5.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6. – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>Sebastião da Silva</u>, CPF nº 047.629.242-53, <u>Chefe do Serviço de Administração e Serviços Gerais</u>, exercido na <u>Superintendência Regional do INCRA no Acre</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Rio Branco-AC, 27 de março de 2013. <u>Sebastião da Silva</u> <u>CPF: 0147.629.242-53</u> <u>(Chefe do Serviço de Administração e Serviços Gerais)</u>

DECLARAÇÃO Eu, <u>(gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas)</u>, CPF nº _____, <u>(cargo ocupado pelo responsável)</u>, exercido na <u>(nome da unidade responsável)</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, ____ de ____ de 2013. <u>(Nome do Gestor)</u> <u>(CPF)</u> <u>(Cargo/Unidade Jurisdicionada)</u>

Observação: Tendo em vista que apenas parte dos servidores que acessam ao SICONV receberam treinamento para lidar com o sistema, as informações dos convênios celebrados ainda encontram-se parcialmente desatualizadas.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica os dispositivos da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em razão dos procedimentos adotados nesta UJ seguirem o estabelecido na macrofunção SIAFI – ASSUNTO 020330 – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ACRE		373015	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Situação Patrimonial..... b)..... Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio Branco-Acre	Data	28/03/2013
Contador Responsável	Sebastião Damasceno Ramos	CRC nº	AC-000679/O-1

A ressalva no relatório contábil refere-se as Contas Patrimoniais de Almoxarifado -113.180.100- e de Bens móveis-Estoque interno-142.129.201- (que como é do conhecimento desta

SR.14/AC) apresenta divergências, primeiramente em face da desatualização de informações proporcionada pelo atraso da remessa dos CME's a este setor de contabilidade, em seguida, pela morosidade na análise dos processos de cessão de bens (no caso das patrulhas mecanizadas doadas ao Estado e às Prefeituras, dos bens que foram adquiridos para as casas de farinhas do Programa Terra Sol, etc) bem como o processo de doação dos bens inservíveis para esta Administração, mas que poderá ter algum aproveitamento para quem interessar possa.

Outrossim, informo que mesmo com esta dificuldade, este setor juntamente com o setor de patrimônio já estão trabalhando nesta regularização, como poderá ser verificado pelo saldo existente em fim de 2012 comparativamente ao saldo existente na atualidade.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

O Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada.

12 Outras Informações Sobre a Gestão

Para a composição do presente item foi coletado informações consideradas relevantes e que não estão contempladas nos itens e subitens anteriores.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Superintendência Regional no Estado do Acre.

12.1.1 Documentação da Trabalhadora Rural

A Ação da **Documentação da Trabalhadora Rural faz parte do Programa Nacional Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres**, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tem como objetivo assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

O Programa é coordenado no Estado pela Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Superintendência Regional do INCRA. Desde que foi implementado no Acre, vem exercendo uma função especial para cidadania do povo acreano. Uma evidência concreta dos resultados é que muitos cidadãos tiveram seus registros reconhecidos, pois, até então nem eram considerados brasileiros juridicamente por falta de documentação pessoal.

É importante salientar que ação não atende apenas assentados rurais e mulheres, mas qualquer pessoa, independentemente de sexo, que busque o serviço durante a realização de mutirões, que é a forma utilizada no desenvolvimento da ação no Acre. Também, é importante destacar que a mesma pessoa pode ser atendida por mais de um tipo de documento, sendo assim não se pode fazer relação direta entre o número de documentos emitidos e o número de pessoas atendidas.

No Acre, no exercício de 2012, a Superintendência do INCRA colaborou com a execução de 8 mutirões que aconteceram nos municípios de Assis Brasil, Brasileia, Sena Madureira, Epitaciolândia, Acrelândia (PA Santo Antônio do Peixoto), Senador Guiomard, Marechal Thaumaturgo e Porto Valter, onde foram atendidas cerca de três mil, quatrocentas e oitenta e três (3.483) pessoas, com emissão de 5.256 mil documentos, como Registros de Nascimento, Carteiras de Identidade (RG), CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social, além de outros relacionados ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Os dados apresentados na tabela a seguir demonstra os quantitativos de documentos expedidos durante os mutirões, por município, cujo público-alvo foi formado basicamente por assentados da reforma agrária, agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, índios e outros trabalhadores rurais.

Tabela 46 – Documentos emitidos pelo PNDTR em 2012.

Tipo de Docs*.	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Púb./Géner		Totais
	Mutirão	Mutirão	Mutirão	Mutirão	Mutirão	Mutirão	Mutirão	Mutirão			
	Municípios Atendidos								Fem.	Masc.	
	Assis Brasil	Brasileia	S. Madureira	Epitaciolândia	Acrelândia	S. Guimard	M. Thaumaturgo	P. Walter			
RN	5	14	0	0	0	0	17	2	20	18	38
RG	556	282	44	125	84	123	626	474	1093	1221	2314
CPF	288	93	29	75	70	125	419	307	666	740	1406
CTPS	272	135	28	47	52	40	563	246	654	729	1383
INSS	0	5	0	0	0	0	79	31	104	11	115
RP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	1.121	529	101	247	206	288	1.704	1.060	2.537	2.719	5.256

*RN: Registro de Nascimento; RG: Registro Geral; CPF: Cadastro de Pessoa Física; CTPS: Carteira de Trabalho Previdência Social; INSS: Instituto Nacional de Seguridade social (documentos diversos); RP: Registro de Pescadora.

Além disso, foram realizados outros serviços relacionados a tiragem de 4.490 fotocópias aos atendidos, 2.354 fotografias, realizados 172 casamentos, 01 certidão de óbito e mais 117 consultas médicas, isto considerando todos os mutirões.

Segue informações das comunidades atendidas nos mutirões realizados pelo PNDTR em 2012.

Tabela 47 – Municípios e comunidades atendidas pelo PNDTR em 2012.

Municípios	Comunidades Atendidas
Assis Brasil	Reserva Extrativista Chico Mendes
Brasileia	PAD Quixadá, PAE Santa Quitéria E polo Agroflorestal de Brasileia
Sena Madureira	Reserva Extrativista Cazumba/Iracema
Epitaciolândia	PAE Porto Rico (Comunidades Prata, São Cristóvão, São Domingos e Cotunduba)
Acrelândia	Pa Santo Antônio do Peixoto, PA São João do Balanceio E PAE Porto Dias
Senador Guimard	PDS Bonal
Marechal Thaumaturgo	PA Amônia e Resex Alto Juruá
Porto Walter	Resex Alto Juruá, PAE Cruzeiro do Vale, PA Vitória, PDS Minas e PDS Natal

Fonte: PNDTR- SR.14/AC

b) Diante da edição do Decreto nº 3297, de 26/02/2012, publicado no Diário Oficial do Estado nº 10745, do dia 28 subsequente, em que declara situação anormal, caracterizada como Estado de Calamidade Pública no município de Rio Branco, nas áreas atingidas pela enchente do Rio Acre, devidamente reconhecido pela Portaria nº 66, de 28/02/12, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, publicada no diário Oficial da União nº 41, de 29 subsequente, foram adquiridas duas mil cestas básicas para atender as famílias necessitadas de projetos de assentamentos do INCRA/AC localizados em municípios do Estado do Acre também atingidos direta ou indiretamente por essa intempérie natural.

c) Considerando o Acórdão nº 3148/2012 – TCU – 2ª Câmara, de 08 de maio de 2012, encaminhamos abaixo informações relativas a decisão judicial exarada nos autos da ação civil pública objeto do processo 7265-60.2010.4.01.3000, que determinou a conclusão dos processos

administrativos relativos à exclusão dos projetos de assentamentos do INCRA/AC de todos os servidores públicos que constassem ilegalmente como beneficiários da reforma agrária, mas ainda não possuísem o título definitivo de propriedade.

Tabela 48 – Relação dos beneficiários do PNRA não titulados identificados com inconsistência de elegibilidade em função de vínculo empregatício com o Serviço Público Federal – Objeto da decisão judicial exara nos autos da ação civil pública objeto do processo 7265 – 60.2010.4.01.300.

Ord	Cód. do P.A	Nome do Projeto de Assentamento	Nº. do Processo Administrativo do Beneficiário	Cód. do Beneficiário	Nome do Beneficiário	CPF do Beneficiário	Motivo da Inconsistência Identificada	Resultado das Medidas Adotadas	Justificativa Para Não Exclusão
01	AC0027000	PA Benfica	54260.000307/2012-11	AC002700000700	Abelardo de Melo Gaspar	02001896204	Servidor Federal	Excluído	-
02	AC0058000	PA Taquari	54262.000083/2000-93	AC005800000044	Adalberto da Silva Galvão	16444124204	Servidor Federal	Excluído	-
03	AC0009000	PAD Santa Luzia	21563.000105/89-03	AC000900000798	Adão Soares da Silva	30793742234	Servidor Federal	Excluído	-
04	AC0052000	PA Tocantins	54260.001943/2006-11	AC005200000895	Adauto Pereira da Silva	69569061200	Servidor Federal	Excluído	-
05	AC0103000	PDS Jamil Jereissati	54262.000238/2007-68	AC010300000483	Adevaldo Bezerra da Silva	32253427268	Servidor Federal	Excluído	-
06	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000192/86-65	AC000800001567	Agostinho Ferreira Barbosa	04506952200	Servidor Federal	Excluído	-
07	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000359/84-25	AC000500002940	Alberino Dias Gonçalves	08017514204	Servidor Federal	Excluído	-
08	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000126/86-31	AC000800000177	Alderi Gama Campos	01149644249	Servidor Federal	Excluído	-
09	AC0009000	PAD Santa Luzia	21563.000046/90-71	AC000900000623	Alvino Messias Abegão	01764026837	Servidor Federal	Excluído	-
10	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000019/89-73	AC000800001209	Ananias Neves da Silva	09588779200	Servidor Federal	Excluído	-
11	AC0041000	PA Caquetá	54260.000180/98-75	AC004100000517	Antônia Regiane de Melo	65404467215	Servidor Federal	Excluído	-
12	AC0027000	PA Benfica	54260.001082/2003-29	AC002700000160	Antônia Souza de Assis	23315881200	Servidor Federal	Excluído	-
13	AC0049000	PA Gal. Moreno Maia	54260.0000455/98-61	AC004900000007	Antonieta Guedes da Silva	01540092291	Servidor Federal	Excluído	-

14	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000004/90-30	AC000800001215	Antônio Alves Nogueira	01146661215	Servidor Federal	Excluído	-
15	AC0027000	PA Benfica	54260.0015602009-96	AC002700000092	Antônio Rodrigues Pedrosa	03771750210	Servidor Federal	Excluído	-
16	AC0024000	PA Sto. Antônio do Peixoto	21565.000129/87-14	AC002400000135	Ari Pires de Oliveira	34603344953	Servidor Federal	Excluído	-
17	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000176/92-65	AC000500001157	Aurizene de Souza Mendonça	30873088204	Servidor Federal	Excluído	-
18	AC0105000	PDS Porto Luiz I	54260.001275/2005-41	AC010500000342	Carlos Alexandre Batista	80797105204	Servidor Federal	Excluído	-
19	AC0027000	PA Benfica	21560.002048/99-70	AC002700000524	Cláudia Maria Borges de Oliveira Moura	23315962200	Servidor Federal	Excluído	-
20	AC0043000	PA Paraná dos Moras	54262.000073/2007-24	AC004300000682	Clinger Magalhães de Souza	60610352253	Servidor Federal	Excluído	-
21	AC0027000	PA Benfica	54260.003553/2005-03	AC002700000664	Cosme Nogueira Leite	00323608272	Servidor Federal	Excluído	-
22	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000166/93-92	AC000500004936	Danilo Ferreira Martins	01172220204	Servidor Federal	Excluído	-
23	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54272.000254/98-25	AC000500003396	Ecilio Alves Rodrigues	01541455215	Servidor Federal	Excluído	-
24	AC0045000	PAE Canary	54260.001161/97-85	AC004500000008	Edmilson Ferreira da Rocha	03772950272	Servidor Federal	Excluído	-
25	AC0006000	PAD Boa Esperança	21569.000066/79-22	AC000600002376	Edmilson Matos da Cunha	01302990225	Servidor Federal	Excluído	-
26	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54260.001431/2009-06	AC000500004081	Eládio Gomes de Carvalho	07891938253	Servidor Federal	Excluído	-
27	AC0052000	PA Tocantins	54260.002160/98-39	AC005200000043	Eleude Brandão Machado	09128735234	Servidor Federal	Excluído	-
28	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000075/96-81	AC000500000057	Elza Silva de Brito	13617486215	Servidor Federal	Excluído	-
29	AC0027000	PA Benfica	21560.000725/96-84	AC002700000268	Filomeno Paulo de Melo Júnior	03891208200	Servidor Federal	Excluído	-
30	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54272.000395/98-57	AC000500003600	Francisca de Barros	58509070253	Servidor Federal	Excluído	-
31	AC0014000	PAE Santa Quitéria	54273.000035/2008-23	AC001400000297	Francisco Almeida Ferreira	77279476287	Servidor Federal	Excluído	-

32	AC0011000	PA Figueira	21560.001159/96-64	AC001100000142	Francisco das Chagas Fernandes	05231680206	Servidor Federal	Excluído	-
33	AC0070000	PA Tupá	54273.000193/2005-31	AC007000000038	Francisco Das Chagas Gadelha	33954682249	Servidor Federal	Excluído	-
34	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000707/87-08	AC000500004408	Geraldo Félix do Amaral	05162599204	Servidor Federal	Excluído	-
35	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000197/92-35	AC000500000694	Gérson Sales de Albuquerque Lins	00565849204	Servidor Federal	Excluído	-
36	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000126/88-82	AC000500005162	Gilmar Palú	28438221904	Servidor Federal	Excluído	-
37	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000075/95-92	AC000800000058	Glorian Nobre Dantas	12888435268	Servidor Federal	Excluído	-
38	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000097/85-53	AC000800000552	Hermógenes Vieira de Moura	02053780215	Inkra	Excluído	Servidor aposentado que possui lote do PNRA. Processo encaminhado para PAD.
39	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000106/84-61	AC000800001455	Idalina Félix Pereira	03771830249	Servidor Federal	Excluído	-
40	AC0049000	PA Gal. Moreno Maia	54260.001733/98-06	AC004900000259	Inês Carmo da Silva	59489979287	Servidor Federal	Excluído	-
41	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000444/87-07	AC000500005512	Jaime Luiz Keffer	19163088215	Servidor Federal	Excluído	-
42	AC0051000	PA Santa Rosa	54261.000145/2005-81	AC005100000078	James Silva Rabelo	81472595220	Servidor Federal	Excluído	-
43	AC0031000	PA Baixa Verde	54260.001751/2005-24	AC003100000218	João Marcelino Lopes	01164392204	Servidor Federal	Excluído	-
44	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000325/85-94	AC000500001870	Joel Franco do Lago	34589023687	Outros	Excluído	-
45	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000413/83-00	AC000500002387	José Alves Vieira	00568678249	Servidor Federal	Excluído	-
46	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000021/96-52	AC000500000059	José Carvalho de Mesquita	02814137204	Servidor Federal	Excluído	-
47	AC0091000	PA Berlim Recreio	54260.001410/2002-14	AC009100000141	José Contena da Silva	07972911215	Servidor Federal	Excluído	-
48	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	41366.000168/88-22	AC000500002476	José De Oliveira Lima	09554831234	Servidor Federal	Excluído	-

49	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000350/83-00	AC000500002360	José Francisco Bernardo de Souza	04830296291	Servidor Federal	Excluído	-
50	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000015/92-26	AC000500001928	José Juaracy Jucá	01143158253	Servidor Federal	Excluído	-
51	AC0052000	PA Tocantins	54264.000050/00-99	AC005200000637	José Lourenço do Vale Neto	34385460434	Servidor Federal	Excluído	-
52	AC0006000	PAD Boa Esperança	54275.000028/98-51	AC000600001044	José Manoel Gonçalves de Oliveira	05132339204	Incra	Excluído	Processo da servidora encaminhado para PAD.
53	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54272.000035/2003-29	AC000500009037	José Paulo dos Santos Silva	51608073220	Servidor Federal	Excluído	-
54	AC0027000	PA Benfica	54260.000514/97-48	AC002700000257	José Pires da Costa	04063139204	Servidor Federal	Excluído	-
55	AC0061000	PA Alcobrás		AC006100000481	José Ricardo Freitas da Silva	18145027268	Incra	Excluído	A servidora do Incra foi casada com o Sr. Ricardo, mas quando a inconsistência foi identificada o registro do beneficiário já estava no status de eliminado e a servidora do Incra não era mais seu cônjuge do PNRA.
56	AC0028000	PA Novo Destino	54260.000361/2012-66	AC002800000095	José Ubaldo dos Santos	01184709220	Servidor Federal	Excluído	-
57	AC0041000	PA Caquetá	54260.001903/99-15	AC004100000778	Laura Cristina Santos da Silva	65411579287	Servidor Federal	Excluído	-
58	AC0067000	PCA Casulo Geraldo Fleming	54260.000035/2001-04	AC006700000016	Lázaro Soares Magalhães	59978490230	Servidor Federal	Excluído	-
59	AC0009000	PAD Santa Luzia	54262.000260/2005-46	AC000900001240	Leliane da Cruz Castro	72213655200	Servidor Federal	Excluído	-
60	AC0064000	PA Pão de Açúcar	54273.000073/2000-85	AC006400000131	Luiz de Araújo Lofe	32269919220	Servidor Federal	Excluído	-
61	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000065/92-02	AC000500000790	Luiz Félix de Moura	16477332272	Servidor Federal	Excluído	-
62	AC0024000	PA Santo Antônio do Peixoto	21565.000246/96-72	AC002400000130	Lurdes Goffi	19150377272	Servidor Federal	Excluído	-
63	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000149/92-92	AC000500001294	Lurdes Goffi	19150377272	Servidor Federal	Excluído	-

64	AC0008000	PAD Humaitá	54264.000319/84-01	AC000800001140	Manoel Bento da Silva	03071090200	Servidor Federal	Excluído	-
65	AC0062000	PA Porto Alonso	54260.000758/2007-91	AC006200000394	Manoel Gonzaga de Oliveira	02817624220	Servidor Federal	Excluído	-
66	AC0091000	PA Berlim Recreio	54265.000071/2007-13	AC009100000587	Manoel Neves do Nascimento	68130368234	Servidor Federal	Excluído	-
67	AC0031000	PA Baixa Verde	21560.001365/96-56	AC003100000056	Marciano Ferreira Ricardo	03773566204	Servidor Federal	Excluído	-
68	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000181/89-08	AC000500002214	Maria de Nazaré Lopes da Silva	01143794249	Servidor Federal	Excluído	-
69	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000069/95-90	AC000800000099	Maria do Rosário Andrade Sena	23349220215	Servidor Federal	Excluído	-
70	AC0041000	PA Caquetá	54260.000306/2012-76	AC004100000819	Maria Ester da Costa Caruta	34246940291	Servidor Federal	Excluído	-
71	AC0033000	PA Amônia	54262.000212/97-03	AC003300000192	Maria Ilma Gomes da Frota	48438588204	Servidor Federal	Excluído	-
72	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000210/91-11	AC000500003157	Maria Marta da Silva	05745969415	Incra	Excluído	-
73	AC0041000	PA Caquetá	54260.002578/98-82	AC004100000686	Maria Raimunda Cavalcante	43411010215	Servidor Federal	Excluído	-
74	AC0076000	PA Zaqueu Machado	54260.000531/2002-31	AC007600000189	Maria Rita do Nascimento de Vasconcelos	05148340215	Servidor Federal	Excluído	-
75	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54260.000414/2007-81	AC000500010070	Maria Serlene Gonçalves Vasconcelos	33995079253	Servidor Federal	Excluído	-
76	AC0049000	PA Gal. Moreno Maia	54260.001768/99-63	AC004900000363	Maria Vieira De Almeida	66173787253	Servidor Federal	Excluído	-
77	AC0105000	PDS Porto Luiz I	54260.000813/2009-12	AC010500000242	Marlene Antonina de Almeida	39556433104	Servidor Federal	Excluído	-
78	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000099/90-54	AC000500005057	Maurino Ferreira de Souza	00377805220	Servidor Federal	Excluído	-
79	AC0027000	PA Benfica	21560.001865/96-89	AC002700000420	Miguel Bichara Elias	04568362253	Servidor Federal	Excluído	-
80	AC0009000	PAD Santa Luzia	21563.000058/84-11	AC000900000753	Miguel Siqueira Lima	03765334200	Servidor Federal	Excluído	-
81	AC0009000	PAD Santa Luzia	21563.000094/89-81	AC000900000703	Moises Faustino da Rocha	02131773234	Servidor Federal	Excluído	-

82	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000564/83-73	AC000500004887	Nataniel Venâncio da Silva	07924674268	Servidor Federal	Excluído	-
83	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000045/90-17	AC000800001431	Normando de Araújo Rosas	01938185234	Servidor Federal	Excluído	-
84	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000244/91-32	AC000500004917	Odilon Henrique de Oliveira Wolter	01119311268	Servidor Federal	Excluído	-
85	AC0041000	PA Caquetá	54260.001961/97-41	AC004100000237	Olinda Constâncio da Silva	19601352287	Servidor Federal	Excluído	-
86	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000025/95-14	AC000800000229	Olivia De Melo Maia	61398357200	Servidor Federal	Excluído	-
87	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21560.000571/92-89	AC000500002757	Orieta Rosas Rodrigues	18717845220	Servidor Federal	Excluído	-
88	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21560.001958/81-81	AC000500002736	Omar Francisco Rodrigues Cacao	09589619215	Servidor Federal	Excluído	-
89	AC0027000	PA Benfica	54260.001571/2009-76	AC002700000078	Otilia Nunes de Meneses	59208953220	Servidor Federal	Excluído	-
90	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54272.000230/98-67	AC000500003407	Raimunda Cristina Siqueira Magalhães	43500102204	Servidor Federal	Excluído	-
91	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000240/84-44	AC000800000049	Raimunda Josias de Lima	01120220220	Servidor Federal	Excluído	-
92	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000214/89-57	AC000500000685	Raimundo Euclides de Souza	07857322253	Servidor Federal	Excluído	-
93	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000096/91-47	AC000500000463	Raimundo José de Moura	10619895500	Servidor Federal	Excluído	-
94	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000014/88-41	AC000800001575	Raimundo Matias de Moura	19738650259	Servidor Federal	Excluído	-
95	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000564/82-84	AC000800000662	Raimundo Moreira Mesquita	09558713287	Servidor Federal	Excluído	-
96	AC0008000	PAD Humaitá	41365.000060/88-68	AC000800000233	Raimundo Uchoa de Andrade	01296230244	Servidor Federal	Excluído	-
97	AC0008000	PAD Humaitá	41365.000060/88-68	AC000800001675	Raimundo Uchôa de Andrade	01296230244	Servidor Federal	Excluído	-
98	AC0009000	PAD Santa Luzia	54262.001108/2006-61	AC000900001464	Renizio Silva de Araújo	57462453215	Servidor Federal	Excluído	-

99	AC0076000	PA Zaqueu Machado	54260.000545/2002-54	AC007600000184	Roberto Figueiredo Lisboa	41215222220	Servidor Federal	Excluído	-
100	AC0051000	PA Santa Rosa	54260.002642/98-80	AC005100000059	Rosimar Lima de Oliveira	63299593234	Funai	Excluído	-
101	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54272.000107/99-81	AC000500005899	Rosinete Oliveira Diniz	58718222234	Servidor Federal	Excluído	-
102	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000120/83-10	AC000800001382	Rubens Gomes Coelho	04568346215	Servidor Federal	Excluído	-
103	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000049/96-71	AC000500000056	Sebastiana Santos de França	57171408272	Servidor Federal	Excluído	-
104	AC0027000	PA Benfica	54260.000064/2001-68	AC002700000554	Severino de Araújo Costa	00156051249	Servidor Federal	Excluído	-
105	AC0049000	PA GAL. Moreno Maia	54260.000304/2012-87	AC004900000612	Sônia Maria Pereira Apárcio	33930490200	Servidor Federal	Excluído	-
106	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000385/82-65	AC000800000632	Valmir Rodrigues da Silva	07026404253	Servidor Federal	Excluído	-
107	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000011/90-03	AC000800001428	Valtemir de Lima Moraes	01174673249	Servidor Federal	Excluído	-
108	AC0003004	PAR Mário Lobão	21561.001186/84-10	AC000300400198	José Félix de Souza Filho	01154052249	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
109	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54272.000116/98-91	AC000500009068	Mariza dos Santos	49555707200	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
110	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000185/90-94	AC000500000647	Raimundo Marinho de Brito	04034082291	Funai	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
111	AC0096000	RESEX Cazumbá/Iracema	54260.000583/2004-79	AC009600000001	Adelino Nunes de Almeida	03567877291	Servidor Federal	Não Excluído	Beneficiário é assentado em Projeto de competência do IBAMA sendo que o Incra os reconhece apenas para efeito de concessão de créditos. não tem gestão sobre a terra.
112	AC0027000	PA Benfica	54260.003561/2005-41	AC002700000680	Ader Barbosa Derze	81252803753	Servidor Federal	Não Excluído	O Beneficiário comprovou que seu vínculo empregatício temporário já havia cessado desde março de 2007

113	AC0015000	PA São Pedro	21560.001742/95-58	AC001500000088	Aldemar Bezerra da Rocha	03708799291	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do Artigo 54 da Lei Nº 9.784/99.
114	AC0052000	PA Tocantins	54260.000811/2005-91	AC005200000706	Antônio de Fátima Coutinho Araruna	05194121253	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
115	AC0127000	PDS Edilza Carneiro	54261.000429/2006-59	AC012700000055	Antônio José Andrade da Costa	61794511253	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência se deu em razão do vínculo empregatício do cônjuge com o exercito brasileiro. Comprovou que o vínculo se desconstituiu em 2006.
116	AC0064000	PA Pão de Açúcar	54273.000100/00-56	AC006400000138	Artêmio Brum Tavares	32196873268	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
117	AC0027000	PA Benfica	54260.001430/2007-91	AC002700000750	Cleonice Ferreira de Souza	43408176272	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência era em decorrência do vínculo empregatício do cônjuge que se encerrou com a morte dele.
118	AC0052000	PA Tocantins	54260.001628/97-32	AC005200000032	Dalmir Gomes Faria	21659389291	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência se deu em razão do beneficiário ter contraído matrimônio com uma servidora pública. O casamento ocorreu anos depois do seu assentamento.
119	AC0007000	PAD Quixadá	54273.000032/2001-13	AC000700001029	Edson Roberto Viana	42479860906	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
120	AC0023000	PA Carão	54260.001785/99-82	AC002300000270	Eliane Regina Mandroti Amorim	41259360210	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
121	AC0042000	PA Triunfo	54260.001516/2007-14	AC004200000470	Elias Silva Galvão	81406061204	Servidor Federal	Não Excluído	Porque o beneficiário comprovou estar destituído o vínculo empregatício com o exercito brasileiro de 2007
122	AC0064000	PA Pão de Açúcar	54273.000037/2008-12	AC006400000190	Fábio Aparecido Tenório	77351487200	Servidor Federal	Não Excluído	Porque o beneficiário comprovou está destituído o vínculo empregatício com o exercito brasileiro desde 2006.

123	AC0128000	PDS Wilson Lopes	54261.000206/2006-91	AC012800000012	Flávio Magalhães de Souza	18140912204	Servidor Federal	Não Excluído	Porque o contrato de trabalho do cônjuge era temporário e já residir no lote há mais de dez anos. Conforme orientação da Procuradoria Federal Especializada Incra/BSB com fulcro no Parecer nº 232/2010/SR(02)PFE-INCRA/CE(ICOL).
124	AC0008000	PAD Humaitá	54260.000762/98-61	AC000800002124	Floripes de Oliveira Silva	11271027291	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
125	AC0052000	PA Tocantins	54260.002035/98-47	AC005200000216	Francisco Edimar Cruz de Souza	51398419249	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência se deu em decorrência de o cônjuge ter número de CPF igual ao do CPF de uma servidora da receita federal, que lhe foi atribuído erroneamente.
126	AC0107000	PA Paraguassu	54273.000123/2004-00	AC010700000028	Jânio Moraes Bezerra	66360030225	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
127	AC0027000	PA Benfica	54260.000435/00-41	AC002700000541	Jorge Ferreira de Lima	21669872220	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
128	AC0033000	PA Amônia	54262.000852/2007-20	AC003300000353	José Arisson Pinheiro Bezerra	78839351272	Servidor Federal	Não Excluído	-
129	AC0008000	PAD Humaitá	54264.000010/98-88	AC000800001638	José Saraiva	07976364200	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
130	AC0127000	PDS Edilza Carneiro	54260.001157/2006-14	AC012700000071	José Valdenizio Lima Rego	32197101234	Servidor Federal	Não Excluído	Porque a inconsistência se deu em razão do beneficiário ter sido nomeado para exercer a função de confiança de secretário parlamentar no dia 05/04/2006, mas foi exonerado no dia 04/05/2006

131	AC0006000	PAD Boa Esperança	54261.000819/2006-29	AC000600002593	Josiclei de Souza Alves	00269122281	Servidor Federal	Não Excluído	O beneficiário comprovou que o número de CPF que estava na base de dados do Incra não era o seu e apresentou o número correto do CPF.
132	AC0049000	PA Gal. Moreno Maia	54260.00467/98-41	AC004900000023	Jozafat Nogueira Fernandes	13334824268	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência se deu em razão do vínculo empregatício do seu cônjuge, mas apresentou comprovante de que o casamento foi desconstituído pelo divórcio em 2004.
133	AC0043000	PA Paraná dos Mouras	54262.000687/2006-25	AC004300000604	Leonilson Almeida de Lima	72213868204	Servidor Federal	Não Excluído	O beneficiário comprovou está destituído o vínculo empregatício com o exercito brasileiro de 2005.
134	AC0051000	PA Santa Rosa	54261.000047/2007-14	AC005100000104	Lidivam Costa do Nascimento	77339932291	Servidor Federal	Não Excluído	O beneficiário comprovou está destituído o vínculo empregatício com o exercito brasileiro desde 16 de abril 2007.
135	AC0074000	PA Narciso Assunção	54262.000895/2006-24	AC007400000098	Luciana Lopes Barbosa	89929462287	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência se deu em razão do vínculo empregatício do seu cônjuge com o exercito brasileiro. Comprovou que o vínculo se desconstituiu em fevereiro de 2007.
136	AC0031000	PA Baixa Verde	54260.000180/00-61	AC003100000193	Lucineide da Costa Gadelha	50877429200	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
137	AC0027000	PA Benfica	54260.000408/2012-91	AC002700000270	Luiz Moreira Marques	01119370272	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
138	AC0108000	PA Uirapuru	21564.000145/86-85	AC010800000048	Manoel Francelino do Carmo	04561880291	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
139	AC0027000	PA Benfica	54260.002051/99-84	AC002700000527	Maria Antônia Melo Rocio	66556627100	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.

140	AC0040000	PA São Domingos	54262.000535/97-34	AC004000000107	Maria da Glória Silva	19588984220	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
141	AC0068000	PDS São Salvador	54262.000467/2007-82	AC006800000230	Maria Elisângela do Nascimento Cosmo	85527858204	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência se deu em razão do vínculo empregatício do cônjuge com o exercito brasileiro. Comprovou que o vínculo se desconstituiu em 2008.
142	AC0007000	PAD Quixadá	54273.000137/2005-04	AC000700001885	Maria Vandy Lopes de Azevedo	13871790206	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
143	AC0041000	PA Caquetá	54260.000173/98-18	AC004100000230	Marli Valente	39510905968	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
144	AC0007000	PAD Quixadá	54273.000033/2005-91	AC000700001832	Odilson Marcos Silvestre	02688219928	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
145	AC0095000	RESEX Chico Mendes	54260.003379/2005-91	AC009500001031	Osmarino Amâncio Rodrigues	09119671253	Servidor Federal	Não Excluído	Beneficiário é assentado em Projeto de competência do IBAMA sendo que o Incra os reconhece apenas para efeito de concessão de créditos. não tem gestão sobre a terra.
146	AC0061000	PA Alcobrás	54260.000779/99-44	AC006100000235	Pedro Augustinho	02277921220	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
147	AC0007000	PAD Quixadá	21566.000047/94-92	AC000700000110	Reginaldo João Guimarães Reis	46590803234	Servidor Federal	Não Excluído	O beneficiário comprovou que desde 1998 o lote não lhe pertence. Constatou-se na base de dados do Incra que o lote 125, gleba 1, Colônia Santa Fé, do PAD Quixadá, está titulado em favor do Sr. Carlos Alves dos Reis, CPF nº 625.838.162-68.
148	AC0014000	PAE Santa Quitéria	54273.000006/2006-08	AC001400000279	Rizoneide Barbosa Oliveira	19695608272	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.

149	AC0130000	PDS Polo Recanto do Equador	54260.000490/2006-14	AC013000000009	Rosângela Maria Barros Vidal	61940666287	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
150	AC0064000	PA Pão de Açúcar	54273.000061/99-91	AC006400000020	Sebastião Brum Tavares	47838175291	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.
151	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54260.000132/2008-65	AC000500010140	Tainá Ribeiro Lima	02695321104	Servidor Federal	Não Excluído	A inconsistência se deu em razão da beneficiária ter exercido função pública, no cargo em comissão de secretária parlamentar no período de 04/11/2005 a 01.02.2007.
152	AC0095000	RESEX Chico Mendes	54260.000262/2004-74	AC009500000152	Valdeci das Neves	60186062249	Servidor Federal	Não Excluído	Beneficiário é assentado em Projeto de competência do IBAMA sendo que o Incra os reconhece apenas para efeito de concessão de créditos. não tem gestão sobre a terra.
153	AC0006000	PAD Boa Esperança	54261.000547/2006-67	AC000600002560	Vanusa Xavier da Silva Correia	95191984234	Servidor Federal	Não Excluído	Comprovou que a inconsistência se deu em decorrência do seu cônjuge ter mantido vínculo empregatício com o exército brasileiro no período de 01 de março de 2001 a 01 de março de 2008.
154	AC0120000	Floresta Estadual do Antimary	54260.003895/2005-15	AC012000000002	Venceslau Lucas da Silva	19765223234	Servidor Federal	Não Excluído	Beneficiário é assentado em Projeto de competência do estado do acre, sendo que o Incra os reconhece apenas para efeito de concessão de créditos. não tem gestão sobre a terra.
155	AC0052000	PA Tocantins	54260.000970/2005-96	AC005200000822	Weliton Miranda Gurgel	76932591200	Servidor Federal	Não Excluído	O beneficiário comprovou estar destituído o vínculo empregatício com o exercito brasileiro desde março 2005.
156	AC0003008	PAR Aleluia	54261.000237/2007-23	AC000300800101	Dulcineia Rosa Chagas	22370862220	Servidor Federal	Não Excluído	Por ter ultrapassado o prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99.

157	AC0027000	PA Benfica	21560.000720/96-61	AC002700000172	Antônia Joana Batista da Costa	7895623249	Servidor Federal	NE 45	-
158	AC0003004	PAR Mário Lobão	21561.000750/83-15	AC000300400273	Almir Sadim Freire	13866443234	Incra	Sanado	Residia na área do assentamento, mas após sua admissão no Incra devolveu o lote. Portanto, quando identificada a inconsistência já era desistente do PNRA.
159	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	54260.001089/2009-36	AC000500006490	Francisca Raulino da Silva	09563415272	Incra	Sanado	O servidor passou a conviver em união estável com uma beneficiária do PNRA.
160	AC0007000	PAD Quixadá	21173.000025/91-11	AC000700001323	Francisca Rego Gomes	09129936268	Incra	Sanado	Beneficiada no PNRA depois de ser demitida pelo governo collor, devolveu o lote quando foi reintegrada. Portanto, quando identificada a inconsistência já era desistente do PNRA.
161	AC0011000	PA FIGUEIRA	21560.001289/96-70	AC001100000121	Lucinete da Silva Lima	62278886215	Incra	Sanado	O CPF do servidor do Incra, Edson Clara da Silva, foi inserido indevidamente no registro da beneficiária como sendo do seu conjugue.
162	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000325/82-00	AC000500002129	Luiz Carlos do Nascimento	19740379249	Incra	Sanado	Foi beneficiário do PNRA, mas quando foi admitido como servidor no Incra devolveu o lote. Portanto, quando identificada a inconsistência já era desistente do PNRA.
163	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000103/85-54	AC000800001937	Maria do Carmo da Conceição Gomes	09570578220	Incra	Sanado	O CPF do servidor do Incra, Hildebrando de Menezes Sobrinho, foi inserido indevidamente no registro da beneficiária Maria do Carmo da Conceição Gomes como sendo o CPF dela.

164	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21565.000065/94-66	AC000500000703	Mario César Carvalho Lima	38763672553	Incra	Sanado	Era um beneficiário do PNRA que exerceu cargo em comissão no Incra por um período de um ano.
165	AC0008000	PAD Humaitá	21564.000013/93-73	AC000800000118	Moacir Nogueira da Silva	07931263200	Incra	Sanado	Era um beneficiário do PNRA que exerceu cargo em comissão no Incra por um período de um ano.
166	AC0005000	PAD Pedro Peixoto	21560.002463/82-13	AC000500006180	Raimundo Jorge da Silva	19744471204	Incra	Sanado	O CPF do servidor do Incra, Assis Henrique da Silva, foi inserido indevidamente no registro do beneficiário no campo destinado ao registro CPF do cônjuge.

Fonte: Comissão NE 70

Informamos que os dados referentes a PIS e órgão/entidade empregador não foram incluídas no levantamento em razão da não disponibilidade, por parte desta UJ, de tais informações.

PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

Com base nas informações prestadas pela Gestora do Setor de Cadastro da SR.14/AC, não ocorreu nenhuma ocorrência de cancelamento de matrículas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75.

Ressaltamos que ainda é incipiente a troca de informação entre o Setor de Cadastro da SR.14/AC e a Corregedoria Geral do Estado. Saliento ainda, que desde do início esta gestão envia esforços no intuito de estreitar essa troca de informação que se arrima na legislação vigente.

Diante do arrazoadado supra, informamos inexistir subsídio para informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, pelos motivos já exposto, enfocamos que as trocas de informação entre os cartórios melhorou substancialmente, porém, ainda é precária, sugerimos a Superintendência focar mais esforços no sentido do cumprimento da Lei 6.015/73.

No tocante as relações do Incra e os cartórios de registro de imóveis, no ano de 2012, o Estado do Acre vem se adequando ao processo de privatização dos Cartórios, tal fato dificultou as trocas de informações, portanto urge que o Incra em conjunto com os Cartórios e as Corregedoria Geral do Estado, tenham um canal de comunicação mais ágil, conforme sugerimos anteriormente. Destarte, os dados de insuficiência de informações possam não refletir a real situação, hoje vivenciada pelos imóveis no Estado do Acre.

Com relação aos imóveis que tiveram o seu Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR cancelado pelo Incra, reeditamos as informações referente ao ano de 2011, em face de não haver novos cancelamentos, conforme demonstrar o quadro a baixo.

Tabela 49 – Demonstrativo dos imóveis cancelados.

Cód. Imóvel	Nome do Proprietário	Município	Área	Nº processo	Andamento
011053.104515-7	Nakamex Com. e Exp. de Madeiras Ltda.	Acrelândia	54.220,00	54260.000753/00-66	cancelado
906085.025720-0	Raymunda A. de Souza e Outra	A. Brasil	20.000,00	54260.000766/00-16	cancelado
906085.024988-7	Raymunda A. de Souza e Outra	A. Brasil	34.238,00	54260.000768/00-33	cancelado
906085.025801-0	Raymunda A. de Souza e Outra	A. Brasil	19.762,00	54260.000762/00-57	cancelado
011010.021423-7	Romulo Bonalumi	C. do Sul	23.021,90	54260.000759/00-42	cancelado
011029.005100-2	Ana Cezarina Villela	Feijó	12.500,00	54260.000720/00-15	cancelado
011070.100862-6	Antônio Gonçalves e Outro	Feijó	22.000,00	54260.000720/00-15	cancelado
011029.001210-4	Dallas Agroindústria e Comércio	Feijó	13.600,00	54260.000725/00-21	cancelado
011029.006211-0	Elidio Marchesi Filho	Feijó	21.730,20	54260.000729/00-81	cancelado
011029.005150-9	Jorge Wolney Atalla	Feijó	427.390,00	54260.000733/00-59	cancelado
022039.004650-2	José Cordeiro e Silva	Feijó	161.841,30	54260.000739/00-35	cancelado
011029.004332-8	José Humberto Gonçalves	Feijó	90.800,00	54260.000695/00-61	cancelado
011029.250120-0	Neuza Prado de Azevedo	Feijó	248.466,10	54260.000752/00-01	cancelado
011029.009784-3	W Campos e Cia	Feijó	16.994,00	54260.000322/00-54	cancelado
011070.000388-4	Amelia Gonçalves De Farias	Jordão	20.000,00	54260.000716/00-30	cancelado
011070.000345-0	Maria de L. Sanches Bonalumi	Jordão	14.168,30	54260.000746/00-09	cancelado
011010.020605-6	Elias Estephan Barbary	Porto Walter	6.669,0	54260.000917/01-61	cancelado
011061.000612-4	Elias Estephan Barbary	Porto Walter	0	54260.000960/01-27	cancelado
011010.021440-7	Liberato Antônio Serafini	R. Alves	5.808,00	54260.000938/01-87	cancelado
012033.015202-3	Antônio Luiz Teixeira de Barros	S. Madureira	21.800,00	54260.000722/00-32	cancelado
531014.042242-5	Assis & Cia	S. Madureira	56.351,80	54260.000724/00-68	cancelado
012033.010898-9	Assis & Cia	S. Madureira	13.123,50	54260.000694/00-07	cancelado
012033.011835-6	Edmar Sanches Cordeiro	S. Madureira	16.736,90	54260.000727/00-56	cancelado
012033.004758-0	Etivaldo Diniz e Irmão	S. Madureira	33.000,00	54260.000629/00-37	cancelado
023027.011134-9	Falb Saraiva de Farias	S. Madureira	225.000,00	54260.000730/00-61	cancelado
012033.012475-5	Fernanda Hoebel Munhoz	S. Madureira	8.999,70	54260.000922/01-74	cancelado
012033.012637-5	Fernando de Oliveira Munhoz	S. Madureira	5.300,00	54260.000923/01-19	cancelado
012033.011720-1	Iana Hoebel Munhoz	S. Madureira	9.131,50	54260.000932/01-18	cancelado
012033.020079-6	Ivonaldo Alves de Oliveira	S. Madureira	35.000,00	54260.000738/00-72	encerrado
012033.011762-7	Luiz Adão Bottini	S. Madureira	8.736,50	54260.000939/01-21	cancelado
012076.006505-1	Luiz Adão Bottini	S. Madureira	10.000,40	54260.000756/00-54	cancelado
012033.012220-5	Luiz Adão Bottini	S. Madureira	10.018,10	54260.000747/00-63	cancelado
012033.015598-7	Maria Helena da Silva Palmeira	S. Madureira	12.123,00	54260.000755/00-91	cancelado
023027.011258-2	Odete D'Avila Júnior	S. Madureira	250.000,00	54260.000761/00-94	cancelado
012033.005592-3	Romulo Bonalumi	S. Madureira	12.347,00	54260.000767/00-71	cancelado
941018.136980-5	Ruben Soares Branquinho	S. Madureira	10.100,00	54260.000763/00-10	cancelado
011037.000191-0	Aguiar Agrop. Ind e Com Ltda	Tarauacá	6.000,00	54260.000892/01-04	cancelado
011070.000060-5	Hilarino Alves de Melo	Tarauacá	18.000,00	54260.000745/00-38	cancelado
012041.931837-5	Ricardo Saad Gattaz e Outros	Xapuri	31.810,40	54260.000757/00-17	cancelado
012041.002453-0	Valdomira Soares Hadad	Xapuri	17.577,00	54260.000235/00-51	cancelado

Fonte: SR.14/F

Enfatizamos que os imóveis acima identificados, nada mais é do que a reedição dos dados de 2011, os quais tiveram seus certificados de cadastros de imóveis rurais cancelados em virtude do não atendimento a Portaria nº 12/2006, conforme recomenda a legislação vigente.

Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Diversas dificuldades apontadas no Relatório de Gestão do exercício anterior, já foram superadas. Contudo sabe-se que as demandas são constantes e dinâmicas, fatos esses que nos remetem a desafios ainda maiores que os já vencidos.

Outrossim, o novo modelo baseado em marcas de gestão, assumirá importante papel na resolução dos obstáculos e no alcance das condições apropriadas para atingir uma Reforma Agrária nos moldes almejados pelas famílias beneficiárias.

Os entraves que permeiam desde a obtenção de terras à consolidação de Projetos de Assentamento, perpassam setores e ações estratégicos de atendimento ao público, como o Crédito Instalação e a retomada de parcelas com situação ocupacional irregular dentre outras, conforme relacionado a seguir, expondo as dificuldades de realização e as medidas mitigatórias viáveis para superar as dificuldades indicadas e conquista de resultados mais satisfatórios em 2012.

Nº. Ord.	Ação	Dificuldades	Mitigação
1	Motivação dos recursos humanos	- Desmotivação de alguns servidores frente a questão salarial; - Ausência do servidor no ambiente de trabalho (incidência de doenças endêmicas, dependência química).	- Gestão da Administração Central; - Plano interno de capacitação dos servidores, envolvendo seminários e reuniões; - Implantação do SIASS; - Participação dos servidores na elaboração do Plano de Ação da superintendência; - Reconhecimento aos servidores exemplares/eficientes, através de certificação e ou similares.
2	Aplicação de Crédito Instalação	- Incapacidade operacional; - Grande volume de recursos financeiros nas contas das associações ou grupos comunitários; - Aumento crescente de recursos em contas de associações frente a criação de novos Projetos de Assentamento que, quase sempre, são implantados tempos depois, o que gera o enorme passivo; - Necessidade de assistência técnica para aplicação de modalidades de créditos focadas no incentivo à produção e geração de renda; - Baixo nível de organização e capacidade das associações de produtores na aplicação dos recursos referentes aos créditos; - Deficiência na organização de dados referentes a aplicação dos créditos e que gera muitos transtornos na gestão das informações (como por exemplo a cobrança dos créditos concedidos); - Utilização do recurso do Apoio Inicial para garantia da segurança hídrica.	- Inclusão de maior número de servidores habilitados nas comissões de crédito; - Realocação de recursos de associações com impossibilidade de operacionalização imediata, para outras aptas a aplicação; - Priorização na aplicação de recursos de exercícios anteriores, com a formalização de comissão específica para desempenhar tais atividades; - Capacitação de membros das Associações de Produtores e orientar os beneficiários frente as metodologias e procedimentos a serem adotados para aplicação eficiente dos recursos dos créditos; - Padronização dos procedimentos específicos de organização dos dados que facilite a obtenção de relatórios e outras informações pertinentes em tempo otimizado e de fácil entendimento; - Aplicação da lei 11.888/08 frente a possibilidade de terceirização da ação de concessão de crédito; - Utilizar recursos da ação da infraestrutura e/ou de convênios com outros órgãos, como FUNASA, objetivando implementar saneamento básico nos Projetos de Assentamento.

Nº. Ord.	Ação	Dificuldades	Mitigação
3	Retomada de lotes -Instrução Normativa nº 71/2012	• Organização das equipes, tendo em vista o fluxo operacional estabelecido pelas normas internas do INCRA (IN/INCRA/Nº 71/12, em vigência); • Dificuldade em identificar servidores para atuar na ação, visto que se trata de possível risco a integridade física. • Aplicação efetiva do conteúdo da norma, face às demandas administrativas e judiciais que surgem, exclusivamente de competência da Procuradoria Federal Especializada, que não dispõe de estrutura humana para atendimento a conteúdo; • Alto custo de logística devido às condições de acesso e distância dos projetos com índices de irregularidades; • Destinação de recursos orçamentários específicos para ação.	• Mapeamento de servidores habilitados capazes de gerir eficientemente os procedimentos aplicáveis as diversas situações contidas na Norma; • Capacitação dos técnicos mapeados no sentido da aplicação dos procedimentos pertinentes aos casos; • Mobilização de todos os Setores da SR envolvidos no processo frente a importância dos resultados a serem obtidos; • Aprimoramento de plano de trabalho no sentido de executar os diversos passos a ser seguidos conforme a norma vigente; • Elaborar plano de ação, com vista a captação de recursos específicos para ação.
4	Cadastro e Seleção de Famílias	• Falta de capacidade operacional, tanto em termos estruturais (humano) quanto gerenciais para desenvolver a ação na plenitude citada pela Norma Execução/INCRA/Nº 45/05; • Falta de um banco de dados de cunho municipal que possa dar condição de se estabelecer níveis de prioridades; • Prazos incompatíveis entre a imissão de posse, criação do projeto de assentamento, procedimentos de inscrição cadastro e seleção das famílias frente a necessidade de cumprimentos de metas de assentamento.	• Composição de comissão permanente que desenvolva a ação na plenitude disciplinada pela norma; • Composição de grupo de trabalho que estabeleça fluxo operacional e possa dar maior eficiência, credibilidade e facilidade aos procedimentos normativos; • Proposta de adaptação do SIPRA em função da necessidade de incluir vínculo de candidatos ao município, e não a área em processo de obtenção; • Criação de banco de dados, no âmbito da SR, para facilitar o acesso das informações das famílias inscritas, de modo a qualificar o processo de seleção.
5	Infraestrutura de ramais	• Situação regional dos solos que condiciona a realização dos trabalhos de manutenção e melhoramento dos ramais basicamente todos os anos, principalmente em pontos críticos de acesso ao Projetos; • Grande dificuldade de se estabelecer a prioridade dentre as várias demandas apontadas; • Desproporcionalidade entre a provisão orçamentária e a demanda real.	• Continuidade do projeto de compra de patrulhas mecanizadas para as Prefeituras Municipais para realização dos trabalhos de abertura, melhoramento e manutenção de ramais existentes nos Projetos instalados nos municípios; • Aplicação de recursos mais significativos para construção de obras de arte, principalmente nos trechos críticos de acesso aos Projetos de Assentamento; • Relacionamento mais estreito com os movimentos sociais e parceiros no sentido de definir as prioridades de forma participativa.
6	Consolidação de Projetos de Assentamento	• Dificuldades em formalizar parcerias com entidades, dada a resistência para assumir os Projetos consolidados; • Resistência dos beneficiários e movimentos frente a consolidação, pois acreditam que a	• Efetivar agenda executiva, com a participação das comunidades, poder municipal, estadual e demais entidades, indicando as responsabilidades de cada um no processo de consolidação;

Nº. Ord.	Ação	Dificuldades	Mitigação
		Prefeitura Municipal não tem condições de dar continuidade às ações de desenvolvimento do Projeto e suas demandas posteriores a consolidação.	• Garantir recursos necessários para se efetivar os quesitos mínimos para o processo de consolidação e emancipação dos projetos.
7	Licenciamento ambiental	• Anuência do IPHAN está travando a expedição das licenças protocoladas em razão de exigências de serviços que não estão previstos nas atribuições institucionais do Incra; • Divergência entre as informações inerentes aos imóveis/projetos e as constantes nas certidões de registro; • Lentidão dos órgãos ambientais competentes em expedir as licenças protocoladas.	• Execução de convênio para realização de estudos arqueológicos, com vistas a expedição de anuência da parte do IPHAN; • Agilizar os trabalhos da comissão criada para dinamizar a certificação dos Projetos de Assentamento; • Promover atualização cartorial concomitantemente as certificações dos imóveis; • Articular com os órgãos ambientais uma maior aproximação para resolver as pendências residuais.
8	Obtenção de Terras/ Desapropriação	• Redução de recursos orçamentários/financeiros destinados ao pagamento de imóveis desapropriados/adquiridos.	• Ampliar o envio de kits/TDA, bem como pleitear o pagamento dos imóveis apontados como estratégicos para o Estado do Acre.
	Atualização do SIPRA	• Atualização do SIPRA com informações dos beneficiários, dos assentamentos e das ações do Incra, como: Titulação, Crédito Instalação e outras.	• Levantamento das principais fragilidades do SIPRA no âmbito da SR(14)AC; • Priorização de ações para atualização imediata – Crédito Instalação e Titulação; • Envolvimento das divisões e setores ligados diretamente ao Sistema.

ANEXOS

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14									
CNPJ: 00.375.972/0017-28			UG/GESTÃO: 373015/37201						
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	702807/2008	63.606.479/0001-24	22.222.222,22	2.222.222,22	0,00	0,00	31/12/08	31/08/13	1
1	703441/2009	63.606.479/0001-24	10.074.561,02	919.632,02	0,00	0,00	28/05/09	14/02/12	1
1	732122/2010	63.606.479/0001-24	10.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	16/04/10	31/12/13	1
1	740511/2010	04.031.258/0001-06	1.333.333,33	133.333,33	0,00	0,00	25/06/10	31/08/12	1
1	752113/2010	63.606.479/0001-24	435.955,10	43.595,51	0,00	0,00	05/01/11	14/09/13	1
1	755824/2011	63.606.479/0001-24	11.111.112,00	1.111.112,00	0,00	10.000.000,00	04/07/11	31/12/13	1
1	762698/2011	04.033.254/0001-67	1.366.664,00	136.666,40	0,00	0,00	09/01/12	08/08/15	1
1	764831/2011	07.827.773/0001-95	1.200.000,00	120.000,00	0,00	0,00	06/02/12	06/03/14	1
1	764787/2011	63.601.769/0001-85	207.678,00	21.000,00	0,00	0,00	18/01/12	19/04/13	1
1	764852/2011	63.601.769/0001-85	475.858,00	47.586,00	0,00	0,00	18/01/12	05/01/14	1
1	770889/2012	63.606.479/0001-24	11.112.000,00	1.112.000,00	0,00	0,00	04/07/12	31/12/13	1
LEGENDA Modalidade: 1 -Convênio 2 – Contrato de Repasse 3 -Termo de Cooperação 4 – Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 -Adimplente 2 -Inadimplente 3 – Inadimplência Suspensa 4 -Concluído 5 -Excluído 6 – Rescindido 7 -Arquivado									

Fonte: SIAFI/SICONV